



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

LILA SARA DA FONSECA

A hospitalidade em Irmã Maria Clara do Menino

Jesus: um outro modo de dizer Deus, hoje

Dissertação Final

sob orientação de:

Prof. Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga
2012

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEMÁTICO.....	13
1. Definindo a hospitalidade.....	13
2. A hospitalidade nas três religiões monoteístas. Breve síntese.....	21
CAPÍTULO II – UMA HOSPITALIDADE COM ROSTO PRÓPRIO: IRMÃ MARIA CLARA DO MENINO JESUS	29
1. Traços biográficos.....	29
<i>1.1. Nascimento e morte dos pais.....</i>	<i>29</i>
<i>1.2. Acolhimento no Asilo da Ajuda e sua formação</i>	<i>30</i>
<i>1.3. Expulsão das Religiosas e o Palácio dos Marqueses de Valada</i>	<i>30</i>
<i>1.4. Convento S. Patrício.....</i>	<i>31</i>
<i>1.5. O Padre Raimundo dos Anjos Beirão</i>	<i>32</i>
<i>1.6. Os votos, o hábito e novo nome</i>	<i>32</i>
<i>1.7. Formação em Calais</i>	<i>33</i>
<i>1.8. Superiora e Formadora.....</i>	<i>34</i>
2. Contexto social	36
CAPÍTULO III – UMA RELEITURA DA HOSPITALIDADE	41
1. Apresentação da Crónica	41
2. A fonte de hospitalidade em Irmã Maria Clara do Menino Jesus	44
<i>2.1. A Eucaristia e a Comunidade</i>	<i>44</i>
<i>2.2. Vestir-se do novo</i>	<i>48</i>

CAPÍTULO IV – O DINAMISMO DA HOSPITALIDADE	52
1. Ponto de partida: olhar e ouvir	52
2. Alargar a tenda	59
3. Dar primazia a pessoa	63
4. Revalorizar os momentos e lugares de encontro	69
<i>4.1. A mesa e o pão: símbolos da aliança</i>	<i>69</i>
<i>4.2. A fraternidade: imperativo do mandamento novo</i>	<i>74</i>
5. Dai-lhes vós mesmos de comer: responsabilidade radical	77
6. O contraponto: a negação da diferença	83
 CAPÍTULO V – DIZER DEUS: PRIMADO DA HOSPITALIDADE	 89
1. A bem-aventurança do anúncio	89
2. «Lucere et Fovere» como um programa de vida	93
3. A bem-aventurança da alegria e da gratidão	97
4. A bem-aventurança da menoridade	103
5. A hospitalidade como releitura dos sinais	109
 CONCLUSÃO	 116
 BIBLIOGRAFIA	 121

INTRODUÇÃO

A hospitalidade em Irmã Maria Clara do Menino Jesus. Um outro modo de dizer Deus, hoje, é o tema que nos propusemos estudar neste presente trabalho. Antes de mais, o mesmo tema sugere-nos um episódio que faz todo o sentido ser retomado neste contexto. Tratava-se de um jovem com perturbações psíquicas. O seu grande problema era a exiguidade dos espaços. Percebia-os apertados e não suficientes para mais ninguém. Todas as vezes que se cruzava com alguma pessoa pelos passeios da cidade, reagia agressivamente com bofetada ou empurrão, acompanhados de um “refrão”: “não cabemos”. Transpondo o facto para o nosso contexto, parece-me que entre nós, os psiquicamente “saudáveis”, sucede o mesmo. Os acontecimentos do nosso quotidiano demonstram que os nossos espaços, que não são só físicos, também se tornaram exíguos, cada vez mais apertados e afunilados, que não há mais lugar na “hospedaria”.

Existem os que estão a mais, os que fazem parte das categorias residuais, com quem já não há nada a fazer. Há os que devem ser eliminados, porque o espaço é bastante limitado. Adotamos cada vez mais a lei da supressão do mais fraco ou do que não nos convém que exista, que não serve à sociedade ou aos nossos interesses. Todavia a constante mobilidade das pessoas, parece querer dizer-nos o contrário: que «Homens e mulheres diversos por origem, cultura, língua ou religião podem viver juntos harmoniosamente»¹.

Razão do tema: primeiramente, foi do nosso interesse aprofundar o presente tema, não só por razões académicas, mas, e sobretudo, pela nossa identificação com a hospitalidade, a qual deriva da opção de vida assumida. Encontrar as raízes e fundamento das opções pessoais por esta faceta evangélica da hospitalidade constituiu prioridade e, por isso, resolvi eu

¹ BENTO XVI, Carta Encíclica *Africae Munus* (19 de Novembro de 2011), 39, Paulus Editora, Lisboa, 2011; AAS 114 (2012), 259.

também, investigar cuidadosamente, desde a origem, para que eu pudesse encontrar a solidez da doutrina em que fui instruída (Lc 1,3-4). Em segundo lugar, a convicção de que a hospitalidade reafirma que somos todos acolhidos no Pai, por meio de Jesus Cristo, no qual não há exclusões, animou o presente estudo. Nos tempos atuais, não há espaço para duvidar se a hospitalidade ainda tem ou não valor. Diariamente somos confrontados com realidades que abonam com a nossa tese de que é preciso humanizar os nossos ambientes familiares, sociais e até religiosos. Precisamos de abolir as clivagens determinantes entre cidadãos e estrangeiros, entre ricos e pobres, entre superiores e inferiores, e adotarmos atitudes pessoais inspiradas pela fé, porque a cristianização da sociedade de que ansiamos passa, necessariamente, pela modificação dos comportamentos². Há, contudo, uma particularidade neste nosso estudo: o tema por nós escolhido está relacionado com uma pessoa concreta, a Irmã Maria Clara do Menino Jesus, que viveu a hospitalidade como ideal de vida, abraçando a dor alheia dos excluídos, enquanto vítimas dos mais fortes, ricos e poderosos, fazendo quanto possível sua essa dor e colocando nela as suas entranhas³.

Se por um lado as sociedades evoluíram significativamente no que respeita às ciências e às tecnologias de trabalho e de comunicação, por outro, há uma maior e perturbante despersonalização que introduz relações não pessoais, mas utilitaristas. Entre as diversas culturas, histórias e religiões circula um clima de frieza, desconfiança e de rivalidade, de constantes desencontros, onde o calor humano nem sequer tem sinais de presença. Em resumo, o nosso planeta tornou-se um campo de luta e não casa hospitaleira⁴.

Objetivo do tema: além de uma compreensão pessoal da extraordinária beleza da hospitalidade e do que ela significa, o trabalho pretende apresentar uma alternativa de vida cristã a todos os que se deixarem tocar pelo Deus da misericórdia. Pretende, também, trazer à

² Cf. Marie-Françoise BASLEZ, «Habitar o mundo» in *Communio* 4 (2004), p. 467.

³ Cf. Daniel Ortega GAZO, *El Jesús de las parábolas*, San Pablo, Madrid, 2011, p. 48.

⁴ Cf. David DE AZEVEDO, *Horizonte e esperança*, Fátima, 2008, p. 10.

consideração aquela verdade de que todos fomos criados bons e, por isso, capazes de fazer o bem. E o que significaria fazer o bem? Significaria «viver a radicalidade do Evangelho», como nos diria S. Francisco de Assis na sua Regra. Assumir este compromisso corresponde a uma sempre atualização do amor de Deus, derramado em nossos corações (Rm 5,5).

Da nossa intrínseca bondade pode brotar a beleza da vida, conquanto que nos abramos à graça divina que está sempre à porta e bate (Ap 3,20). Importa que nos nossos ambientes pastorais reaprendamos a conviver com o Belo e com a sua beleza, diante de muitas outras propostas que se nos oferecem. Tal atitude permitir-nos-á «ver com os olhos de Deus»⁵ tudo o que está ao nosso redor e o que é urgência. A tecnicização excessiva da pastoral, medida a milímetro, não permite atingir a vida dos nossos destinatários. A hospitalidade faz parte da pastoral informal do dia-a-dia que, muitas vezes, não está planeada nem consta dos projetos traçados no início do ano pastoral. Daí que há uma exigência sempre renovada de estar aberto à surpresa, conscientes de que é vocação de cada cristão a criação constante da beleza, que arranca do Cristo Ressuscitado⁶. Atingindo este nível, cada um perceberá a particularidade da beleza da sua própria história e da do resto da humanidade e, então, quebrar-se-ão todas as exclusões e rejeições dos que são diferentes.

Outro ponto do nosso objetivo é trazer à nossa consideração a responsabilidade por aqueles que não fazem parte do nosso contexto particular e restrito. Continuaremos a lamentar-nos à distância? a apelidarmos de coitadinhos os que vivem sob a opressão dos poderosos e que à custa de humilhações servem de trampolim, para os que cultivam a sua personalidade? Lembremo-nos de que «O “aldeão” da aldeia global tem como vizinhos todos os habitantes da terra, e por isso precisa de estar bem informado para poder avaliar

⁵ Cf. Jean-Paul HERNANDEZ, «Nuevos caminos que expressan la belleza», in *Sal Terrae* 1164 (2012), p. 19.

⁶ Cf. Jean-Paul HERNANDEZ, «Nuevos caminos que expressan la belleza», p. 124. O autor fala da beleza como questão de identidade existencial, como memória que nos devolve ao próprio ato da criação, ao originário das coisas, à palavra: «Deus, vendo toda a sua obra, considerou-a muito boa» (Gn 1,31) Cf. Jean-Paul HERNANDEZ, «Nuevos caminos que expressan la belleza», pp. 118-119.

responsavelmente as possíveis repercussões do seu procedimento»⁷. Que temos nós, na nossa condição de cristãos, a ver com tais realidades? Parece-nos que isto tudo toca também as nossas vidas, sobretudo de cristãos que desejam colaborar para a construção de um tempo novo. Desde o horizonte bíblico, relendo a história do povo de Deus, o ser humano aprendeu a transcender fronteiras locais e nacionais para olhar a humanidade inteira como uma comunidade única, ligada por uma aliança de responsabilidade. Por isso, deixou de ter sentido a neutralidade cómoda ou a evasão cúmplice de quem se demite de ser protagonista ativo na transformação da sociedade⁸, em lugar habitável.

Metodologia de apresentação: o nosso estudo será apresentado sob três linhas essenciais. A primeira focaliza a figura da Irmã Maria Clara do Menino Jesus como a pessoa mais próxima que soube acolher e trabalhar a sua vocação cristã de santidade, através do exercício da hospitalidade. A segunda liga-se à mensagem bíblica, de onde ela partiu, para a compreensão e interpretação da vontade de Deus a seu respeito: o modo como ela traduziu em vida a mensagem evangélica. Os textos bíblicos aí referidos não obedecem a um esquema exegético, aliás, não dispomos de conhecimento suficiente para o efeito, além de que não se tratando dum trabalho exegético, tornaria a nossa exposição desfocada. Uma terceira linha está relacionada com a espiritualidade que dinamizou toda a vivência da figura central. O que quer dizer que o trabalho está perpassado por um tom tipicamente franciscano, uma matização do Evangelho.

Posteriormente segue-se uma via progressiva, na qual o ser-fazer-anunciar (testemunhar) estão intimamente interligados, embora tenhamos procurado colocar os três

⁷ Martin Carabajo NÚÑEZ, *São Francisco e a ética global*, Editorial Franciscana, Braga, 2009, p. 17. Diz o mesmo autor que «Qualquer acção ou atitude dum indivíduo, por insignificante ou localizada que seja, pode vir a ter consequências imprevisíveis para o resto da humanidade e até para o planeta. Uma opinião, um comentário ofensivo ou um vírus informático introduzido na Internet, pode afectar milhões de pessoas em qualquer parte do mundo e durante não se sabe quanto tempo». p. 17.

⁸ Cf. José A. MERINO, *Filosofia da vida: Visão franciscana*, Editorial Franciscana, Braga, 2000, p. 55.

blocos em separado. São realidades difíceis de dissociar, aliás, todas elas expressam o mesmo e único Evangelho.

Bibliografia usada: tratando-se de um tema estreitamente relacionado com uma figura particular, a partir da qual nos propusemos fazer este estudo achamos por bem apresentar a bibliografia do seguinte modo: em primeiro lugar, estão as fontes respeitantes à Irmã Maria Clara do Menino Jesus e à Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC) – Congregação por ela fundada. Seguem-se os dicionários e, por fim, uma bibliografia do âmbito geral que complementa de forma significativa os conteúdos dos outros documentos acima mencionados.

No que respeita à citação das fontes típicas da CONFHIC, iremos optar pela forma já acordada e vigente na Congregação.

Estrutura do trabalho: se o nosso planeta perdeu o rosto de uma casa hospitaleira, qual deverá ser, então, a resposta cristã, frente a este cenário sombrio, carregado de sofrimento e carências? Como salvar e promover um relacionamento verdadeiramente interpessoal? De que forma se pode devolver ao nosso planeta a dimensão de uma casa comum, onde todos podem ter espaço para habitar e realizar-se? De que modo poderemos alargar os nossos espaços, para que ninguém fique de fora do banquete fraternal?

Sob um ponto de vista geral e tendo em consideração estes pressupostos, o trabalho encontra-se disposto em duas coordenadas correlativas, já delineadas pelo título do mesmo: «A hospitalidade em Irmã Maria Clara do Menino Jesus» – primeira vertente; e «Um outro modo de dizer Deus, hoje» – segunda vertente. A primeira (Capítulos II, III e IV), a partir da figura “protagonista” do nosso estudo, formula respostas aos diversos interrogantes já lançados acima, apresentando gestos que traduzem o agir real e palpável, que vão de encontro às situações concretas, do dia - a - dia do viver humano.

A segunda (Capítulo V) corrobora com a primeira, dando razões – seguindo um filão cristão – por que se deve optar pela hospitalidade. Perante tantas incógnitas que nos sobrevêm, temos diante de nós duas alternativas: ou acreditarmos que só o firmamento azul da hospitalidade poderá servir de oxigênio que salva⁹, ou admitirmos uma resignação que não nos abre caminho algum que nos conduza ao abraço fraterno e universal. Porém, escolhendo a primeira proposta, há um trilho a percorrer: voltar a *dizer Deus* na sua profundidade e simplicidade, como forma de apontar um horizonte que dá sentido a todos os homens e mulheres do nosso tempo. E a hospitalidade, como prática das obras evangélicas, continuará a ser um horizonte sempre novo e cada vez mais ansiado pelas gerações presentes e vindouras, porque constitui uma esperança luminosa para a Igreja e para a humanidade inteira¹⁰. Leonardo Boff chega mesmo a afirmar que a hospitalidade é uma virtude que conduz para um outro mundo possível: é direito e dever de todos¹¹.

Já no Capítulo I, que parece pertencer a um bloco isolado, mas importante, encontramos as bases de arranque para o nosso estudo. Procurando uma conceitualização da hospitalidade, partimos do étimo latino *hospes* (substantivo): hóspede, estrangeiro, estranho, para do seu tema *hospit*, desembocarmos no adjetivo *hospitium*: hospitalidade, como ato de acolher, dar hospedagem a quem reclama a nossa atenção, provendo-o do necessário: agasalho, cama e mesa.

No campo ontológico, a hospitalidade representa algo que nos é dado como dom, que se nos antecede e se oferece: que parece identificar-se com o nosso próprio ser; com o próprio Deus, o hospitaleiro por excelência; aquele que constantemente nos acolhe e se nos oferece no sopro de vida que deposita em nós. É a partir desta relação com o grande DOM que cada

⁹ Cf. David DE AZEVEDO, *Horizonte e esperança*, p. 10.

¹⁰ Cf. David DE AZEVEDO, *Horizonte e esperança*, p. 10.

¹¹ Cf. Título do livro: Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível. Hospitalidade: Direito e dever de todos*, Vol. I, Editorial Vozes, Petrópolis, 2005.

homem e mulher que se redescobrem a si mesmos como «forasteiros e inquilinos»¹², e descobrem o outro como relação a cuidar, num dinamismo de diaconia e do *ágape*, dum fazer-se também dom, dum deixar a sua terra e partir.

Ao fazermos referência à relação entre a religião hebraica, cristã, islâmica e a hospitalidade – ainda no Capítulo I –, pretendemos reforçar a ideia de que a hospitalidade é um dado que vem muito ligado à história do próprio ser humano; que atravessa diversas culturas e religiões. Ou melhor, é algo que o próprio ser humano descobre como elo que o liga a Deus e ao outro ser humano: a Deus, porque fonte e origem de tudo; ao outro ser humano, porque marcados pela mesma condição de recebedores do DOM, não havendo, por isso, nem senhores, nem donos. Mas filhos acolhidos e hospedados pelo único e mesmo Senhor, Deus.

No Capítulo II, situamos a Irmã Maria Clara do Menino Jesus na segunda metade do séc. XIX (1843-1899), evocando, ainda que de forma breve, a conjuntura sociopolítica de então: a vigência e a força do liberalismo e da maçonaria, a rejeição do religioso, a insurreição contra a Igreja e todas as instituições a ela ligadas, a luta pelo poder e pela liberdade, o esforço de buscar um novo rosto da europa que fez desencadear uma efervescência de revoluções. No meio desta realidade, muitos são os que ficaram pelo caminho, que não tiveram nem condições, nem capacidades para acompanhar o “cortejo”, muito menos de fazer-se ouvir e defender-se: foram os pobres e os mais desfavorecidos, os envergonhados, os sem nome próprio, porque a sociedade e as circunstâncias lho retiraram.

O Capítulo III abre uma outra faceta. Afinal, a hospitalidade é também graça de Deus que se compreende, a partir do contacto frequente com o Deus da vida. Esta é uma nota importante, perceber que a hospitalidade é dar a vida, ao modo do próprio Deus. Abrindo-se ao dom, oferece-se em graça e bênção. A Irmã Maria Clara, nas longas horas de oração, é qual

¹² Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, Edizione Lavoro, Roma, 2001, p. 43.

profeta que escuta atentamente as palavras de YHWH¹³, para ser a anunciadora das boas notícias.

Perante numerosos clamores, a primeira abertura é aos diversos sofrimentos da pessoa. Perceber que ela se aproxima de nós e provoca algumas reações, às quais podemos responder de diferentes formas: ignorá-la, porque nos intranquiliza e fechar os olhos à realidade, por medo do compromisso; ou fazendo nossas as suas situações e vivê-las como pessoais, diminuindo as distâncias, assumindo uma atitude de solidariedade com os problemas e as suas causas¹⁴. Optando pela segunda hipótese, permitindo que sejamos atingidos pela dor dos outros, o nosso amor torna-se incondicional e desinteressado, desviado das aparências, e preocupado com o bem da outra pessoa: que ela possa comer, vestir-se, ter uma casa, onde se abrigue. O amor torna-se primazia, entendido como promoção concreta e real da pessoa¹⁵. A sacralidade da pessoa proíbe-nos ignorá-la, deixá-la morrer, pois ela é imagem e semelhança de Deus. Cada pessoa é um potencial templo, onde o encontro com Deus Pai se torna possível. Cada rosto tem inscritos os traços do próprio Deus que diz: «sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes» (Mt 25,40) – (Capítulo IV).

Na narração bíblica, onde se apresenta o povo de Israel como hóspede de Deus (Lv 25), está igualmente a ideia de que todo o ser humano, hospedado por Deus, é chamado a fazer-se, por sua vez, hospitaleiro. Neste segmento de ideias, a hospitalidade é graça e dom de Deus, que se recebe pela escuta da palavra de YHWH, e consequentemente, é envio. Logo, ela deve ser anúncio duma mensagem que não nos pertence, que deve ser oferecida em nome

¹³ A temática da escuta da Palavra como ato de hospitalidade pode ver-se em: Isabel M. FORNARI-CARBONELL, *La escucha del huésped (Lc 10,38-42): La hospitalidade en el horizonte de la comunicación*, Editorial Verbo Divino, Estella, 1995.

¹⁴ Cf. Daniel Ortega GAZO, *El Jesús de las parábolas*, pp. 48-49.

¹⁵ Cf. Joseph GEVAERT, *El problema del hombre: Introducción a la antropología filosófica*, Ediciones Sígueme, 2005, p. 56.

de quem nos confiou a missão. O mandato nos vem de Outra pessoa e, como tal, tem de ser dada aos destinatários, não como obra nossa, mas como cumprimento de um dever a nós confiado.

Na atualidade, possivelmente em muitos contextos, não serão necessárias práticas duma hospitalidade clássica, dado ao surgimento de novas e diversificadas formas de pobreza, e cada vez mais crescentes, como já nos prevenia João Paulo II, na sua carta apostólica *Novo Millennium Ineunte*. Teremos de aprender a ouvir o espírito, para descobrirmos respostas novas e adequadas que ofereçam sentido e esperança no Deus sempre presente na história humana. Há, certamente, muitas realidades que já não nos pedem o que é material ou o nosso fazer, mas exigem-nos o ser ou simplesmente o estar: sermos luz que aponta para um sentido que está para o além; sermos sinais de um Deus vivo e ressuscitado; sermos o regaço acolhedor e hospitaleiro, esvaziados de nós próprios, para oferecermos o abraço do amor de Deus Pai a todos os filhos pródigos; sermos lugares do *extra*-ordinário, onde se serve sempre o vinho bom da presença de Cristo e se aprende a escutar e a fazer o que Ele disser (V Capítulo).

Só desde esta perspetiva é que a hospitalidade se torna anúncio e testemunho, parábola viva do amor de Deus que nos faça entoar o cântico novo ao Senhor e a construirmos «um novo céu e uma nova terra...» (Ap 21,1).



Tenda da Hospitalidade:

Apelo ao conforto.

Onde o Cristianismo deve ser significativo, nos dias da festa e nos das lágrimas, nos filhos pródigos e nos que voltam, quando Caim se arma novamente, quando o amor parece acabado e nos separa, quando o ancião perde juízo e a saúde.

Onde se fala ao coração.

Onde cada vida pode renovar-se.

Ermes Ronchi

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEMÁTICO

Não podemos ignorar que elaborar uma definição de hospitalidade é um horizonte difícil de alcançar, dada a grande abrangência do tema. É um campo bastante amplo, no qual todas as dimensões humanas encontram enquadramento, daí uma certa dificuldade de encontrar uma definição que, num condensado de termos, seja capaz de integrar essa amplitude. Ainda assim, reconhecemos também que a hospitalidade não é algo abstrato, muito menos vago, mas uma realidade concreta que tem um dinamismo próprio que se articula entre o «hospitante»¹⁶ e o hospedado, exigindo, desse modo, uma definição possível.

1. Definindo a hospitalidade

Tendo a consciência de que nos adentramos num contexto abrangente, o da hospitalidade, torna-se, apesar disso, necessária uma tentativa de definição, que implica delimitar, colocar-lhe fronteiras¹⁷. Existe, contudo, por outro lado, o perigo de querermos abarcar tudo e não atingirmos o objetivo pretendido. Desde esta realidade, ousamos apresentar uma definição que pretendemos não seja tão restrita, a ponto de excluir elementos e ideias que fazem parte do campo semântico da noção que desejamos aclarar. Procuraremos, portanto, ser o mais preciso possível, para minimizar o risco de confusão ou mesmo de dissolução do conceito¹⁸.

¹⁶ Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 8.

Todas as traduções subsequentes de livros de língua estrangeira são da nossa responsabilidade.

¹⁷ Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidade: Extranhos y vulnerables como tú*, PPC Editorial, Madrid, 2003, p. 15. Delimitar o conceito de hospitalidade pode tornar-se redutor, se considerarmos a grande abrangência que a temática tem. Mas tentar abarcar todas as suas dimensões pode, também, resultar em algo muito difuso.

¹⁸ Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 16.

A noção de hospitalidade traduz, antes de mais, uma experiência possível no campo da relação “Eu-Tu”, que se anuncia sob um movimento de projeção para fora do Eu. Sendo a simpatia, a compaixão e a solidariedade pertencentes ao mesmo campo semântico da hospitalidade, não se identificam com ela, ainda que em algum aspeto se possam inclusive cruzar¹⁹. Quer isto dizer que a hospitalidade não pode ficar aprisionada na dimensão passional ou solidária, porque ela engloba muito mais aspetos, como o desinteresse, a doação de si, que não permanecem no simples sentir, mas vão até aos atos concretos e práticos.

Se considerarmos o termo, a partir do registo etimológico latino, podemos inferir que a hospitalidade deriva do tema *hospit* do substantivo *hospes* (hóspede, forasteiro, viajante, estrangeiro, estranho). Assim, a hospitalidade – *hospitium* – é o ato de hospedar, acolher o outro, pobre, peregrino, doente, ou desprotegido da sorte, dando-lhe agasalho ou suprimindo as suas necessidades, sem qualquer retribuição. O hóspede, esse, identifica-se com alguém que transitoriamente se alberga numa casa, onde possa ter cama e mesa. Por outro lado, está o hospedeiro que tem a função de proteger e favorecer bom acolhimento²⁰.

Como se pode verificar, a designação *hospes*²¹, sendo substantivo do qual derivam outros vocábulos, condensa os dois significados: do que recebe – *hospitus* – e do que é recebido – *hospita* / *hostis*. No campo etimológico, o hospedeiro e o hóspede arrancam da mesma raiz e rivalizam numa permuta de papéis: o hospedeiro que se torna hóspede diante do

¹⁹ Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 16.

²⁰ Cf. R. FONTINHA, «hospitalidade, hospitaleiro, hóspede», in *Novo Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*, Porto, 1998; Cf. J. H. FRIEDRICH, «Xenía», in *Diccionario exegético del Nuevo Testamento*, vol. II, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2002, col. 455; Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 17.

²¹ Cf. A. Gomes FERREIRA, «hospes», in *Dicionário de latim – Português*, Porto Editora. A estranheza e a tensão que circulam entre o hospedeiro e o hóspede/estrangeiro são relativamente as mesmas que se verificam entre dois inimigos – *hostis* – *hostil*. Esta é razão, por que a prática da hospitalidade se torna uma tarefa difícil, pois cada uma das partes envolvidas apresenta-se estranha frente a outra, o que exige de ambos uma abertura.

Ao longo do nosso estudo, o hóspede apresentar-se-á associado a diferentes adjetivos sinónimos como, estrangeiro, pobre, necessitado. A diversidade da denominação prende-se com o facto de, na nossa perspetiva, enquadrarmos esta figura numa dimensão pluridimensional. Associa-se a estas outras denominações, pelo facto de todas elas apresentarem um denominador comum: carência que necessita do outro para se libertar de qualquer situação. Cf. Leonardo BOFF, *São Francisco de Assis: Ternura e vigor*, Editorial Vozes, Petrópolis, 1982.

que é recebido e, este, por sua vez, que faz de «hospitante»²². A reversibilidade do binómio hospedeiro/hóspede, que faz de cada um refém do outro²³, coloca o primeiro no limiar da porta, espaço simbólico de passagem com dupla possibilidade de perspetivação: entrar e sair. Sendo a porta o limiar, ela faz-se lugar de encontro entre o incondicionado, excessivo e desmedido, e o condicionado pela temporalidade²⁴.

Mas também o hospedeiro, estando à porta, mostra-se necessitado e predisposto a abrir-se ao outro que chega. É como que desejoso de “dar à luz” uma nova vida ao seu redor. Estar à porta é uma atitude antecipatória de quem se dispõe e se expõe ao diferente, para, de modo gratuito, partilhar o dom que nele se instala e que goza de prioridade. Ele percebe-se dador desse dom. O condicionado que se abeira da porta, traz por seu lado, a necessidade de ser recebido; conta com a generosidade do anfitrião e deposita nele a confiança de poder “renascer” da sua condição de necessitado.

No exercício da hospitalidade, o mais importante não está na eliminação das diferenças, nem mesmo num esforço uniformista, mas no acolher, na sua própria casa²⁵, o outro estranho e vulnerável²⁶. Diria Emmanuel Levinas que a relação entre mim e o outro começa precisamente na desigualdade, onde a alteridade não é determinada pelas diferenças entre mim e outro, mas inscreve-se na dimensão de transcendência²⁷. Desta forma, pode admitir-se, à partida, que as diferenças existentes entre os que se desejam acolher não devem constituir obstáculo à relação, pelo contrário, têm de ser acolhidas e apoiadas.

²² Carmine DI SANTE, *Lo straniero nella bibbia: Saggio sull'ospitalità*, Città Aperta Edizioni, 2002, p. 95. A forma adjetivada é usada para identificar a hospitalidade de Deus.

²³ Cf. Jacques DERRIDA, *A falar da hospitalidade*, Palimage Editores, Viseu, 2003, p. 82.

²⁴ Cf. Maria Teresa SANTOS, «Santo António e a hospitalidade: Revisitação do conceito», in *Eborensia* 34 (2004), p. 16.

²⁵ O nosso estudo exige uma abordagem da simbólica da casa. Nesse sentido, será desenvolvida neste trabalho no capítulo quarto.

²⁶ Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidade*, p. 22.

²⁷ Cf. Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, Edições 70, Lisboa, 1988, p. 229. Para Levinas o outro não se define pelas diferenças que apresenta, mas pela sua capacidade de me revelar o Outro, o transcendente. Só a partir deste Outro é possível olhar para o outro próximo de mim com dignidade, e acolhê-lo com verdade.

Ainda que de formas variadas, a hospitalidade só acontece, onde é possível o acolhimento, sem pretensões de reduzir o outro ao meu mundo, mas aceitá-lo como ele é, com toda a sua carga simbólica. Significa, por isso, aceitar que o outro tome espaço em mim, no meu espaço privado, e eu nele. Ela deve acontecer, em certa medida, quando arrisco numa transgressão voluntária da própria intimidade²⁸. Por um lado, o estranho e vulnerável – *hostis* / hóspede – tem de ter acesso à “casa” e o anfitrião deve sair para um intercâmbio hospitaleiro que supera a reciprocidade das mesmas pessoas²⁹.

Não existe o *xenos*: estrangeiro / hóspede antes e fora da *xenia*: acolhimento / direito de hospitalidade na categoria de pacto³⁰, adverte-nos Jacques Derrida. O acolhimento verdadeiro não subjuga nem condena, mas acolhe e aconchega, traduzindo a dinâmica do encontro, que se situa para além dos imperativos da reciprocidade³¹.

Num outro registo, a hospitalidade se revela «como uma categoria antropológica central»³², quando é compreendida como um espaço propício de uma «aprendizagem do trato com a alteridade»³³, traduzindo-se num encargo que não escolhemos, mas que passivamente antecede a nossa atividade. Sendo assim, o anfitrião é sempre confrontado com a «inoportunidade de uma visita»³⁴. Na verdade, a figura do hóspede não convidado, representa

²⁸ Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidade*, p. 22.

²⁹ Cf. Daniel INNERARITY, *Ética de la hospitalidad*, Ediciones Península, Barcelona, 2001, p. 13.

³⁰ Cf. Jacques DERRIDA, *A falar da hospitalidade*, p. 42. A questão do pacto é colocada pelo autor sob a perspetiva do intercâmbio que deve existir entre as partes implicadas. A autoidentificação do hóspede abre o processo do pacto, como condição mínima indispensável para o acolhimento. A mesma temática é descrita no Livro XV, 76-85 da *Odisseia entre Menelao e Telêmaco*. Porém aqui, há uma troca de objetos valiosos como sinal de um pacto que se realiza entre o hóspede e o anfitrião. Tais objetos serviriam de identificação em posteriores visitas, de modo a evitar desconfianças e, consequentemente, guerras. Cf. Arnaldo MONDADORI (Ed.), *Omero, Odisseia. Classici Greci e Latini: Testo a fonte*, Italy, 1991.

³¹ Cf. Daniel INNERARITY, *Ética de la hospitalidad*, p. 13.

³² Daniel INNERARITY, *Ética de la hospitalidad*, p. 14.

³³ Daniel INNERARITY, *Ética de la hospitalidade*, p. 14. Veja-se também, Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidade*, pp. 29-54. Nestas longas páginas o autor dedica especial atenção ao ato de acolher e ao estranho. Deixa transparecer a ideia de que as duas realidades exigem disposição para uma aprendizagem constante no trato com o outro, se pretendermos que a hospitalidade seja, de facto, possível.

³⁴ Daniel INNERARITY, *Ética de la hospitalidad*, p. 15.

uma metáfora das situações humanas, em que a iniciativa corresponde aos outros, diríamos, que a hospitalidade está na ordem dos acontecimentos³⁵. Diante da experiência de uma fragilidade geral, a prática da hospitalidade autoafirma-se como força contrária à inércia e à rotina, que tão naturalmente se fecham num círculo, ao qual ninguém pode aceder, criando em nós uma atrofia de sentimentos e o alheamento ao outro que se nos apresenta.

A figura materna se nos afigura sugestiva para condensar o que temos vindo a dizer. Representa uma hospitalidade por excelência e de excelência. Singulariza-se pela «relação extraordinária, que rompe com o ordinário da relação»³⁶, marcada pela assimetria, através da qual se inscreve a alteridade humana na sua dimensão de estrangeira e indigente³⁷. Esta realidade conduz-nos à percepção de que o ser humano não deve ser assumido «como *alter ego*»³⁸, mas, antes de mais, como alguém que instaura uma «relação paradoxal porque não recíproca [...] mas assimétrica e incomensurável, na qual o Eu encontra-se constituído de um outro que o antecipa»³⁹.

³⁵ Cf. Daniel INNERARITY, *Ética de la hospitalidad*, p. 14. A hospitalidade é algo que está sempre presente nas práticas quotidianas da vida, mesmo quando não damos por ela. Permanentemente somos lembrados que é preciso abrir as nossas “casas” para os outros que constantemente nos pedem acolhimento. Mas, acolher os outros é ato de segunda instância, porque o primeiro é o auto acolhimento, pois tornar-se-ia impossível uma hospitalidade verdadeira num contexto conflituoso.

³⁶ Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 16.

³⁷ Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 16. Ainda que admitamos a existência de permuta de papéis no ato do acolhimento – o hospedeiro que acolhe, mas que é também acolhido – há, contudo e sempre, uma assimetria entre os dois. O grau de necessidade é que faz a diferença e, daí, a assimetria.

³⁸ Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidade*, p. 147; A pessoa não é «nem mónada nem parte da totalidade». Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 16. Esta singularidade da pessoa entrelaça-se com a intersubjetividade. Tal constatação permite-nos perceber que o outro que pede acolhimento não pode ser visto a partir de um horizonte pessoal, ou mesmo desde as necessidades e expectativas individuais de quem deve oferecer hospitalidade. O outro «pertence a outra dimensão», porque «distinto». O que há, portanto, a responder é um imperativo: permitir que o hóspede se manifeste na sua originalidade, facilitando a intersubjetividade, o que, de certa forma, desperta uma curiosidade que dinamiza o processo de acolhimento mútuo. Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidade*, pp. 146-147.

³⁹ Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 16; Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidade*, p. 148: «o exercício da hospitalidade não se funda numa relação simétrica com o outro estranho, se não numa relação assimétrica na qual o outro é um sujeito vulnerável (desnudado, ferido ou suscetível de ser ferido) que requer acolhimento».

A criança que está no útero materno é hóspede «débil e impotente»⁴⁰, com o mesmo estatuto de um «escravo»⁴¹, ou de um pobre sem capacidades de autodefesa. Esta relação mãe-filho representa, sobremaneira, a relação hospedeiro-hóspede, na medida em que a mãe como hospedeira detém todo o poder e força para salvaguardar ou não a criança indefesa e frágil que se confia a ela⁴². Do mesmo modo, todo o que acolhe e recolhe o necessitado e indigente entra no processo do resgate do outro⁴³, que se encontra refém das situações adversas à condição humana.

Por seu lado, a Sagrada Escritura aborda a questão da hospitalidade de um modo característico: centraliza o outro⁴⁴ como prioridade a atender e particulariza a questão do dom. O imperativo de Deus de que a terra é sua – «Nenhuma terra será vendida definitivamente, porque a terra pertence-me, e vós sois apenas estrangeiros e meus hóspedes» (Lv 25,23) –, abre um horizonte revelador do que significa o binómio hospedeiro/hóspede. Porque toda a dádiva é um encargo, a terra que Israel recebe de Deus não pode constituir-se propriedade privada, mas uma casa comum, onde todos vivem da dádiva e dividem o mesmo dom. Carmini di Sante sublinha o significado do sábado (Lv 25,1-7) precisamente para valorizar a ideia de que a terra é dádiva de Deus ao povo de Israel. Segundo este horizonte, o sábado não é simplesmente o dia do repouso do ser humano e da terra. Ao respeitar esta lei, o ser humano

⁴⁰ Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 20.

⁴¹ Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 21. O «escravo», apresentado por Carmine di Sante, é comparado a uma mulher, na linha do pensamento filosófico grego. O autor não assume esta visão, pois de seguida aponta para um outro sentido mais dinâmico. No horizonte grego os dois (a mulher e o escravo) são incapazes de “dar parto” às ideias e bons conceitos, daí a sua fragilidade e falta de liberdade. Esta linha pretende definir o ser humano, desde a dimensão da morte – só tem valor o imortal. Assim, a verdadeira alteridade – ou os verdadeiros “filhos” – define-se pela imortalidade, como as ideias e os conceitos. A dimensão corpórea dos filhos nascidos de uma mulher, não pode definir a identidade humana, pois o que é *fisis* está sujeito a morte. Porém, para o nosso estudo «o escravo», na sua dimensão de fragilidade, responde de forma ímpar o nosso intento de explicar a condição do hóspede; não já a partir da perspectiva filosófica grega, mas no «[...] estatuto paradoxal onde o indefeso, a criança, é confiada ao mais forte, a mãe, e onde o sem poder ordena a quem tem poder [...]»; p. 22. Relemos o “ordenar” do escravo na linha levinasiana de quem suplica: “não matarás”.

⁴² Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 22.

⁴³ Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 147.

⁴⁴ Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 147.

inaugura uma relação nova com o mundo e recorda constantemente que a terra não é sua propriedade, mas de Outro. Sendo assim, aquele não pode afirmar-se possuidor, pelo contrário, deve colocar-se na condição de recebedor e acolhedor⁴⁵ do dom.

À pergunta de Paulo aos Coríntios: «Que tens tu que não tenhas recebido?» (1Cor 4,7), a resposta arranca duma perspetiva da graça divina que nos assegura que muito antes mesmo de nos sabermos vivos, já nos foi dada como dom: «Em boa verdade, quando dou por mim a pensar, já tenho coisas atrás, já estou sempre depois do meu nascimento, já tenho um pai e uma mãe, já sou filho. E reconhecer-me filho é descobrir-me como receção originária da vida, proveniente de um amor que me precede»⁴⁶; percebemo-nos envolvidos «num dom de outras mãos que amorosamente se estendem para nós»⁴⁷.

Toda a existência humana, a partir desta descoberta do dom, passa a sustentar-se não pela força do que faz, se bem que pela força do que é dado⁴⁸, cabendo-lhe a tarefa de partilhar o que recebeu. Na perceção deste dom, Carmine di Sante conclui que, se a terra é de Deus, o ser humano pode habitá-la, mas na condição de forasteiro (*gerim* em hebraico) e inquilino⁴⁹.

⁴⁵ Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, pp. 38-39.

⁴⁶ António COUTO, *Como uma dádiva: Caminhos de antropologia bíblica*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2005, p. 63.

⁴⁷ António COUTO, *Como uma dádiva*, p. 63.

⁴⁸ Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 39. O não reconhecimento do dom que se é e que se recebe desconstrói todo o dinamismo da hospitalidade, conduzindo o ser humano a uma negação da sua identidade de criatura hospedada dentro de um espaço de dom. É precisamente nesse espaço, onde ele vive da força do que foi e lhe é dado. Faltando esta compreensão, a prática da hospitalidade fica comprometida. Não se percebendo alguém que é acolhido na hospitalidade por Outro e pelos outros que estão à volta, assume-se o estatuto de “senhor”, a quem todos devem prestar veneração. Tal comportamento torna-se uma negação do Outro e de todos os outros que se apresentam diante de si, e a hospitalidade que daí resulta já não se enquadra no contexto do dever, da responsabilidade e do desinteresse, mas no horizonte de um favor que se presta a quem dele precisa. Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 52. «Quem quer apenas dar, sem estar pronto para receber, quem quer viver apenas para os outros, sem reconhecer que ele próprio também vive da doação inesperável e improvável dos outros, desconhece a condição fundamental do ser humano e destrói o verdadeiro sentido da reciprocidade». Joseph RATZINGER, *Introdução ao cristianismo*, Edição Principia, Cascais, 2005, p. 185.

⁴⁹ Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 43.

Trata-se de corresponder a um dom, e a resposta ao dom não é a posse, porque o dom não é para se possuir como uma coisa⁵⁰, ele é acolhido como dádiva.

O pensamento bíblico, ao tratar da questão da hospitalidade, ressalta, a meu ver, uma outra dimensão existencial, a da itinerância, como a de um transeunte, que é concomitante à dimensão de estrangeiro: «o dom remete para o outro, que oferece»⁵¹. Isto quer significar que todo o ser humano é acolhido e recebe a terra, e também os outros, como dom de Deus e não conquista⁵². A consciência de que a nossa verdadeira terra não é a que habitamos, obriga-nos a habitá-la com um outro sentido de permanente viandante, transcendendo o próprio espaço para fixarmo-nos noutra realidade, a do dador.

Se assim é, concluindo que a hospitalidade é vinculativa, todos percebemo-nos passageiros e viandantes. A partilha das mesmas circunstâncias existenciais torna-se a marca unificadora, que nos recorda que somos devedores uns para com os outros. Na trama hospitaleira, todos têm lugar, ninguém fica de fora. E é desta maneira original que as três religiões monoteístas – hebraica, cristã e islâmica – encontram a forma comum de adorar um só Deus, reler o mandamento do amor, na atenção para com o próximo.

Neste ponto que se segue, acompanharemos muito “de perto” o estudo de Jean-Louis Ska, que pensamos ser de elevada importância para a questão que pretendemos abordar.

⁵⁰ Cf. António COUTO, *Como uma dádiva*, p. 64.

⁵¹ António COUTO, *Como uma dádiva*, p. 64.

⁵² Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 33.

2. A hospitalidade nas três religiões monoteístas. Breve síntese.

A razão do nosso estudo, na presente perspectiva, está na continuidade do itinerário que temos vindo a fazer da definição da hospitalidade. Dissemos acima que o tema é transversal, no sentido de que cruza todas as culturas e todos os âmbitos da vida do ser humano. Por este motivo, importa-nos perceber de que forma as outras religiões, concretamente a hebraica e islâmica, com as quais a cristã partilha muitas das verdades da fé⁵³, percebem a questão da hospitalidade; como é que a percebem? Em que a fundamentam?

Antes de mais, há que reconhecer que a hospitalidade revela-se uma das virtudes mais antiga e presente em todos os contextos culturais, sociais e religiosos. Seguindo esta linha de ideias, procuraremos, de forma breve, elaborar uma síntese que pretenda ir de encontro às nossas perguntas. Não particularizaremos, de forma exaustiva, a vivência de cada uma das religiões, pois para isso seria necessário um outro tipo de estudo.

Como ponto de partida, tomamos a figura de Abraão que se apresenta como o comum antepassado⁵⁴ e ocupa lugar de destaque para as três religiões. Para a religião hebraica, Abraão é o pilar, no qual se apoia e ao qual se liga diretamente – «herdeira direta da tradição bíblica»⁵⁵; a cristã identifica-se mais com Jesus Cristo, descendente do grande tronco genealógico que remonta a Abraão (Lc 1,1); já a islâmica «considera-se herdeira de Ismael, filho mais velho⁵⁶ de Abraão, nascido de Agar, a escrava egípcia de Sara»⁵⁷. Não obstante

⁵³ Cf. O SAGRADO AL-CORÃO, *Prefácio*, in *Texto arabe e tradução portuguesa*, Islam International Publications Ltd, 1988. A crença num único Deus, nos anjos, nos livros, nos profetas, no último julgamento e na ressurreição são os fundamentos nos quais coincidem com outras as três religiões.

⁵⁴ Cf. Jean-Louis SKA, *Abramo e i soi ospiti*, p. 21.

⁵⁵ Cf. Jean-Louis SKA, *Abramo e i soi ospiti*, p. 22.

⁵⁶ Segundo o estudo de Jean-Louis SKA, a religião islâmica não acolhe o conceito de terra prometida ou do povo eleito distinto de outros povos. Por isso, Isaac não é o filho mais velho, porque filho da promessa como percebem os cristãos. Para aqueles, Ismael é o mais velho pela ordem do nascimento e não pela promessa. Cf. Jean-Louis SKA, *Abramo e i soi ospiti*, p. 71.

⁵⁷ Jean-Louis SKA, *Abramo e i soi ospiti*, p. 62.

reconhecer que Moisés, Maomé e Jesus ocupam o lugar de fundadores das três religiões: hebraica, islâmica e cristã respectivamente, que, sem dúvida, se remetem para o mesmo tronco, Abraão como guardião da sua comum memória⁵⁸.

Na sua experiência de um povo, Israel guarda na memória as inúmeras dificuldades passadas num país estrangeiro. Esta lembrança é que dá fundamento ao ato de acolher a todos de forma universal⁵⁹. Atender às necessidades dos pobres, necessitados e estrangeiros, dando-lhes o acolhimento devido, seria uma atitude a nunca mais esquecer.

Do sentimento de estranheza que gera o temor e a angústia frente ao estranho e estrangeiro, passou-se aos gestos de hospitalidade como contraposição. No lugar de combater o estranho, escolheu-se outro caminho mais fraterno de acolhimento que favorecia uma convivência sadia. Esta mudança de perspectiva não tardou que fosse preceituada pelas religiões, passando a figurar em quase todos os catálogos de Israel e dos povos vizinhos⁶⁰. O episódio paradigmático da hospitalidade de Abraão (Gn18,1-16) às três personagens divinas constitui o elemento chave e ponto de partida para uma releitura da hospitalidade nas três religiões monoteístas que, em Abraão, encontram um ponto de convergência e acolhimento.

A atitude de Abraão converte-se num paradigma ideal de hospitalidade, concebido pela tradição rabínica, reafirma Isabel Fornari. Esta constatação leva-nos a crer que o povo judaico reconhece Abraão como protótipo de uma hospitalidade «por excelência»⁶¹, pois o

⁵⁸ Cf. Jean -Louis SKA, *Abramo e i soi ospiti*, p. 21.

⁵⁹ Cf. Isabel M. FORNARI-CARBONELL, *La escucha del huésped*, p. 136.

⁶⁰ Cf. J. H. FRIEDRICH, «Xenízô», in *Diccionario exegético del Nuevo Testamento*, Salamanca, 2002, col. 456. Diz Isabel M. FORNARI-CARBONELL: «não resta dúvida de que a tradição judaica, profundamente enraizada nos costumes bíblicos de acolhimento, concede um valor de importância capital ao exercício da hospitalidade. Esta virtude, característica da literatura veterotestamentária, foi muito apreciada e recomendada na literatura rabínica, sob o conceito de “acolhimento dos hóspedes”». Isabel M. FORNARI-CARBONELL, *La escucha del huésped*, p. 133.

⁶¹ Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 77.

texto é extraordinariamente um tratado sobre a hospitalidade⁶², no qual os três personagens misteriosos representam a metáfora do estrangeiro por excelência, metáfora duma alteridade irreduzível e inacessível⁶³.

Reinterpretar esta narração, no contexto judaico, corresponde, então, a uma profissão de fé em Deus⁶⁴ que se apresenta naquele que pede hospedagem: acolhê-lo é abrir-se à Sua bênção. Neste sentido, afirma Jean-Louis Ska que a hospitalidade de Abraão tem consequência positiva para o povo de Israel: o antepassado mereceu a bênção divina para os seus descendentes por ter oferecido água aos seus hóspedes (Gn 18,4); Deus, por seu lado, deu água ao seu povo no deserto; não só água mas também pão e carne (prefigurados no maná) e a sua proteção⁶⁵, em razão da mesma hospitalidade.

⁶² Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 79. O modelo ritual da hospitalidade de Abraão encontra-se, ainda nos tempos atuais, entre os povos bantu, da região sub-sahariana, a chamada África Negra, mesmo entre grupos ainda não evangelizados. Entre estes povos, há uma conceção clara de que todo o hóspede é sagrado. Por isso, existem rituais próprios para cada hóspede, dependendo do seu grau de proximidade ou da frequência da visita. O hóspede é considerado mensageiro das graças de Deus, daí que casa ou família que não receba visitas é tida como lugar sem felicidade ou, por outra, sem a bênção de Deus. O bom acolhimento que se dá a um hóspede constitui uma forma de atrair graças e bênçãos de Deus e dos antepassados falecidos. Neste sentido, existe um ritual antecipatório, que consiste em preparar a refeição sempre um pouco a mais que o número do agregado familiar, de modo que não venha a faltar alimento para um eventual hóspede que possa chegar. Se o hóspede chegar de longe, a primeira coisa que se lhe oferece é água para o banho, a seguir a refeição que é preparada a partir de um animal abatido para o efeito. Ora, o animal é correspondente ao grau da proximidade do visitante (filho, neto, genro, sogro/a, etc.); e só depois da refeição é que se dão as boas vindas longas, que podem durar no mínimo meia hora: o visitante fala da sua família e da viagem, com todos os pormenores. O anfitrião também faz o mesmo. É ofensa para o visitante perguntar-lhe sobre o tempo de permanência, ou mesmo se pretende comer alguma coisa logo à chegada. Estas perguntas são mal interpretadas pelo visitante: revelam a não disponibilidade do anfitrião. Parte-se de princípio que o hóspede não vai em visita para comer, muito menos para importunar, a não ser para estar, e estar com alguém que para ele tem muito mais valor que o resto. Por isso, tais perguntas são consideradas ofensa grave e podem, inclusive, encurtar a visita, ou fazer com que o visitante nunca mais volte a essa casa.

⁶³ Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 81.

⁶⁴ Isabel M. FORNARI-CARBONELL, *La escucha del huésped*: a receção de um hóspede é demonstração clara de abertura à mensagem de Deus; no hóspede está representado o próprio Deus, daí o valor sagrado do exercício da hospitalidade (Cf. p. 135), pois trata-se de uma imagem divina que se acolhe. Não obstante, a inospitalidade, como sinal da negação da mensagem divina, é punida pelo próprio Deus. Recusar a hospitalidade a qualquer que seja, que necessite dela, equivale a recusar o próprio Deus (Cf. p. 137).

⁶⁵ Cf. Jean-Louis SKA, *Abraão e i soi ospiti*, p. 33. «[...] pois a hospitalidade é considerada uma das obras dignas de recompensa». Isabel M. FORNARI-CARBONELL, *La escucha del huésped*, p. 140.

Ao perpassarmos o Novo Testamento, constatamos que na religião cristã, também aí, o «apreço pela hospitalidade na comunidade primitiva»⁶⁶, era uma realidade vivida, que fazia parte, inclusive, da tabela dos requisitos necessários para se ser considerado bom cristão. Ademais, constituía uma das condições indispensáveis para ser aceite como membro da comunidade cristã:

«Só pode ser inscrita como viúva a que tiver pelo menos sessenta anos, tiver sido esposa de um só marido, gozar do testemunho de boas obras, tiver educado os filhos, *praticado a hospitalidade*, lavado os pés dos santos, assistido os atribulados e for dedicada a toda a obra boa»⁶⁷ (1Tm 5,9-10).

A hospitalidade surge neste contexto cristão, graças à influência do mundo hebraico e da compreensão do sentido da hospitalidade, oferecida aos missionários do cristianismo nascente. O próprio Jesus várias vezes precisou de recorrer à hospitalidade⁶⁸; basta lembrarmo-nos, por exemplo, da hospitalidade recebida na casa de Lázaro, Marta e Maria (Mt 21,17; Mc 11,11-12; Jo 12,2-3), em casa de Simão (Mt 26, 6-7). Esta tomada de consciência fez com que a comunidade cristã primitiva acolhesse esta prática como identificação própria do grupo.

Mas a pregação de Jesus veio reforçar a ideia de que todos são estrangeiros sobre a terra e, desse modo, a hospitalidade seria o padrão de qualidade de vida de cada um, na relação com os outros. Esta é uma ideia muito clara no discurso do juízo final (Mt 25,31-46). A carta aos hebreus também faz referência à hospitalidade, recomendando aos cristãos que não se esquecessem desta prática tão cara a Deus: «Não vos esqueçais da hospitalidade, pois, graças a ela, alguns, sem o saberem, hospedaram anjos» (Hb 13,2). Está claro que a alusão

⁶⁶ J. H. FRIEDRICH, «Xenizô», in *Dicionário exegético del Nuevo Testamento*, Salamanca, 2002, col. 456.

⁶⁷ O sublinhado é nosso.

⁶⁸ Cf. J. H. FRIEDRICH, «Xenizô», in *Dicionário exegético del Nuevo Testamento*, col. 457.

feita aqui é ao Gn 18,1-16, a de Abraão com os três visitantes. A hospitalidade torna-se, portanto, uma resposta positiva da pessoa humana ao pedido de Deus⁶⁹, que pede hospedagem.

A Didaché⁷⁰ – «um manual mais antigo das primeiras comunidades cristãs que chegou até nós»⁷¹ – igualmente, dedica um capítulo sobre a hospitalidade, para sublinhar mais uma vez como esta prática era tão bem querida entre os cristãos. O texto aí referido demonstra como a comunidade primitiva acolheu a tradição bíblica da hospitalidade, «enriquecida pelo Evangelho de Jesus Cristo»⁷². Dissemos acima que a consciência do valor missionário dos anunciadores do Evangelho fez com que o cristianismo nascente percebesse a urgência da hospitalidade. A Didaché apresenta, no capítulo onze, os profetas, que devem ser recebidos «como o Senhor», conquanto que promovam «a justiça e o conhecimento do Senhor»⁷³; logo de seguida fala dos apóstolos e profetas, e repete a recomendação feita anteriormente: que o apóstolo seja recebido «como o Senhor»⁷⁴. No capítulo doze aborda de forma mais precisa a questão da hospitalidade, apresentando-a de modo mais abrangente: «1. *Todo aquele* que vier até vós em nome do Senhor seja recebido. 2. Se *aquele que* vem for transeunte, ajudai-o quanto puderdes. Mas não permaneça entre vós senão dois ou três dias, se for necessário»⁷⁵.

O tema ganha eco nos capítulos seguintes que tratam da questão do sustento dos profetas e doutores: «1. Todo o verdadeiro profeta que deseje permanecer entre vós é digno do seu sustento»⁷⁶. Quando o texto afirma que o *transeunte* e *todo aquele* que vier em nome

⁶⁹ Cf. Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, Narcea Ediciones, Madrid, 2005, p. 67.

⁷⁰ DIDACHÉ, 11, 2, p. 227. Optamos pela edição em língua portuguesa de M. L. MARQUES – I. P. LAMELAS, *Philokalia* 5, Alcalá, Faculdade de Teologia da UCP, Lisboa, p. 2004.

⁷¹ DIDACHÉ, *Introdução*, p. 5. Didaché vem do termo grego que significa doutrina do Senhor, transmitida através dos apóstolos aos circuncisos e aos que pretendessem abraçar a fé cristã. Cf. DIDACHÉ, p. 6.

⁷² Pio Gonçalves Alves DE SOUSA, «Hospitalidade cristã», in *Communio* 4 (2004), p. 472.

⁷³ DIDACHÉ, 11, 2, p. 227.

⁷⁴ DIDACHÉ, 11, 4, p. 229.

⁷⁵ DIDACHÉ, 12, 1-3, p. 237-239 (Os sublinhados são nossos).

⁷⁶ DIDACHÉ, 13, 1, p. 241.

do Senhor devem ser bem recebidos, alude a uma perspectiva de abertura aos desconhecidos. Percebe-se claramente o modo gradativo do texto: de profetas, aos apóstolos e profetas; depois para desembocar em *todo aquele* que necessita de acolhimento, porém na condição de que viesse em nome do Senhor. Tal abertura consolida a convicção de que, nas comunidades cristãs, a hospitalidade tinha como alicerce o próprio Senhor Jesus Cristo, na sua mensagem e na sua identificação com o que se apresenta necessitado de auxílio do próximo⁷⁷ e na sua perspectiva universalista.

Ora, a hospitalidade, que se oferece tanto aos crentes como aos não crentes, devolve o sentido⁷⁸, ao mesmo tempo que remete ao Sentido por excelência, Jesus Cristo. Este dinamismo fá-los descobrir a beleza do amor de Deus. Se toda a irrupção dum estranho faz convite ao retorno ao sentido, significa que a provocação que resulta desse encontro, converte-se em ocasião favorável de aprofundamento e confronto com as opções de vida que orientam a construção da existência⁷⁹. Para a religião cristã que se revê no núcleo fundante da hospitalidade de Abraão, a hospitalidade situa-se no horizonte de uma concretização do serviço que se dispensa ao próximo⁸⁰, de modo gratuito.

Igualmente na religião islâmica, Abraão é o protótipo da hospitalidade. O Corão guarda um texto muito próximo do de Gn 18,1-16, embora apresente significativas diferenças em relação ao texto bíblico, sobretudo no aspeto literário, do qual não nos iremos ocupar aqui. Retemos, porém, de forma bastante evidente, a mensagem essencial de que Abraão hospedou

⁷⁷ Cf. Pio Gonçalves Alves DE SOUSA, «Hospitalidade cristã», p. 473.

⁷⁸ Designamos “sentido” àquela orientação de vida para uma determinada direção existencial que todo o ser humano precisa de ter. A falta daquele, o ser humano experimenta um vazio que o conduz ao desalento sem perspectivas de uma esperança que lhe garanta um viver feliz e realizado. Cf. Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, p. 114.

⁷⁹ Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed.), *Um espacio para la ternura: Miradas desde la teología*, Comillas, Madrid, 2006, p. 147.

⁸⁰ Cf. Isabel M. FORNARI-CARBONELL, *La escucha del huésped*, p. 135.

os três personagens misteriosos. Para uma melhor clareza, optamos por apresentar o texto do Corão que se refere a hospitalidade de Abraão:

«⁷⁰E sem dúvida os nossos mensageiros foram a Abraão com boas novas. Eles disseram, “Nós desejamo-vos paz”. Ele respondeu, “ Paz seja convosco”, e não tardou muito em trazer um vitelo assado. ⁷¹Mas quando ele viu as suas mãos lá não chegavam, ele os tomou como estranhos, e por eles concebeu um medo. Eles disseram, “Nada temei, pois nós fomos enviados ao povo de Lote”. ⁷²E sua mulher estava ao pé, e também ela riu, em vista do que nós lhe demos boas novas do nascimento de Isaac, e, depois de Isaac, de Jacó. ⁷³Ela disse, “Ai de mim! Irei eu ter um filho quando já sou uma velha, e este meu marido é um velho? Isto é na verdade uma coisa estranha”. ⁷⁴Eles disseram, “ Admiras-te do que Allah decreta? A misericórdia de Allah e Sua bênção são sobre vós, Oh gente da saca. Sem dúvida, Ele é Digno de Louvor, Glorioso. ⁷⁵E quando o medo deixou Abraão e as suas boas novas a ele chegaram, ele começou a advogar com Nosco a respeito do povo de Lote. ⁷⁶De fato Abraão era indulgente, de coração sensível, e voltando-se para Deus» (Sura 11,70-76).

O mesmo tema volta a ser referido no capítulo quarto, mas de forma mais concreta, para explicitar o modo de fazer a hospitalidade:

«Adorai Allah e não associai coisa alguma com Ele, e mostrai bondade para com os pais, e para com os parentes, e órfãos, e os necessitados, e para com o vizinho que é um parente e o vizinho que é um estranho, e o companheiro ao vosso lado, e o viandante, e aqueles que a vossa mão direita possuir. Por certo, Allah não ama os orgulhosos e os jactanciosos» (37).

O apelo é bastante claro. A universalidade do trato é incisivo e pormenorizado. Não resta dúvida de que toda a pessoa deverá merecer uma atenção particular, na sua situação específica. Essa é a forma irrepreensível de adorar Allah. Fazendo-se isto, mostra-se humilde e, desse modo, aceite por Allah.

Para concluirmos, podemos reter que, na verdade, a figura de Abraão apresenta-se hospitaleira de duas maneiras: na primeira, ele recebe os três hóspedes que foram visitá-lo,

para anunciar-lhe o nascimento de um filho; na segunda, recebe à sua mesa as três religiões⁸¹. Este é, por conseguinte, um sinal claro e demonstrativo de que a hospitalidade deve ser universal, de tal forma que as diferenças não possam anular nem excluir ninguém. Só neste horizonte de inclusão é que ela poderá falar de um Deus único, que toca a nossa realidade humana para a eternizar⁸².

Mas o toque de Deus é concreto, real. É possível experimentá-lo através das pessoas que estão à nossa volta, porque no contexto do cristianismo a realidade (Deus) não se dá sem a mediação⁸³, que permite que o mesmo Deus cristão entre em contacto com a fugacidade da História⁸⁴ humana. Foi assim que a Irmã Maria Clara, fazendo-se mediação, também procurou fazer passar esse toque, tão simples e terno, que traduziu de modo particular a presença do Emmanuel, Deus – connosco, como constataremos a partir do capítulo que segue.

⁸¹ Cf. Jean-Louis SKA, *Abramo e i soi ospiti*, p. 21.

⁸² Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 103.

⁸³ Cf. João M. DUQUE, *Dizer Deus na pós-modernidade*, Alcalá, 2003, p. 296.

⁸⁴ Cf. João M. DUQUE, *Dizer Deus na pós-modernidade*, p. 72.

CAPÍTULO II – UMA HOSPITALIDADE COM ROSTO PRÓPRIO: IRMÃ MARIA CLARA DO MENINO JESUS

A figura da Irmã Maria Clara do Menino Jesus faz-se porta de acesso à nossa temática. Desta forma, apercebemo-nos duma exigência que não podemos não responder: fazermos uma trajetória retrospectiva que nos conduza ao berço familiar de onde esta mulher, da última metade do séc. XIX, alimentou a sua fé e a sua humanidade. Este retorno, que será breve, permitir-nos-á descrever os traços mais importantes que pensamos serem indispensáveis para a compreensão das suas escolhas de vida que, de forma única, marcaram a história do seu tempo e continuam a marcar a nossa época, através das suas seguidoras.

1. Traços biográficos

1.1. Nascimento e morte dos pais – Libânia do Carmo Galvão Mexia de Moura Teles e Albuquerque nasceu a 15 de Junho de 1843, na Amadora, perto de Lisboa⁸⁵, numa família nobre, de profundas raízes cristãs. Até aos 10 anos, a sua infância decorreu amena e tranquila no lar paterno, onde assimilou uma profunda fé cristã e aprendeu a amar a Deus, a Maria e ao próximo mais desamparado⁸⁶.

Desde esta idade, a vida torna-se-lhe sombria com mortes sucessivas de pessoas muito chegadas, como o tio-avô, residente em sua casa, o irmão mais novo, o Ruy, a mãe, em maio de 1856, e o pai, vítima da febre amarela em dezembro de 1857.

⁸⁵ Cf. *POSITIO, CONGREGATIO DE CAUSIS SANCTORUM, Beatificationis et canonizationis servae Dei Maria Clara a Iesu Infante*, Vol. I, Romae, 2003, p. 17. Todas as citações subsequentes deste documento, I e II volumes respetivamente, serão apresentadas pelo número do volume correspondente e pela primeira denominação – 1POSITIO ou 2POSITIO. Esta e outras fontes que pertencem à bibliografia específica, a sua citação obedecerá a forma acordada e em vigor na Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC).

⁸⁶ Cf. 1POSITIO, p. 17.

Libânia foi a terceira de sete irmãos, dos quais a quarta (Matilde) ingressou, em 1869, no Mosteiro da Visitação (ou Salésias), em Lisboa, onde tomou o hábito e professou. Posteriormente, depois da sua passagem pelo convento congénere, na Batalha, e de algum tempo de integração no convento de Vilar, no Porto, em 1887, à testa de uma comunidade, fundou o Mosteiro da mesma Ordem, em S. Miguel (Vila das Aves – Santo Tirso)⁸⁷.

1.2. *Acolhimento no Asilo da Ajuda e sua formação* – A partir daquele momento, Libânia começaria uma “itinerância” que nunca mais conheceria fim, senão no encontro definitivo com Deus. Aos 14 anos é acolhida, juntamente com a sua irmã mais nova Matilde Henriqueta, no Asilo Real da Ajuda, destinado a órfãos de famílias nobres, cujos pais tinham sido vítimas das epidemias de 1856 e 1857. Recebe o ensino básico, francês, música e labores femininos, ministrados pelas francesas Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo⁸⁸.

1.3. *Expulsão das Religiosas e o Palácio dos Marqueses de Valada* – Para aqueles a quem Deus destina a concretizar um sonho maior, Ele os prepara por meio da história e dos acontecimentos que se tornam o melhor mestre. Assim foi com a Irmã Maria Clara, para lhe tornar o coração magnânimo e aberto à realidade tão diversificada e adversa. Em 1862, diz a primeira crónica (1896), que as religiosas francesas foram expulsas de Portugal, por influência liberal maçónica. Libânia é, então, acolhida pela Marquesa de Valada, que quis tê-la em sua companhia, no seu palácio, onde sempre foi considerada filha⁸⁹.

⁸⁷ Cf. 2POSITIO, p. 19.

⁸⁸ Cf. 2POSITIO, p. 17.

⁸⁹ Cf. Maria DA PIEDADE, *Livro primeiro das crónicas da Congregação das irmãs terceiras Regulares de S. Francisco de Assis. Hospitais Portuguesas com centro principal em Lisboa*, 1896 (2ª edição, 2012), p. 15. Doravante, 1Crónica. Cf. Henrique Pinto REMA, *Crónica do centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitais da Imaculada Conceição (1876 -1976) II: Das origens até à República (1871 - 1910)*, 1979, p. 68. Será citado por 3Crónica.

1.4. *Convento S. Patrício*⁹⁰ – Depois que Libânia pediu a sua emancipação legal, aos 19 anos⁹¹, começou a governar a sua própria vida, impondo-se a si própria a responsabilidade de colaborar dentro da Igreja na obra de Jesus Cristo⁹². No ano de 1867, entra no Convento de S. Patrício, como pensionista, onde havia uma fraternidade de Terceiras Seculares – as Capuchinhas de Nossa Senhora da Conceição ou Recolhidas de Santa Clara – dirigidas por um religioso egresso da 3ª Ordem Franciscana Regular, o Padre Raimundo dos Anjos Beirão⁹³.

No decorrer das suas andanças missionárias, o Padre Raimundo encontrou na Aldeia Galega do Ribatejo (atualmente Montijo) o Recolhimento das Irmãs Capuchinhas de Nossa Senhora da Conceição. Viviam em grande pobreza, até com necessidades primárias. Para atenuar a austeridade, o Padre Raimundo instituiu junto do recolhimento um colégio de meninas que seria um auxílio de manutenção das Irmãs, além de constituir uma nova missão que se lhes confiava. Dado o crescimento da obra, houve o imperativo de encontrar espaço que respondesse à necessidade⁹⁴. E a solução última foi o convento S. Patrício.

⁹⁰ A casa de S. Patrício fora cedida pelos Padres Inglesinhos. Encontrava-se às escadinhas de São Crispim, a dois passos da Sé de Lisboa, no sopé da muralha do castelo de S. Jorge. Cf. 3Crónica, p. 49. Este convento tinha sido fundado, em 1617, pelos Padres da Companhia de Jesus, como seminário destinado à preparação de rapazes irlandeses para o sacerdócio, pois era-lhes totalmente vedado o estudo da Teologia em sua pátria, por causa da perseguição religiosa que a Reforma protestante havia desencadeado. Fora-lhe dado o nome do padroeiro da Irlanda, São Patrício. Estando sem moradores o velho casarão de São Patrício, os proprietários entregaram-no ao Padre frei Raimundo dos Anjos, a fim de ali poder instalar as suas Irmãs Capuchinhas e o colégio. Para ali se mudaram as Irmãs, entre 1858-1860. Cf. 3Crónica, p. 532; Cf. 1Crónica, p. 39; Cf. Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Pe. Raimundo Beirão. Onde houver o bem a fazer...*, Salvador-Bahia, 1989, p. 38.

⁹¹ Achamos por bem citar parte do documento que respondia favoravelmente ao pedido da Libânia: «Faço saber que por parte de Libânia do Carmo Galvão, filha de [...] me foi feita uma petição, em que requereu que, visto ter completado a idade legal e achar-se em circunstâncias de bem reger sua pessoa e bens, a houvesse por emancipada. [...] convocado o conselho da família, que deliberou a favor, em confirmação desta deliberação, a que não se opôs o Doutor Curador geral dos órfãos, hei, pelo presente Alvará, por emancipada a dita Libânia do Carmo Galvão [...]». 3Crónica, p. 68.

⁹² Cf. Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar caminhos*, p. 37.

⁹³ Cf. 1POSITIO, p. 18; Cf. Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial de Deus*, p. 18.

⁹⁴ Cf. 3Crónica, pp. 532-533.

1.5. *O Padre Raimundo dos Anjos Beirão*⁹⁵ – É de justiça fazermos referência, desta figura, no nosso estudo, visto ter sido ela a melhor intérprete da vontade de Deus sobre Libânia. Num primeiro momento, percebemos que Libânia, ao desejar ser religiosa, não tinha como objetivo fundar alguma congregação. Desejava somente consagrar-se a Deus, possivelmente na fraternidade das Capuchinhas, para, juntamente com elas, dispor-se inteiramente ao serviço dos necessitados. Dedicar o seu tempo histórico às prioridades evangélicas, fazendo da vontade do Pai o seu querer, a sua meta⁹⁶. Certamente teria sido esta a única causa que animava o seu coração.

Por outro lado, no coração do Padre Raimundo, crescia o desejo de fundar «uma Congregação que se dedicasse a doentes e crianças pobres e a todos os abandonados»⁹⁷; «uma Congregação genuinamente portuguesa»⁹⁸. Tal desejo desenhava um sonho que Libânia teria de colaborar, para que se chegasse à sua concretização.

1.6. *Os votos, o hábito e novo nome* – Dois anos após ter entrado no pensionato de S. Patrício, Libânia recebeu o hábito das Capuchinhas e emitiu os votos de Terceira Secular, acrescidos do “juramento” da Conceição, comum às demais Recolhidas. É nesta ocasião que

⁹⁵ O padre Raimundo Ferreira da Silva Beirão recebeu o nome de Frei Raimundo dos Anjos, na altura da tomada de hábito, na Ordem Franciscana, aos 16 anos, no Convento de Nossa Senhora de Jesus, da Terceira Ordem Regular, em Lisboa. Fora expulso, como os demais religiosos, pelo decreto governamental de 28 de Março de 1834, passando a viver na clandestinidade, durante algum tempo. Logo que a situação “anticlerical” serenou, começou a dedicar-se aos pobres, abandonados, deserdados da sorte, impelido somente pelo amor de Deus. Percorria o país, pregando em todo o lugar e atendendo, como podia, as necessidades que se lhe deparavam, provendo o pão material e oferecendo a Palavra de Deus. Cf. Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial de Deus*, pp. 16-17. Segundo David de Azevedo, a Terceira Ordem destinava-se a pessoas que, vivendo no mundo, por vocação ou compromissos familiares e sociais, queriam, não obstante, viver a mesma vida evangélica.

⁹⁶ Cf. Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar caminhos*, p. 41.

⁹⁷ IPOSITIO, p. 18.

⁹⁸ Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial de Deus*, p. 33.

lhe é dado o nome de Irmã Maria Clara do Menino Jesus, o qual conservou até à morte⁹⁹. Como já referimos, o Padre Raimundo fez-se intérprete fiel dos desígnios de Deus sobre a Irmã Maria Clara. Esta, sendo membro da fraternidade dirigida pelo referido padre, pôde, também, receber o acompanhamento espiritual necessário. Neste contexto, o padre Raimundo percebe na Irmã Maria Clara algo de extraordinário: uma capacidade de doação aos outros, um coração verdadeiramente «inclinado para Deus, a fim de cumprir as suas ordens» (SI 119 [118],36).

1.7. *Formação em Calais* – A proibição dos votos religiosos em Portugal não permitia a formação legal, em noviciado (deste aspeto falaremos a seguir, no número dois deste capítulo). O Padre Raimundo, após diligências necessárias junto à Geral das Irmãs Hospitaleiras de Calais¹⁰⁰, em 1870 enviou para a França algumas Recolhidas, das quais a Irmã Maria Clara do Menino Jesus. Acolhendo a vontade do seu orientador espiritual¹⁰¹, Maria Clara vai submeter-se a uma formação específica e mais consistente. Passa 15 meses na França: professa a 14 de abril de 1871 e regressa a Portugal, no dia 29 do mesmo mês.

⁹⁹ Cf. 1Crónica, p. 16-17. «Tomou, pois, o hábito, em 1869 [...]. O nome de Irmã Maria Clara do Menino Jesus foi-lhe dado na ocasião em que ela fez os seus primeiros votos, isto é, em 1869, nome que sempre conservou, mesmo quando passou a Calais». 1POSITIO, p. 18.

¹⁰⁰ Cf. 3Crónica, pp. 74-77. As irmãs franciscanas hospitaleiras de Calais surgiram de uma fusão de «sete comunidades religiosas femininas franciscanas de longa história, que, desde os começos do séc. XIX, procuravam, consoante as suas possibilidades, renascer das cinzas da revolução. Tinham sido comunidades independentes umas das outras, dependentes apenas do ordinário do lugar. Cada comunidade tinha o seu hábito característico, a sua própria regra de vida. De comum, tinham a profissão e a mesma raiz franciscana, além da dedicação às obras de caridade nos hospícios e asilos, onde atendiam aos doentes, aos pobres, aos velhos e as crianças. Visto que, com o decorrer do tempo, se iam introduzindo abusos dissonantes nas comunidades, e escasseavam as vocações, o Cónego Adolfo Duchenne iniciou a obra de união destas comunidades franciscanas, filiando-as à Primeira Ordem (Ordem dos Frades Menores). Esta agregação significava a renúncia à autonomia de cada comunidade, sujeitando-se a uma só Regra, à autoridade da mesma Superiora Geral, além da mudança de práticas antigas, como a receção dum hábito próprio. A 10 de abril de 1854, pelo decreto imperial, são reconhecidas como uma Congregação. A sua aprovação pelo governo foi justificada pelas obras de utilidade nacional, como associação de beneficência e não pela perspetiva cristã.

¹⁰¹ A primeira Crónica atesta que «obedecendo às instruções do Padre Beirão e não por sua vontade, partiu para França [...]». 1Crónica, p. 17.

1.8. *Superiora e Formadora* – No dia 3 de maio de 1871, a Irmã Maria Clara é nomeada Superiora do Convento de S. Patrício, onde iniciou a gigantesca tarefa de orientar as religiosas. Num primeiro passo, dedicou-se à reforma da Comunidade das Capuchinhas, acolhendo sob sua autoridade as que se dispusessem a seguir a nova aventura que se abria. A partir daquele momento, a Irmã Maria Clara do Menino Jesus iria tomar os remos do barco que, ora nas águas da bonança seguia, ora nos grandes tumultos de tempestades oscilava. Mas cabia a ela, a responsabilidade de animar, acalantar e lançar as suas religiosas para as mais longínquas terras de além dos mares, ao encontro de Cristo dos «mil rostos que, em plena noite, bate à porta, pede abrigo e amor»¹⁰².

«Para as leis portuguesas, que sofriam então de miopia, a nova entidade era apenas mais uma associação de beneficência»¹⁰³, com Estatutos¹⁰⁴ próprios, aprovados a 22 de Maio de 1874, pelo Governo Civil de Lisboa¹⁰⁵, com o nome de «Hospitaleiras dos Pobres pelo Amor de Deus»¹⁰⁶. Foi decisivo que a Congregação nascente não estivesse ligada a nenhuma autoridade estrangeira, de maneira que garantisse a sua aceitação junto do Governo Português. Em 27 de Março de 1876, a pedido da Irmã Maria Clara, com o rescrito do Papa Pio IX, é

¹⁰² AGCONFHC – JOÃO PAULO II, *Mensagem à Congregação por ocasião do XXIII Capítulo Geral* (1995).

¹⁰³ JOÃO PAULO II, «Mensagem à Superiora Geral das Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, Ir. Maria Isilda Freitas», in *L'OSSERVATORE ROMANO*, 30 (28 de julho de 2001), p. 8.

¹⁰⁴ Cf. 2POSITIO, p. 49. Nestes primeiros Estatutos, já estava muito bem claro o objetivo da nova Congregação logo no artigo 1º que assim reza: «A Congregação das Irmãs Hospitaleiras dos Pobres pelo amor de Deus e terceiras de S. Francisco de Assis tem por fim principal o praticarem as obras de caridade seguintes: tratarem dos enfermos pobres e não pobres, tanto nos hospitais como em suas casas, ensinar [em] crianças pobres, administrarem creches, orfanados e asilos»; no primeiro período do artigo 2º, aponta o espírito que deve orientar todas as ações: «O serviço das Irmãs é feito pelo amor de Deus». Já o artigo 22º explica o modo de concretizar o objetivo: «As Irmãs devem tratar os doentes mais velhos com um amor e respeito filial, os mais novos com um amor e respeito fraternal, e as crianças com a meiguice e amor maternal, dirigindo a todos palavras de consolação, afastando dos seus corações toda e qualquer ideia de terror e animando-os a levarem o melhor possível a cruz de suas moléstias» 2POSITIO, p. 51. A elaboração dos estatutos contou com a ajuda do irmão de sangue do Padre Raimundo dos Anjos Beirão, Dr. Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão (1805-1893), considerado advogado iminente e deputado das Cortes. Cf. 3Crónica, p. 110.

¹⁰⁵ A aprovação dos Estatutos desta nova Congregação teria sido encaminhada pelo Patriarca de Lisboa e pela Infanta Dona Isabel Maria, filha do rei D. João VI, irmã dos reis Dom Miguel e Dom Pedro, ela mesma Regente do reino, por morte de seu pai, desde 1826 a 1828. Cf. Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial de Deus*, p. 36.

¹⁰⁶ 2POSITIO, p. 42.

concedida a aprovação pontifícia, juntamente com a faculdade de emitirem apenas votos temporários e gozarem dos mesmos privilégios, graças e favores espirituais, de que legitimamente gozava a Congregação francesa¹⁰⁷.

A Irmã Maria Clara como boa ouvinte dos murmúrios de Deus soube, com audácia e sabedoria que lhe vinha do alto, na sua última circular dizer: «Nada acontece no mundo sem a permissão divina!»¹⁰⁸. Ela tinha compreendido que era uma felicidade imensa terem sido chamadas à sublime vocação de cooperar na salvação das almas, praticando as obras de misericórdia¹⁰⁹. Até ao final da sua vida, a grande preocupação foi incutir nas suas religiosas duas realidades inseparáveis: Deus (Céu) e o Trabalho (pessoa humana). Percebia-se nela uma consciência clara de que, enquanto estivesse na terra, era seu dever trabalhar para a salvação das almas, e o Céu é que lhe assegurava essa capacidade; em última instância, era Deus quem garantia o êxito de toda a sua atividade: «Ânimo e coragem, queridas filhas. Porque esta vida são dois dias e o Céu é para toda uma eternidade!»¹¹⁰. Terminada a sua carreira, tendo guardado a fé (2Tm 4,7), foi a esse Céu tão desejado por ela, a 1 de Dezembro de 1899, na casa das Trinas. E a Igreja, reconhecendo a sua heroica virtude hospitaleira, beatificou-a a 21 de maio de 2011, em Lisboa.

¹⁰⁷ Cf. 2POSITIO, p. 48. Se, para o governo português, a nova associação de beneficência devia estar desligada das instituições estrangeiras, como forma de garantir o seu reconhecimento, já a Santa Sé, embora a aprovasse como congregação, parece querer sujeitar à congregação de Calais. A primeira crónica esclarece que Padre Raimundo transformou esta Congregação em Ordem de Irmãs Hospitaleiras, uma Ordem portuguesa independente de qualquer outra. Cf. 1Crónica, p. 27. A mesma crónica afirma que era impossível, segundo as leis vigentes no país, continuar a nova Congregação filiada à de Calais, para que o Governo a aprovasse. Daí que se pensou desde logo na separação da França e em pedir a aprovação do Governo. Cf. 1Crónica, p. 22.

¹⁰⁸ FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, Linda-a-Pastora, 1992, p. 67.

¹⁰⁹ Cf. FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 59.

¹¹⁰ FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 60.

2. Contexto social

Libânia do Carmo nasce numa época bastante brumosa da história de Portugal, segunda metade do séc. XIX. Segundo a divisão histórica de Miguel de Oliveira, Libânia vai situar-se num período histórico que ele denomina «quarto período» marcadamente liberalista e laicista. Num período em que «Afirma-se cada vez mais o poder espiritual dos papas e cresce o ascendente do seu alto magistério. Quando perdeu o que restava dos Estados da Igreja, Pio IX tinha definido o dogma da Imaculada Conceição (1854), publicado o *Syllabus* (1864) e reunido o concílio do Vaticano, em que se proclamou a Infalibilidade pontifícia (1869-1870). Desde 1870, desenvolve-se a fase do laicismo. O que pretendem (os movimentos laicistas) é expulsar a Igreja da vida pública, eliminar toda a ideia religiosa e construir uma sociedade nova, completamente secularizada – a sociedade laica»¹¹¹. A «Liberdade» é a palavra chave que mobiliza todas as batalhas, no campo político, económico e doutrinal, ainda que não tivesse o mesmo significado para todos os seus proclamadores¹¹². Nesse contexto é que lhe cabia viver e traçar a sua própria história; cruzá-la com as histórias dos seus contemporâneos e entrelaçá-la com a de Cristo. Precisamente nesta história sombria é que a presença divina se fez nítida, como ao povo de Israel, quando o desespero parecia anular toda a possibilidade de esperança. A própria história tornou-se ocasião propícia para uma releitura da intervenção divina, que não abandona o seu povo, por entre a nebulosa realidade.

No primeiro número deste capítulo fizemos referência, ainda que de forma breve, à situação familiar que tocou a própria Libânia e como essa realidade dolorosa criou nela um carácter forte e fez dela uma mulher destemida.

¹¹¹ Miguel DE OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa – América, Portugal, 1994, p. 225.

¹¹² Cf. Miguel DE OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, p. 225.

O ambiente era hostil, a revolução francesa de 1789 tinha desencadeado um processo de contestação com largos reflexos em Portugal. A Igreja, em geral, e as ordens Religiosas, em particular, constituíram um alvo certo dos revolucionários¹¹³. O anticlericalismo e o anticongregacionismo, intensificados por fortes ventos liberais maçónicos, clamavam pelo rosto materno de Deus¹¹⁴ na fustigada Igreja Católica, em Lisboa, e por todo o Portugal e Europa¹¹⁵. O liberalismo, instaurado por Dom Pedro, em 1833, com as reformas eclesiásticas começou a dar forma legal às disposições mais opressivas, inspirado na maçonaria, com a desdita da colaboração de alguns membros da Igreja.

Constituída a “Junta” para o exame do estado e melhoramento temporal das Ordens regulares, em substituição da Comissão de reforma dissolvida em agosto de 1833, tomou «o poder de dispor dos benefícios eclesiásticos»¹¹⁶. O decreto de 30 de Maio de 1834 viria a coroar os sucessivos diplomas que visavam arruinar instituições e a disciplina da Igreja: consistiu na extinção de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos das Ordens Regulares, transferindo para o Estado o encargo de muitas obras de ensino e assistência¹¹⁷.

Não se pode deduzir, a partir destes dados, que a realidade tivesse mudado, após a confiscação do património religioso. Pelo contrário, a efervescência revolucionária seguia em frente, o que fez com que, em 1858-62, se desencadeasse uma perseguição às Filhas da Caridade e a sua consequente expulsão¹¹⁸.

O clima que se vivia no tempo da Irmã Maria Clara não era favorável para o surgimento duma Congregação. Mas, eis que uma mulher surge como um profeta no caos babilónico, onde o liberalismo político e económico tinha fechado os olhos ao próximo.

¹¹³ Cf. 3Crónica, p. 40.

¹¹⁴ Que se faz visível através de quem, em nome de Deus, oferece-se no cuidado dos mais sofridos.

¹¹⁵ Cf. Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar Caminhos*, p. 34.

¹¹⁶ Miguel DE OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, p. 232.

¹¹⁷ Cf. Miguel DE OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, p. 232.

¹¹⁸ Cf. 2POSITIO, p. 22.

Negando Deus, chegava a recusar a dignidade e responsabilidade pelo outro e ignorava a transcendência do ser humano¹¹⁹. A Irmã Maria Clara tornou-se uma luz que brilhou nas trevas, nas vidas de tantos sofridos, cuja esperança se tinha desvanecido.

A conflituosidade em que ela se viu mergulhada, juntamente com as suas religiosas, exerceu grande influência mesmo na fixação do nome da Congregação nascente. Explica Maria Amélia Carreira das Neves:

«Dos primórdios até 1964, vai-se descobrindo a identidade do próprio nome de uma Congregação Religiosa tão fustigada por ideologias políticas. O Governo português regista-a em 1874 como Associação das Irmãs Hospitaleiras dos Pobres pelo Amor de Deus. A irmã Maria Clara, quando pede a aprovação pontifícia, em 1875, refere-se à Congregação como já existindo, desde o começo do século anterior, na pessoa das Capuchinhas de Nossa Senhora da Conceição, e dá-lhe o nome de Hospitaleiras de Portugal (registrando diferente identidade das Hospitaleiras de Calais, França). As Constituições primitivas (1890) trazem a designação de Irmãs da Terceira Ordem de São Francisco de Assis das Irmãs Hospitaleiras Franciscanas de Portugal. As Constituições de 1900 designam a Congregação por Irmãs Hospitaleiras de São Francisco em Lisboa. A irmã Maria da Piedade, autora do 1º livro das Crónicas (1896) escreve Congregação das Terceiras Regulares de São Francisco de Assis, Hospitaleiras Portuguesas. Pela designação Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas nos conhecemos até nos identificarmos, em 1964, com o que é a base do nosso Carisma Fundacional: Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Assim estamos designadas a partir das Constituições de 1990»¹²⁰.

É de salientar que a tensão que se fazia sentir, vinda das autoridades civis, foi acrescida duma outra, não menos dolorosa: algumas entidades religiosas, concretamente dos visitantes, a quem cabia a tarefa de assistir a Congregação espiritualmente e servir de ponte entre a mesma Congregação e as autoridades supremas da Igreja, dificultavam ainda mais essa

¹¹⁹ Cf. Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar caminhos*, p. 32.

¹²⁰ Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar caminhos*, pp. 55-56 (nota 107). Era preciso antes conferir a nova instituição traços credíveis, frente ao Governo liberal e maçónico, facto que obrigou a harmonização dos direitos da Igreja e as leis do Estado. Já na “assembleia geral” de 1874, na casa de São Patrício, surgia a nova designação: «*Estatutos das Irmãs Hospitaleiras dos Pobres pelo Amor de Deus*». No que diz respeito à origem deste nome, a Crónica do Centenário explica: «o termo “hospitaleiras” veio das Franciscanas de Calais; “dos pobres” é mutuado das Irmãs da Caridade: “Servas dos Pobres”, como se chamavam em Portugal; “Pobres pelo Amor de Deus” é um termo utilizado já num documento de 20 de Novembro de 1862, emanado pelas Irmãs Capuchinhas de São Patrício. Para não levantar qualquer espécie de suspeitas, não há a mínima referência ao facto de serem “franciscanas”». 3Crónica, p. 110 (o sublinhado é do autor).

relação, em vez de a favorecer. A razão deste mal-estar era evidente: a mulher ainda não tinha alcançado credibilidade num contexto profundamente marcado pelo clericalismo e dentro de uma cultura em que a mulher e o feminino não tinham vez¹²¹. Basta que prestemos atenção às palavras de Rosa Helena M. de Moura, referentes ao visitador:

«O visitador exigia “rendimento” (submissão) absoluto e não gostava que discutissem as suas ordens que, convictamente, considerava como expressão pura e simples da vontade de Deus, a Quem representava. No relacionamento com a superiora geral, Frei António de Santa Maria [que era que era o visitador] mostra-se, na maior parte das vezes, ríspido, agressivo, cheio de suspeitas, ameaçador»¹²².

A confirmar a descrição, o próprio visitador teria escrito a Irmã Maria Clara, a 20 de Setembro de 1896: «Será verdade que as Conselheiras Gerais não desempenham as suas obrigações, como eu ordenei? Deus nos livre de tal, minha querida irmã. Quem despreza a autoridade ao próprio Deus despreza»¹²³.

A insinuação do Patriarca de Lisboa, com o objetivo de a depor do seu cargo, foi outra inventiva que não conheceu sucesso, visto ter sido novamente eleita a Irmã Maria Clara com maioria absoluta, logo no primeiro escrutínio do capítulo de 1894. O extrato do relatório do Patriarca para o Núncio Apostólico, datado de 21 de abril de 1893, com a assinatura de José, Cardeal Patriarca, tece elogios à Congregação; somente “os abusos” referem a Irmã Maria Clara. Chega a afirmar que a Superiora Geral é por índole, teimosa e despótica e mui pouco instruída [...] ¹²⁴. E avança: «é de génio violento, trata mal as súbditas de palavras, por vezes com modos grosseiros, e, indagando bem, algumas diriam que lhes tem batido»¹²⁵. Ademais, pesava sobre ela os maiores desvios aos costumes, às ordens superiores.

¹²¹ Cf. Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial*, p. 158.

¹²² Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial*, p. 159.

¹²³ 3Crónica, p. 266.

¹²⁴ Cf. 2POSITIO, p. 118.

¹²⁵ 2POSITIO, p. 119.

Não pretendemos traçar aqui um roteiro histórico, mas demonstrar o melhor possível como a Irmã Maria Clara, no início da sua grande aventura, desafia o clima inóspito de então. Ela não desiste, porque não desistir «é apanágio dos santos»¹²⁶. É precisamente neste ambiente que, «libertada por Deus de todas as seguranças humanas, leva a cruz de cada dia com serenidade sobrenatural, irrompendo na Igreja do século XIX para consolar os tristes e oprimidos, para construir um mundo justo, mais humano, mais irmão»¹²⁷.

Embora as circunstâncias não fossem favoráveis, a Irmã Maria Clara com o seu «olhar profundamente tranquilo [...] abraça as intempéries da vida»¹²⁸ e faz do «amor a Deus e ao próximo [...] fonte de luz e nunca mandamento imposto»¹²⁹. Oferece-se como dom e presença da misericórdia divina¹³⁰, contrapondo-se aos olhares meramente humanos que não veem a não ser o que os olhos alcançam.

A sua persistência e ousadia vêm descritas pelas suas irmãs religiosas que, embora em algum momento se mostrassem divididas por influências externas¹³¹, concretamente dos visitantes, reconheciam e reconheceram, mais tarde, o quanto Deus realizou por intermédio desta mulher. E é neste sentir que descrevem os feitos memoráveis da Irmã Maria Clara, como nos mostra a crónica que se segue, no terceiro capítulo.

¹²⁶ ARQUIVO GERAL DA CONFHIC – José POLICARPO, cardeal. *Da homilia da beatificação*, Lisboa (21 de Maio de 2011). Nas posteriores citações, a primeira denominação desta fonte será apresentada com a sigla AGCONFHIC.

¹²⁷ Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar caminhos*, p. 36.

¹²⁸ Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar caminhos*, p. 36. A título de exemplo, vale a pena recordarmos a prisão da Irmã Coleta, em Lisboa e depois em Braga. Cf. Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial*, pp. 122-136.

¹²⁹ Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar caminhos*, p. 36.

¹³⁰ Cf. Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar caminhos*, p. 36.

¹³¹ Cf. Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial*, pp. 155-167.

CAPÍTULO III – UMA RELEITURA DA HOSPITALIDADE

Reler é fazer memória. Fazer memória tem o significado de quem transforma em hino os feitos dos antepassados que se tornaram guias do povo, sábios narradores, criadores de melodias musicais novas, adaptadas à sua própria história. Por isso, as suas obras de piedade não foram esquecidas pelo tempo, porque fizeram-se eles mesmos pessoas de misericórdia (Sir 44,1.4.5.10). A releitura da hospitalidade que nos propomos fazer começa pela apresentação da crónica. Uma crónica que nos permitirá seguir de perto o modo como a Irmã Maria Clara do Menino Jesus viveu o Evangelho no seu contexto próprio e, de modo simples, o soube traduzir e dá-lo, em gestos concretos, aos demais.

1. Apresentação da Crónica¹³²

«O enternecido amor, que a nossa veneranda Fundadora consagrava às criancinhas, não impedia que ela amasse com a mesma ternura os pobrezinhos. Para estes também igualmente havia um lugar especial em seu bondosíssimo coração! Procurava fazer-lhes todo o bem que uma alma generosa pode imaginar e realizar.

Como o seu cargo a obrigava a sair frequentemente de Lisboa e a sua preciosa saúde, tão cedo depauperada pelos muitos desgostos que desapiedosamente a cruciavam, só lhe

¹³² Maria da Saudade DE JESUS, *Crónica da Congregação das Religiosas Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas*, Separata – 2ª Parte, Braga, 1933, pp. 151-156. (revista por Rosa Helena MENDES DE MOURA). Nas citações seguintes, este documento terá a denominação 2Crónica – 1ª Separata ou 2ª Separata (2Crónica – 1Separata /2Separata) conforme o respetivo volume. Seguimos a forma convencionada pela Congregação. A crónica aqui transcrita não é, na verdade, um escrito da Irmã Maria Clara do Menino Jesus, mas dada a sua relevância para o nosso trabalho, por ter sido escrita por quem a conheceu e recolheu o testemunho de outras religiosas que teriam convivido com ela e muito próximas da Irmã Maria Clara, ganha um valor inegável. Seria a segunda geração depois da Mãe Clara. Abre o XVI capítulo que trata do «Seu extraordinário amor pelos pobres».

permitia fazer essas viagens de trem¹³³, costumava ir acompanhada de uma religiosa, ocupando os outros lugares com uma ou duas crianças¹³⁴.

Numa dessas ocasiões, dia de rigoroso inverno, em que o trem, por qualquer motivo, teve de parar numa praça, onde se encontravam muitos pobrezinhos, macilentos e tiritando de frio, a boa Mãe Clara¹³⁵, apontando para eles, disse para as meninas que a acompanhavam:

— “ Olhem, aquela é que é a minha gente!... Que pena tenho de não os poder socorrer!...”

Ao dizer isto, os olhos encheram-se-lhe de lágrimas, porque o seu terno coração sangrava sempre que via a pobreza sem a poder aliviar.

Depois, o trem desandou. E os pobrezinhos ali ficaram, sem receber o óbolo de Mãe Clara que, naquele momento, só lhes pôde dar as suas lágrimas.

[...]

Ainda que se lutou sempre com grandes dificuldades financeiras, o generoso coração da Mãe Clara, a sua extraordinária confiança em Deus e o seu ardente desejo de fazer o bem levaram-na a estabelecer no Convento das Trinas a sopa diária aos pobres, no ano de 1885.

¹³³ Carruagem de aluguel puxada a cavalos. Cf. 2Crónica – 2Separata, p.151 (nota 408). As notas pertencem à revisora do texto Rosa Helena MENDES DE MOURA.

¹³⁴ Era oportunidade para que as crianças pudessem mudar um pouco de ambiente. A isso chamavam “passeio higiénico”. Cf. 2Crónica – 2Separata, p. 151 (nota 409).

¹³⁵ Forma carinhosa com que as religiosas Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, desde o início, tratam a Irmã Maria Clara do Menino Jesus, sua fundadora.

«A Congregação venerava filial e respeitosa a sua muito amada Fundadora e Mãe Maria Clara do Menino Jesus». 2Crónica – 2Separata, p. 101; «Viva a Mãe Clara! Saudação tantas vezes repetida, que até uma cacatua, que estava a um canto do claustro, a aprendeu e, muitas vezes, pelo ano fora, a repetia», 2Crónica – 2Separata, p. 102.

Para esse fim, mandou construir um alpendre na cerca, onde já havia uma porta que dava para a rua, e, naquele abrigo, era repartida a sopa a todos os pobres que se apresentavam com a sua tigela, a qual às vezes era tão grande, que chegava para quatro ou cinco.

Essa sopa era sempre muito espessa, quase que nem se lhe via o caldo. Levava-se para ali em duas grandes panelas, que tinham quase um metro de altura cada uma, e tudo desaparecia. Ordinariamente, juntavam-se mais de 100 e, qualquer que fosse o seu número, essa abençoada comida chegava sempre para todos.

Antes e depois da refeição, a religiosa encarregada desse serviço rezava sempre algumas orações com os pobrezinhos.

[...]

(Os criados) Tinham os seus aposentos nas dependências da cerca (do Convento das Trinas). A comida passava directamente da cozinha para o refeitório deles, por meio de um elevador.

Eram, por assim dizer, considerados como pessoas de família. Quando, pela sua idade avançada, já não podiam trabalhar, ali se conservavam como servos fiéis, ocupando-se unicamente em fazer os seus preparativos para a viagem da eternidade, pois, quando as suas forças lhes não permitiam outros serviços, passavam longas horas diante de Jesus Sacramentado.

A Mãe Clara olhava tanto a peito por eles e pelas suas famílias, que à sua custa mandou educar no seminário os sobrinhos de alguns que, pelos seus serviços, mereciam especial dedicação, concedendo-lhes também o favor de esses meninos virem ali passar as férias com os tios.

Só um coração heroicamente generoso e unicamente inspirado no amor de Deus poderia empreender tantas obras de caridade, no meio de tantas dificuldades e espinhos que a dilaceravam, e recebendo quase sempre o tributo da mais cruel ingratidão!...»

2. A fonte de hospitalidade em Irmã Maria Clara do Menino Jesus

No propósito de falarmos da fonte da hospitalidade, neste nosso contexto, impõe-se-nos uma exigência de revisitarmos o lugar de partida, de onde a Irmã Maria Clara do Menino Jesus hauriu a compreensão da mensagem de Cristo e de onde partiu o seu infatigável êxodo, numa diaconia que não conheceu fronteiras, sempre no desejo de bem-fazer. Não se tratou de uma filantropia ou voluntarismo gratuitos, mas de um comprometer-se com uma causa maior, a de Deus com a humanidade. Daí que o seu comprometer-se tornou-se norma de vida que, não poucas vezes, lhe exigia uma ousadia singular.

2.1. A Eucaristia e a Comunidade

Se percorremos a vida de Maria Clara encontramos, sem dúvida, complementaridade e intrínseca relação entre a Eucaristia e a comunidade. Duas realidades indissociáveis, que não se compartimentam, mas, pelo contrário, evocam-se mutuamente por inerência à mesma fonte que é Deus.

É no âmbito eclesial que a Irmã Maria Clara apreende o significado destas duas dimensões. Ela encontra-se com a Palavra-evento que se faz pão e torna-se centro da vida da

Igreja¹³⁶. A iniciativa é sempre de Deus. No frágil pão de trigo, esconde-se um Deus; na fragilidade do necessitado, disfarça-se um Deus; o mesmo Deus.

Com efeito, como filha da Igreja, ela partilha do mesmo sentir das primeiras comunidades cristãs que perceberam que a hospitalidade estava alicerçada no próprio Jesus Cristo, como referimos no capítulo anterior. Mas Deus é sempre o primeiro a desafiar para as grandes aventuras evangélicas.

Do encontro frequente com o Deus que se faz pão, emerge uma luz que dinamiza sinais que falam¹³⁷, que exprimem a relação de comunhão de Deus com cada um dos seres humanos e o dever que cabe a cada um, de fazer crescer essa mesma comunhão com os outros¹³⁸. A Irmã Maria Clara acolhe o desafio, porque contempla o rosto do Senhor com uma atitude de «participação»¹³⁹, entrando ativamente no caminho de Jesus, um caminho redentor do ser humano e do mundo¹⁴⁰, tomando a percepção da realidade que a envolve.

Para esta mulher, a comunidade, que não se resume só no grupo das religiosas que convivem com ela, mas alarga-se para todo o ser humano, não é espaço de cultivo do seu “ego”, ou da ostentação do poder sobre as demais religiosas ou pessoas, mas lugar de experiência de Deus, que do altar lhe envia aos seus irmãos e estes, por sua vez, remetem-na de novo para Deus. A forma carinhosa com que a tratavam (Mãe Clara) traduz a sua proximidade e simplicidade, daí que o reconhecimento é-lhe legitimado de forma espontânea.

¹³⁶ Cf. JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mane Nobiscum Domine* (7 de Outubro de 2004), 3, Paulinas Editora, Prior Velho, 2004; AAS 97 (2005), 338.

¹³⁷ Cf. JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mane Nobiscum Domine*, 14; AAS 97 (2005), 343.

¹³⁸ Cf. JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mane Nobiscum Domine*, 15; AAS 97 (2005), 343.

¹³⁹ Carlo Maria MARTINI, *Tocarei para ti a harpa de dez cordas*, Paulinas Editora, Lisboa, 1996, p. 169. O autor extrai a ideia da «participação» do contexto do Evangelho de Marcos, a respeito da oração de Jesus no Getsémani, onde o mestre convida os seus discípulos a vigiar e a orar com Ele. Porém, a atitude dos discípulos foi de descompromisso, entregando-se ao sono; «o sono é a imagem de quem não quer ver, saber e compreender» (p. 171), de quem não alcança o significado do curvar-se para, de seguida, endireitar-se e entrar no processo redentor da humanidade (p. 172). Pode ver-se o capítulo na sua íntegra, pp. 168- 175.

¹⁴⁰ Cf. Carlo Maria MARTINI, *Tocarei para ti a harpa de dez cordas*, p. 168.

As longas horas diante do Santíssimo Sacramento, em contemplação e adoração, fizeram dela uma apaixonada pelos outros: «indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor»¹⁴¹. Fizeram-na mulher de abnegação e de sacrifício, trabalhando por despir-se do velho homem e renovar-se no espírito do homem novo, a fim de enfrentar o combate que lhe preparava a eternidade prometida¹⁴². O centro da sua vida e da comunidade religiosa era a Eucaristia, à qual procurava dar maior solenidade e esplendor. O sagrado *Lausperene*¹⁴³, que acontecia várias vezes por ano, constituía outra vertente da adoração ao Santíssimo Sacramento. Durava três dias, além das outras adorações semanais que aconteciam no mês do Sagrado Coração de Jesus (junho). Na casa das Trinas, chegou a criar a Pia União Eucarística¹⁴⁴ com o objetivo de fazer crescer essa devoção.

Do pão partido no altar faz lição para a vida, aprende o movimento de abaixamento, de descer, de servir, aconchegar. Nobreza, distinção e requinte de quem troca o fausto palaciano pelo serviço aos pobres. Um novo olhar, uma nova sensibilidade, um novo cuidado... tudo se faz novo nela, nos gestos simples de cada dia, através dos quais faz passar aos outros o Deus acolhido no pequeno pão. Diz a Crónica que «quando ela não repartia as refeições, costumava ir ver se as religiosas estavam bem servidas [...]»¹⁴⁵. Os seus gestos e atitudes adquirem fundamento em Deus: de onde derivam e para onde convergem. Constituem não só uma rutura com a realidade vivida na época, como também refletem uma nova e extravagante experiência de Deus¹⁴⁶.

¹⁴¹ AGCONHFIC – José POLICARPO, cardeal. *Da homilia da beatificação*.

¹⁴² Cf. FONTES DA CONHFIC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 48.

¹⁴³ *Lausperene*: de *laus* – louvor; *perennis* (*per anus*) – que dura longo tempo. Cf. A. Gomes FERREIRA, «Lusperene», *Dicionário de Latim-Português*, Porto Editora.

¹⁴⁴ Cf. 2POSITIO, pp. 72-73.

¹⁴⁵ 2Crónica – 2Separata, p. 76.

¹⁴⁶ Cf. J. Tolentino MENDONÇA, «O Espaço Social da refeição» in *Communio* 4 (2004), p. 445.

Quando exortava as suas irmãs, para que amassem *somente* a Deus¹⁴⁷, pretendia, precisamente, insistir na ideia de que o amor à pessoa concreta é o amor a Deus, na linha do que S. João diz na sua primeira carta: «Se alguém disser: “Eu amo a Deus”, mas tiver ódio ao seu irmão, esse é um mentiroso; pois aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê» (4,20). É aqui onde se situa o nexó indivisível entre o amor a Deus e o amor ao próximo, porque um exige o outro, numa relação interligada¹⁴⁸.

A Eucaristia inclui o compromisso de transformar a vida, torná-la “eucarística”, o que transforma a existência humana. Tal compromisso exige transpor o espaço do culto e da lei, alargando-o ao outro, ao próximo, onde Deus quer ser adorado em espírito e verdade (Jo 4,23). O espaço a alargar é o do outro e não do templo; do outro sem exceção, porque o outro, seja ele qual for, deve tornar-se o próximo, descobrindo nele a figura *kenótica* de Cristo que se faz um de nós. Só os olhos embebidos do espírito de Cristo são capazes de descortinar uma presença divina num faminto, num preso, num ladrão, ou numa outra pessoa desagradável aos nossos olhos. Só a contemplação daquele pão – condensação da «fraqueza»¹⁴⁹ de Deus – é que se pode atingir a razão duma hospitalidade feita de gratuidade. Deus é o ponto axial de toda a questão da hospitalidade subsequente.

Quando entendida assim a eucaristia, então, ela torna-se fonte de partilha e de solidariedade, porque não se pode partilhar o pão eucarístico sem que, também, se partilhe o

¹⁴⁷ Cf. FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 48. «Oh, amemos a Deus só a Deus!» A frase insere-se num contexto exortativo, em que a ideia sonante é a perfeição, em razão das muitas graças recebidas, incluindo a da vocação. Mas tal perfeição está orientada para uma doação aos outros, «porque a quem muito foi dado muito será pedido».

¹⁴⁸ Cf. BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas Est* (25 de Dezembro de 2005), 16, Paulinas Editora, Prior Velho, 2006; AAS 98 (2006), 230.

¹⁴⁹ O momento da manifestação da “fraqueza de Deus” é descrito por Carlo Maria Martini, no seguinte teor: «...Ele mostra-Se angustiado, parece carregado, como que esmagado pelos problemas e, então, exclama: “A minha alma está triste até à morte”. Não são só palavras, porque o próprio rosto de Jesus está a assumir a imagem da fraqueza e sabemos que é contagioso ver um rosto amedrontado, com os olhos revirados, os malares retesados». Carlo Maria MARTINI, *Tocarei para ti a harpa de dez cordas*, pp. 10-171.

pão de cada dia¹⁵⁰. A mesa eucarística é a mesa do amor que não tem alfândegas nem fronteiras¹⁵¹, mas aberta a todo o ser humano de toda a condição. Todos podem aceder a ela, conscientes de que participar dela, leva-se em retorno um compromisso de entrega, ao modo de Cristo que se entrega e se dá no altar. A mesa eucarística é também mesa da aliança com Deus, que só é válida, se vier precedida de uma outra aliança com o outro, quando esse outro já não é um estranho, mas sim um aliado¹⁵².

Ora, a aliança é também antecédida de uma consciência de se saber eleito em vista a uma missão concreta que impõe novas regras que terão de começar desde de «dentro da própria casa»¹⁵³, descentrando-se, em relação aos outros e revestindo-se de uma roupagem nova.

2.2. *Vestir-se do novo*

Resulta insuficiente a simples tomada de consciência de que a Eucaristia faz de nós enviados. Aquele que é enviado leva consigo a mensagem do envio, que se torna a razão da disciplina do coração, o que permite criar um espaço interior, onde o Espírito de Deus¹⁵⁴ possa agir através dele.

As duas dimensões, anteriormente referidas, harmonicamente conjugadas, singularizam o jeito hospitaleiro da Irmã Maria Clara e trazem o postulado da aventura, na qual os outros são a razão da sua eterna viagem, revestida, segundo Paulo, de uma vestimenta nova e ajustada: «Como eleitos de Deus, santos e amados revesti-vos, pois, de sentimentos de

¹⁵⁰ Cf. Abílio Pina RIBEIRO, *Eucaristia um amor para viver*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2005, p. 79. Porque «Uma Eucaristia que não se traduza em amor, concretamente vivido, é em si mesma fragmentária». BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas Est*, 14; AAS 98 (2006), 228-229.

¹⁵¹ Cf. Abílio Pina RIBEIRO, *Eucaristia um amor para viver*, p. 79.

¹⁵² Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 148.

¹⁵³ António COUTO, «Da cobiça à aliança: Uma leitura de Gn 4-11», in *Igreja e Missão* 189 (2002), p. 19.

¹⁵⁴ Cf. Henri J. M. NOUWEN, *O Esvaziamento de Cristo: Movimento descendente e vida espiritual*, Paulinas Editora, Águeda, 2008, p. 85

misericórdia, de bondade, de humildade, de mansidão, de paciência, suportando-vos uns aos outros [...]. E, acima de tudo isto, revesti-vos do amor, que é o laço da perfeição» (CI 3,12-14).

Antes da oferta de si, há um imperativo, expresso pelo verbo “revestir-se” – vestir de novo e sempre de novo¹⁵⁵. No comentário que António Couto faz à questão – no seu livro *Uma palavra é melhor do que um presente* –, apela a uma particular atenção a esta forma verbal. Trata-se de um «revestimento interior [...] de quem vive em Cristo»¹⁵⁶ – diz o autor. E continua: «vê-se bem que vestir-se de misericórdia, bondade, humildade, mansidão, magnanimidade, amor, paz, nada tem a ver com o exterior e lojas de modas, mas com a nossa nudez interior, que só Cristo pode verdadeiramente resolver».¹⁵⁷ Cristo e o Evangelho constituem um único programa para todos os tempos, de onde deve partir e convergir tudo. É necessário afirmarmos a sua primazia, que é também a do ser humano que cruza os nossos caminhos.

A fonte da hospitalidade cristã, em primeira e última instância, é o próprio Cristo em todas as suas dimensões. É, igualmente, a nossa participação da mesma identidade que se enraíza em critérios não humanos, mas sim, da ordem da fé em Cristo Jesus¹⁵⁸. Bebendo dessa

¹⁵⁵ O «vestir-se do novo» exigiu da Irmã Maria Clara um trabalho pessoal muito árduo, segundo descreve a primeira cronista de forma inequívoca: «Depois de uma mocidade passada no fausto da opulência e entregue aos frívolos prazeres do mundo, precisando de ser transformada no seu todo, para ser, mais tarde, a mestra e guia de centenas de almas chamadas a essa vida de abnegação e de sacrifícios, Deus arranca-a do regaço do mundo e leva-a junto do Padre Beirão [...]». 1 Crónica, p. 18.

¹⁵⁶ António COUTO, *Uma Palavra é melhor do que um presente*, Universidade Católica Editora, Lisboa 2009, p. 242. Numa das circulares, a Irmã Maria Clara dá às suas religiosas o horizonte que deve orientar a vida de cada uma, como um novo revestimento sempre necessário. Num estilo de pergunta e resposta diz: «Qual deve, pois, ser a vida duma Religiosa? ...Deus. Qual deve ser o seu alimento?... A cruz. Vivendo de abnegação e sacrifício, ela *trabalhará por despir-se do velho homem e renovar-se no espírito do homem novo* [...]». FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 47 (O sublinhado é nosso). Ela deixa transparecer que o revestimento de que se precisa requer um trabalho que vai envolvendo a vida toda, de forma a moldá-la ao estilo do próprio Deus. Viver de Deus, como ela afirma, é ir adquirindo as entranhas de misericórdia, necessárias para a vivência de uma verdadeira hospitalidade.

¹⁵⁷ António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 242.

¹⁵⁸ Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed.) *Um espaço para la ternura*, p. 139.

fonte permitimos ser habitados por Deus¹⁵⁹, para amar a exigência abraâmica de romper com a própria pátria interior e sair em busca do outro¹⁶⁰, não como senhores, mas como portadores duma dádiva-bênção, pronta a ser dada gratuitamente. A hospitalidade vivida pela Irmã Maria Clara não foi só fruto de uma conquista pessoal. Tratou-se de uma resposta livre, em obediência Àquele que se lhe manifestou primeiramente como misericórdia infinita e que lhe trazia sempre à memória a frase: «não vos esqueçais da hospitalidade» (Hb 13,2)¹⁶¹. Desde esta percepção, ela inicia um movimento excêntrico, orientado para o outro; abre-se e acolhe o dom que vem do alto para passá-lo imediatamente aos outros. Divide o que recebe e oferece-se em serviço.

É a experiência de Deus que a liberta de todos os condicionalismos, optando por um “sim” inegociável ao Evangelho e à urgência do inatural, frente à maldade dos tempos que parece querer ser a última palavra para os débeis, desfavorecidos e indefesos¹⁶². Aceitar o desafio da hospitalidade exige um permanente revestir-se, acima de tudo, de Amor. No capítulo que se segue, a Irmã Maria Clara interpela-nos e surpreende-nos com o seu modo original de dar esse constante “sim” ao Evangelho e aos homens e mulheres do seu tempo.

¹⁵⁹ Cf. IX Caderno para a renovação da CONFHIC: *Formação da IFHIC*, Linda-a-Pastora, 1997, p. 24. Diz Nurya Martinez-Gayol que ter sido visitado primeiramente por Deus é um elemento central, que não pode permanecer na penumbra, nem mesmo no segundo plano. Sem dúvida que no momento de repensar o cristianismo, na vivência da hospitalidade há-de ser o aspeto chave que nos leva à conclusão de que o acolhimento ao diferente e ao necessitado socialmente, só é compreensível a partir daquela primeira realidade. Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed.) *Um espaço para la ternura*, p. 135.

¹⁶⁰ Cf. X Caderno para a renovação da CONFHIC, 2001, p. 18.

¹⁶¹ Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed.) *Um espaço para la ternura*, p. 138.

¹⁶² Cf. Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer: Redescobrimo a atualidade das «obras de misericórdia»*, Paulinas Editora, Águeda, 2011, pp. 18-20.



«Esta é que é a Minha Gente!»

Ir. Maria Clara do Menino Jesus

«Olhar, Providenciar e Velar»

Maria Isilda Freitas (11ª Superiora Geral da Confhic)

Eis a palavra emblemática que dá incremento à existência.

É sobre este rosto que olhamos que Jesus compõe um discurso tenso e intenso do juízo final.

CAPÍTULO IV – O DINAMISMO DA HOSPITALIDADE

A descoberta do outro ser humano passa necessariamente pelo olhar. Um olhar como o de Jesus que pousa sobre alguém em particular, às pessoas concretas e não às massas¹⁶³. Eis, então, que a hospitalidade se torna a questão da questão¹⁶⁴. É o que se apresenta diante de mim que provoca a primeira questão que desemboca numa segunda, a qual procura resposta para a primeira: a primeira questão é o hóspede que me confronta com a sua necessidade; a segunda trata da tentativa de resposta que tem de passar necessariamente pelo confronto com essa existência de alguém que está diante de mim. Ele exige-me a capacidade de um olhar atento, que ultrapassa o simples rosto que se visualiza, e descobre nesse rosto um apelo forte que me proíbe de qualquer reflexão antes do encontro e do acolhimento¹⁶⁵. Um olhar pode tornar-se decisivo para o acolhimento e resgate, ou para recusa e morte.

1. Ponto de partida: olhar e ouvir

Quando percorremos as páginas bíblicas, não nos é muito difícil descobrir uma atitude constante de Deus, que olha e ouve o seu povo. A sua relação com o ser humano se dá a partir dum movimento do olhar e do ouvir que, de seguida, desencadeia uma série de reações positivas ou condenatórias. Logo nas primeiras páginas do Génesis, Deus vê e olha por sete vezes – «E VIU que tudo era bom» (Gen 1,3-31); «Deus OLHOU para a terra e VIU que ela estava corrompida [...]» (Gen 6,12); «Eu bem VI a opressão do meu povo que está no Egipto, e OUVI o seu clamor diante dos seus inspectores [...]» (Ex 3,7). «Levantando os olhos, Jesus

¹⁶³ Cf. Mário J. R. DE SOUSA, *Os encontros de Jesus no Evangelho de São João*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2012, p. 52.

¹⁶⁴ Cf. Jacques DERRIDA, *A falar da hospitalidade*, p. 41.

¹⁶⁵ Cf. Etelvina P. Lopes NUNES, *O Outro e o rosto: Problemas da alteridade em Emmanuel Levinas*, Publicações da faculdade de filosofia da UCP, Braga, 1993, p. 12.

VIU os ricos deitarem no cofre do tesouro as suas ofertas. VIU também uma viúva pobre deitar lá duas moedinhas [...]» (Lc 21,1-2). Maria canta o Olhar de Deus no *Magnificat*: «A minha alma glorifica o Senhor e o meu espírito se alegra em Deus, meu Salvador. Porque PÔS OS OLHOS na humildade da sua serva [...]» (Lc 1,46-48). «Jesus VIU uma grande multidão e teve compaixão deles» (Mc 6,34); Jesus VIU Natanael (Jo 1,47-48). As referências a esta atitude tão própria de um Deus atento poderiam alongar-se. Diz Ermes Ronchi que «o olhar de Deus expressa o seu coração»¹⁶⁶.

A Irmã Maria Clara também OLHOU e VIU: « – OLHEM, aquela é que é a minha gente!...» Palavra certa que traduz atenção, cuidado e diligência, de quem não está ausente da história dos seus contemporâneos. Um olhar emblemático que revela um «impressionante condensado de Olhares»¹⁶⁷: permitimo-nos dizer que ela olhou também com os olhos do coração.

Sempre que Jesus percorria estradas e campos e entrasse em casas de pessoas, levava consigo esta tensão e atenção do olhar e ouvir, numa verdadeira «liturgia dos rostos»¹⁶⁸, na demanda do encontro com o ser humano. No seu olhar há uma epifania da luz e do amor que emana beleza¹⁶⁹ do dom da sua vida por cada ser humano.

A nossa sociedade, embriagada das pressas e urgências infundadas, perdeu o sentido do olhar. Esta incapacidade de visão e audição reflete um ser humano que se assemelha a uma imagem que ele próprio fabricou¹⁷⁰, negando-se a si próprio a oportunidade de se maravilhar e deixar-se afetar pela vida que o circunda. Ocupado do seu ídolo, torna-se cego e surdo à dor

¹⁶⁶ Ermes RONCHI, *Os beijos não dados: Tu és beleza*, Paulinas editora, Prior Velho, 2012, p. 109.

¹⁶⁷ António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 59.

¹⁶⁸ Ermes RONCHI, *As casa de Maria: Polifonia da existência e dos afectos*, Paulinas Editora, Águeda, 2009, p. 8.

¹⁶⁹ Cf. Ermes RONCHI, *Os beijos não dados: Tu és beleza*, p. 90.

¹⁷⁰ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 168. É como um projetar-se numa figura idealizada com a qual se identifica. Tal figura desvincula-o do resto dos seres humanos normais, colocando-o numa situação de incomunicabilidade.

alheia. Nesse ídolo, ele está só com as suas coisas. Mas estar só é estar morto, porque «não é bom que o homem esteja só» (Gn 2,18).

A vida acontece no intercâmbio de olhares e de partilha, reconhecendo, elevando à transcendência o rosto de «quem se volta para mim»¹⁷¹ e expõe «a sua própria nudez»¹⁷². Mas a nudez só se vê, olhando. É sobre este rosto que olhamos que Jesus compõe um discurso tenso e intenso do juízo final (Mt 25,31-46), sublinhando o seu valor único. Sobre este rosto depende a vida de cada um dos cristãos. Este rosto é que nos julga e nos julgará.

Do rol dos verbos gregos com significado do olhar/ ver – *atenízô* (cravar os olhos em alguém); *emblépô* (fixar os olhos sobre [alguma coisa], olhar); *blépô* (ver, olhar, observar); *horáo* (ver, olhar, observar, entender, advertir); *theáomai* (contemplar com inteligência)¹⁷³ –, ajustam-se ao nosso contexto os dois últimos: *horáo* e *theáomai*.

Olhar com inteligência, observar ou entender, marcam o oposto do passar simplesmente ao lado, sem se incomodar, nem incomodar ninguém¹⁷⁴, quando alguém continua só, aguardando por um samaritano generoso e bom. Foi assim que fizeram o sacerdote e o levita da parábola do bom samaritano (Lc 10, 29-37). Nos nossos contextos, retomam-se os mesmos gestos, atualizando atitudes de morte e de condenação no quotidiano das nossas vidas: olhamos... e seguimos. Tornámo-nos em sociedades de pessoas de corações escleróticos (*esclêrocardía*) e impassíveis.

Porém a hospitalidade é a revolução do amor¹⁷⁵, oferta de um olhar carregado de misericórdia e de ternura, no sentido bíblico de *rahamin*¹⁷⁶ – amor das entranhas, que

¹⁷¹ Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, Edições 70, Lisboa, 1988, p. 61.

¹⁷² Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, p. 61. Porque no seu rosto, no seu aspeto fisiológico estão estampados os traços do tempo e da sua história. E o rosto físico torna-se porta de acesso ao Outro rosto. Excluindo deste contexto, como é óbvio, os rostos artificialmente esteticizados.

¹⁷³ Cf. Isidro PEREIRA, *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, Edições A.O., Braga, 1990.

¹⁷⁴ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 175.

¹⁷⁵ Cf. BENTO XVI, Carta Encíclica *Africae Munus*, 26; AAS 114 (2012), 252. «Cristo não propôs uma revolução de tipo social ou político, mas de amor, realizada no dom total de Si mesmo com a sua morte na cruz e a sua ressurreição».

¹⁷⁶ Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 8.

demonstra um coração que se curva diante das misérias do outro. Pelo olhar, percebemos um outro olhar de quem suplica e exige¹⁷⁷ abaixamento do nosso “eu” patronal, para reconhecemos uma fome¹⁷⁸, que pode não ser só de pão, mas de um sentido de vida ou de uma realização mais plena.

O olhar torna-se o primeiro momento da hospitalidade e do acolhimento, e o rosto apresenta-se como «o pressuposto de todas as relações humanas»¹⁷⁹, não na dimensão do domínio, porque, como refere Ermes Ronchi: «os homens só te permitem que passes o limiar do seu segredo, se olhares para eles com olhos livres de desejo de competição ou de sedução, se estiveres limpo do pó do orgulho e ofereceres a tua ternura amadurecida»¹⁸⁰. Como seria diferente o nosso mundo, as nossas comunidades cristãs, se aprendêssemos a «estarmos atentos uns aos outros» (Hb 10,24), pois esta seria a expressão da excelência do cuidado.

No olhar de Jesus está subjacente um ouvir. Olhar e ouvir são complementares, porque da ênfase da visão, Ele passa à audição¹⁸¹ que culmina num movimento decisivo em resposta àquilo que se vê e se ouve. Ao olharmos, também escutamos uma voz silenciosa de um «rosto que fala sem falar»¹⁸², que solicita de nós uma «presença vivificante e sanadora»¹⁸³, diaconal e significativa; frontal, atenciosa e carinhosa; de graça, recebida e dada. Esta forma de olhar contrasta àquele olhar indiferente, enviesado ou enfezado; rancoroso ou ciumento e

¹⁷⁷ Cf. Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, p. 64. Porque «O rosto do outro interpela, sugere, dá que pensar». Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 155.

¹⁷⁸ Cf. Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, p. 64.

¹⁷⁹ Emmanuel LEVINAS, *Ética e Infinito*, Edições 70, Lisboa, 1982, p. 81. Se o rosto é pressuposto para qualquer relação verdadeiramente humana, não é menos relevante o jogo de olhares que acontece entre o que hospeda e o hospedado. Tal jogo é que garante o primeiro passo concreto do ato de acolher. Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 159.

¹⁸⁰ Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 29.

¹⁸¹ Cf. Mário J. R. DE SOUSA, *Os encontros de Jesus no Evangelho de São João*, p. 77.

¹⁸² Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 154.

¹⁸³ António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 63.

preconceituoso¹⁸⁴. No olhar o outro, transmite-se e recebe-se mensagem, oferece-se a certeza de outro estar e continuar vivo:

«Antes de me falar – mas de repente o seu mutismo fala – o rosto de outrem invade-me, trespassa-me, manda-me não matar; a proibição é também uma ordem; o serviço do outro (a diaconia) passa à frente de tudo o mais. O rosto, não são somente os olhos que suplicam ou flamejam, é também a boca, a palavra que manda, que grita justiça. Pode ser também, eventualmente, a pele descorada, enrugada, ou a nuca humilhada... E depois, é na profundidade do rosto e da sua alteridade, que se cavam e se escavam o vestígio, o apagar do vestígio, o infinito, a glória...»¹⁸⁵

Olhou, também, a Irmã Maria Clara «numa dessas ocasiões, dia de rigoroso inverno, em que o trem, por qualquer motivo, teve de parar numa praça, onde se encontravam muitos pobrezinhos, macilentos e tiritando de frio» – diz-nos a Crónica. O que ela vê atinge-lhe também o coração e, por isso – continua a mesma Crónica –, *encheu-se de lágrimas*. Há neste olhar um significado que dá incremento à existência, não já sustentada pela razão, como queria Descartes com o seu peremptório “eu penso, logo existo”, mas pelo olhar humano que transmite o divino. Um olhar de cuidado e não de posse; um olhar que comunica confiança e dá a certeza de se estar vivo como alguém, destinado a Alguém.

«Olhar supõe ter os olhos abertos e o coração voltado para o outro, na sua condição de frágil criatura. Olhar é ser capaz de comungar a dor do irmão e da irmã e torná-la sua própria dor. Olhar é compadecer-se, é abraçar e deixar-se abraçar pela realidade do outro [...]. Só quem tem os olhos voltados para Cristo da cruz e para as cruces da humanidade é capaz de amar com entranhas de mãe, é capaz de ser solidário, compassivo, fraterno e acolhedor»¹⁸⁶.

¹⁸⁴ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 63. «Há olhares que provocam morte e olhares que dão vida, olhares destruidores e olhares criadores, olhares que envenenam e olhares que purificam, olhares que exprimem desejo de posse ou desejo de dádiva, olhares transparentes e olhares turvos e cúmplices». José A. MERINO, *Filosofia da vida*, p. 69.

¹⁸⁵ Xavier TILLIETE, *prefácio*, in Etelvina P. Lopes NUNES, *O Outro e o rosto: Problemas da alteridade em Emmanuel Levinas*, p. 9.

¹⁸⁶ IX Caderno para a renovação da CONFHIC, p. 38.

Na segunda circular que a Irmã Maria Clara escreve às suas irmãs, a quem chama “filhas”, diz: «Se vos custa alguma coisa a vencer vossas inclinações, OLHAI para o Divino salvador nos seus combates, o que Ele sofreu unicamente para vos ganhar a glória. Se O imitardes nessas pequenas dificuldades e fizerdes reinar a Sua divina vontade sobre a vossa, Ele vos encherá de bênçãos [...]»¹⁸⁷ – diríamos – sabereis olhar para os outros. Olhar para o divino salvador predispõe a acolher os outros, porque o divino e o ser humano são uma realidade indissociável. No divino «está a fonte da vida» (Sl 36 [35],10) que nos torna fonte de bênção, dando em nós o cumprimento da promessa destinada a Abraão e à sua descendência. No olhar e deixar-se olhar por Deus, inaugura-se um modo novo de olhar os outros e abre caminho para um vencer-se a si mesmo, a fim de transpor-se para o lado do outro que olhamos: assim entendeu a Irmã Maria Clara.

O olhar direcionado para fora de si, traduz-se em vida e não morte, em alento e não desânimo, em paz e não conflito, em sentido e não desventura: «É enquanto o olhar se dirige a um outro olhar que ele verdadeiramente significa»¹⁸⁸. Deixar que o nosso olhar se cruze com o do Divino Salvador, introduz-nos num processo de aprendizagem que permite descobrir a beleza de cada rosto, como descreve Khalil Gibran:

«Vi UM rosto de mil semblantes,
outro de um semblante só.
como se estivesse vazado
num molde imutável.
Vi um rosto
Que não ocultava a sua fealdade,
e um rosto cujo brilho
ocultava uma beleza esplendorosa.
Vi um velho rosto enrugado sem rugas,

¹⁸⁷ FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 14. O nosso ato de olhar os outros, deveria ser orientado pelo divino que há em cada ser humano, e não pelos seus traços físicos, dificilmente reveladores do divino. Só depois deste primeiro olhar é que tudo fica iluminado e ganha uma dimensão nova. E passamos a olhar o mundo, as pessoas e a nossa própria vida de outro modo e com outros olhos. Cf. Mário J. R. DE SOUSA, *Os encontros de Jesus no Evangelho de São João*, p. 71. Atingir esta realidade é dom do Senhor. Cf. p. 77.

¹⁸⁸ Etelvina P. Lopes NUNES, *O Outro e o rosto*, p. 52.

e outro rosto liso em que todas as coisas
tinham deixado suas pegadas»¹⁸⁹.

.....

O olhar da Irmã Maria Clara, quando direcionado àqueles macilentos das ruas de Lisboa, não se fixa somente na «cor dos olhos»¹⁹⁰ ou no aspeto físico nada atraente, se bem que alcança uma outra significação, de um rosto que está aí, exposto, magoado e ferido, rejeitado e proscrito¹⁹¹. É o rosto de quem me dá uma ordem, um mandamento de não matar ou de não deixar morrer, como se algum senhor me falasse¹⁹². Esse senhor «é o pobre por quem posso tudo e a quem tudo devo»¹⁹³, entendido como expressão e significação do outro rosto que está para além dos traços físicos: um rosto ético, que convida a entrar em relação¹⁹⁴ com ele. Uma relação que se inaugura numa correspondência de olhares e do diálogo, carregados de cuidado e de solicitude. Do mesmo modo, o olhar da Irmã Maria Clara: olhando com misericórdia, vê no pobre um sinal que convida à misericórdia. Mas é necessário ter olhos semelhantes aos de Deus para reconhecer o sinal¹⁹⁵.

Para Levinas «no acesso ao rosto há certamente também um acesso à ideia de Deus»¹⁹⁶. Na perspetiva duma releitura cristã, a ideia de Deus passa necessariamente pela ideia de Jesus Cristo, não propriamente na condição duma ideia vaga, mas na realidade de evento que se tornou humano e próximo de nós; um Deus que só se acede na relação com o

¹⁸⁹ Khalil GIBRAN, *O Louco*, Editorial A.O., Braga, 1989, p. 75.

¹⁹⁰ Emmanuel LEVINAS, *Ética e Infinito*, p. 77. A Irmã Maria Clara olha para o pobre com os olhos de pobre e não do ponto de vista do rico que faz comparações, a partir do ter e não do ser. A sua perspetiva permitiu-lhe descobrir os valores do pobre. A partir do ter, o pobre é um desgraçado, porém no ser, ambos têm a mesma dignidade de filhos de Deus. Cf. Leonardo BOFF, *São Francisco de Assis: Ternura e vigor*, p. 70.

¹⁹¹ Cf. Martin Carbajo NÚÑEZ, *São Francisco e a ética global*, p. 53.

¹⁹² Cf. Emmanuel LEVINAS, *Ética e Infinito*, p. 80.

¹⁹³ Emmanuel LEVINAS, *Ética e Infinito*, p. 80.

¹⁹⁴ Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 160. «É um olhar que nunca aniquila a pessoa nem a transforma em coisa, mas ao contrário, sublima e enaltece a subjetividade da outra pessoa, tratando-a sempre com respeito e aceitando-a como ser livre e capaz do melhor». José A. MERINO, *Filosofia da vida*, p. 73.

¹⁹⁵ Cf. José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus I: Entre a ousadia e a ansiedade*, Gráfica de Coimbra, 1997, p. 23.

¹⁹⁶ Emmanuel LEVINAS, *Ética e Infinito*, p. 83.

pobre e o sofrido, na relação com o ser humano. É o próprio Jesus Cristo que se diz estar no pobre e nos pequeninos (Mt 25,45). É precisamente nestes que o cristianismo incide a sua atenção e descobre «a máxima densidade da presença de Deus»¹⁹⁷, porque Deus é Pessoa. Neste sentido, não se pode pretender ver Deus fora do horizonte humano, muito menos intentar compreender a pessoa longe do alcance de Deus, feito pessoa.

Esta verdade é válida, também, para os que não comungam com a fé bíblica, na medida em que representa uma relevante função civilizadora e confere centralidade ao amor do outro, especialmente ao necessitado¹⁹⁸. Basta recordarmos os atentados à vida que têm vindo a ocorrer por quase todo o mundo, para nos apercebermos «que a exclusão do outro é um dos fatores que provoca o terror moderno»¹⁹⁹.

Faz-se urgente oferecer um olhar cheio de Deus, para que o que o recebe possa ver Jesus Cristo²⁰⁰ em toda a sua volumetria e sentido, como fizeram os apóstolos Pedro e João ao coxo de nascença, à porta do Templo, chamada Formosa (Act 3,1-11). Oferecer um sentido para a vida, proporcionando espaço, para que o outro acolhido receba o dom que não humilha, porque aceite na singularidade da sua dignidade de pessoa, como veremos a seguir.

2. Alargar a tenda

Entre o povo bíblico, a tenda é muito conhecida e se lhe confere diversos significados: pele de animal, pastores, mulheres, casa – todos eles relacionados com o ato de proteger, dar aconchego, cuidar. De entre os vários significados que a tenda pode ter, recolhemos para o

¹⁹⁷ Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 149.

¹⁹⁸ Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 149. Esta centralidade do necessitado é muito bem expressa pelo cristianismo que considera o pobre como *Vicarius Christi*; aquele que torna atual a presença de Cristo como juiz, que nos exige justiça para com todos os necessitados. Cf. Leonardo BOFF, *São Francisco de Assis: Ternura e vigor*, p. 75.

¹⁹⁹ Leonardo BOFF, *São Francisco de Assis: Ternura e vigor*, 149.

²⁰⁰ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 62.

nosso contexto de estudo o da morada ou casa como habitação de um povo nómada²⁰¹. A casa para o povo bíblico não tinha apenas a referência a um edifício construído, mas ia para além disso, chegando a designar pessoas que habitam esse edifício.

Como edifício, ela só ganha significação de morada, a partir da sua capacidade de acolher e recolher, abrindo possibilidades que somente o recolhimento não contempla, as da experiência da doçura da intimidade²⁰² que fazem circular a misericórdia – *rahamin*. Pertence, decerto, ao conjunto das coisas necessárias à vida do ser humano e serve de abrigo contra as intempéries, inimigos e importunos²⁰³.

Na linguagem bíblica, o termo hebraico *bet* – casa – assume um duplo sentido: além de ser uma construção material, edifício, é símbolo do acolhimento e do feminino²⁰⁴. Ela é, por assim dizer, o lugar da intimidade familiar, onde os membros da família se encontram e acontece a vida. Por essa razão, as casas antigas dispunham apenas de uma entrada, poucas aberturas para o exterior²⁰⁵, o que faz crer que a casa constituía, também, um santuário familiar, no qual o acolhimento mútuo era uma prática diária, que marcava a centralidade de toda a vida. Assim, a “casa” não se restringia a uma estrutura material (templo de YHWH), mas abarcava vários sentidos que designavam pessoas, como por exemplo, uma família dinástica (casa de David) e, num sentido mais amplo, designava um grupo maior como uma tribo (casa de Levi, de Judá), ou ainda um povo inteiro (casa de Israel). A “casa” pode também significar uma condição moral (casa rebelde) ou condição de existência (casa de escravidão)²⁰⁶.

²⁰¹ Cf. J. LEWIS, «hêl: Habitação, lar, tabernáculo, tenda», in *Dicionário Internacional*, p. 22.

²⁰² Cf. Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, p. 137.

²⁰³ Cf. Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, p. 135.

²⁰⁴ Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 7.

²⁰⁵ Cf. Herculano ALVES, *Símbolos na bíblia*, Difusora Bíblica, Lisboa, 2001, p. 79.

²⁰⁶ Cf. J. L. MACKENZIE, «Casa», in *Dicionário bíblico*, Edições Paulinas, S. Paulo, 1984, p. 154, cols. 1-2; P. WEIGANDT, «oikos», in *Dicionário exegético del Nuevo Testamento*, Vol. II, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2002, cols. 500-508.

O termo é citado também em 2Sm 7, quando o profeta Natan recebe um oráculo que se refere a David: «*Não construirás uma casa para Deus, mas Deus uma casa para ti*». Na primeira situação, a palavra “casa” indica precisamente uma construção, templo de pedra que Salomão construiria, enquanto na segunda, aponta para a linhagem, o conjunto de pessoas, filhos, toda a família de David. É neste sentido que Ermes Ronchi conclui que a casa toma o valor de totalidade e globalidade do viver, de identidade de metáfora da vida²⁰⁷: «*Não desejarás a casa do teu próximo*» (Ex 20,17). No contexto das línguas africanas bantu encontra-se a mesma analogia: os vocábulos “*munthi /yindlu*” podem designar casa/tribo ou pequeno grupo de pessoas da mesma família, ou ainda, um edifício.

A metáfora da “casa”, com o seu campo de significados tão rico, ajuda-nos a passar do edifício para a interioridade de quem habita nela. Ela torna-se lugar, onde se faz unidade entre o que está dentro e o que está fora, através do recolhimento e da hospitalidade. É nela, onde se recebe. Desde a soleira da sua porta, abre-se como acolhimento do outro, tornando-se deste modo símbolo da própria feminilidade, no acolhimento de vidas²⁰⁸, onde o «eu de poder é transformado num eu hospitaleiro»²⁰⁹ e a ética do serviço abre espaço para uma descoberta da sua própria identidade, sendo para o outro. É lá, onde cada um é verdadeiramente ele mesmo, sem máscara alguma, onde é pessoa e não personagem, onde acontece a auto escuta e a escuta dos outros. Recebendo o outro, recebo-me a mim, porque encontro a minha identidade, pondo-me ao seu serviço²¹⁰.

A Irmã Maria Clara não se coíbe de alargar os espaços físicos e interiores do seu coração, quando se trata de acolher e dar hospitalidade, desde os começos da Congregação, quando se debatia com inúmeras carências: disso nos confirma a Crónica, quando faz referência à abertura de colégio para meninas internas e externas, assim como do pensionato

²⁰⁷ Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 7-8.

²⁰⁸ Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 17.

²⁰⁹ Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 18.

²¹⁰ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 182.

para senhoras, em quartos particulares²¹¹. Nos colégios dirigidos pelas Irmãs hospitaleiras era comum encontrar um número considerável de alunos acolhidos e instruídos gratuitamente²¹² – uma prática que ainda perdura nos tempos atuais. Fazia sempre questão que assim fosse, «nunca limitando o número de crianças gratuitas [...]»²¹³.

Em Isaías 54, 2-3, Jerusalém é apresentado sob um esplendor, marcado pela fecundidade das suas relações, quando exorta: «alarga o espaço da tua tenda, estende sem medo as lonas que te abrigam, e estica as tuas cordas, fixa bem as tuas estacas, porque vais aumentar por todos os lados». Francesc Remis compara o espaço a alargar à cidade que, após a restauração de Israel do opróbrio do exílio, seria transformada por Deus e teria de acolher outros israelitas e os pagãos que se dirigissem a Sião. Por outro lado, aceita que a tenda não se restringe ao território geográfico de Sião, se bem que dilata a sua identidade teológica. O espaço que é pedido a Israel situa-se numa perspetiva teológica, dado que a cidade transformada atrairia nações e faria possível que se estabelecesse uma aliança entre Deus e todos os povos. A casa, em resumo, é lugar de encontro entre povos, e estes com Deus²¹⁴.

É dentro da casa, da minha casa, que já não é apenas habitação, mas o espaço interior de mim próprio, onde é propício para acolher eventos e decisões da vida. Em tal “espaço”, a felicidade centra-se na gratuidade do dar e dar-se, numa comensalidade diária com as pessoas, enquanto se aprende a admirar o que é quotidiano e a converter o que é comum em extraordinário. A dinâmica da casa assente na fé e, por isso, animada pela gratuidade, não admite aceção de pessoas, como nos recorda a carta de Tiago. Não se pode «conciliar a fé em Nosso Senhor Jesus Cristo glorioso com a aceção de pessoas» (Tg 2,1). Se a casa é esse

²¹¹ Cf. 2Crónica – 2Separata, p. 37.

²¹² Cf. 3Crónica, p. 926. «Os chamados “colégios” das Irmãs Hospitaleiras eram povoados quase na totalidade por crianças pobres e só por excepção é que uma ou outra pagava mensalidade». 3Crónica, p. 507; Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial*, p. 218.

²¹³ Rosa Helena MENDES DE MOURA, *Sob o olhar providencial*, p. 218.

²¹⁴ Cf. Francesc RAMIS DARDER, *Comentarios a la nueva biblia de Jerusalén – Isaías 40-66*, Editorial Desclee De Brouwer, Bilbao, 2008, pp. 228-229; «A casa como espaço e agregado familiar como comunidade de base é o quadro em que se inscreve a fé cristã». J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 465.

espaço da permuta do dom, que cada um é, e lugar de encontro e reunião, faz-se imperativo que ninguém seja excluído. A atitude excludente coloca o que exclui na mesma perspectiva dos demónios (Tg 2,19), segundo o mesmo Tiago. Os demónios dizem reconhecer Deus em Jesus Cristo, mas, ao mesmo tempo, enchem-se de terror diante d'Ele e exigem que se afaste (Mt 8,29; Lc 8,28).

Em conclusão, a casa ou a tenda é também lugar teológico que faz convergir os afetos que dão um sentido de plenitude e realização a todos os que nela se encontram. Símbolo da reunião e de segurança, da harmonia e da beleza. Símbolo de eternidade, onde os laços da relação se mantêm, mesmo depois da morte, pois aí se reavivam memórias e traçam-se os sonhos; espaço do dom gratuito de uns para os outros. A beleza da casa resplandece da capacidade de colocar o outro sempre antes de mim e de qualquer outra coisa, como veremos a seguir.

3. Dar primazia a pessoa

Quando falamos de hospitalidade/acolhimento, a primeira questão que nos vem à memória é de uma casa, um edifício. A seguir ao edifício, ocupamo-nos com as contas: se a refeição é suficiente, se há lugar para dormir e quantas noites o visitante fica connosco. Elencamos muitas condições prévias. Habituaamo-nos à contabilização, ao cálculo até ao mínimo pormenor. Sem dúvida alguma, a lista tem a sua importância e peso. Mas perguntar-nos-íamos: será que acolher alguém terá de ser, necessariamente, fazer uma lista? Afinal, de onde começa a hospitalidade? Não quereremos nós fazer da herança recebida um comércio? – na linha do dom de que nós beneficiamos, por termos sido também acolhidos. Que diferença faz o nosso modo cristão de acolher? Contabilizamos? Comercializamos?

Dissemos acima que a porta de entrada para a “hospedaria” era o olhar e a chave que abre a porta dessa “hospedaria” era também o olhar. Então, que condições são necessárias? Não será que a casa de que nos preocupamos condiciona a nossa capacidade de acolher? Se condiciona, como nos será lícito falarmos duma hospitalidade absoluta e incondicional? É na continuidade destes interrogantes que Jacques Derrida se posiciona, quando aborda questões sobre o ponto da partida da hospitalidade. E diz:

«A hospitalidade consistirá ela em interrogar o recém-chegado? Começará ela pela pergunta endereçada àquele que vem: como é que te chamas? Diz-me o teu nome, como deverei eu chamar-te, eu que te chamo, eu que desejo chamar-te pelo teu nome? Como te irei eu chamar? Ou começará antes a hospitalidade pelo acolhimento sem pergunta, num duplo apagamento, o apagamento da questão e do nome? Chamar pelo nome ou sem o nome? Dar ou ficar a conhecer um nome já dado? Dá-se hospitalidade a um sujeito? A um sujeito identificável? A um sujeito identificável pelo seu nome? Ou a hospitalidade dá-se antes, dá-se ao outro, antes mesmo de ele se identificar, antes mesmo de ele ser sujeito [...]?»²¹⁵

A questão acentua-se, mormente, quando temos de acolher alguém desconhecido. Não obstante reconhecermos que a hospitalidade não pode conhecer demora, ela tem de ser oferecida aqui e agora, algures²¹⁶, a alguém em concreto. Na justeza do pensamento, a questão de “quem” e do “onde” é fulcral, sendo que, quando se pretende oferecer hospitalidade, a primeira inquietação é esse “onde”, «existência certa de uma morada»²¹⁷, que parece alterar o dever e o direito de conceder guarida a quem nos bate a porta. Surge aqui, no entanto, uma antítese entre a lei incondicional da hospitalidade que consiste, segundo Derrida, em dar ao hóspede toda a nossa casa e o nosso próprio “*si*”, sem lhe pedir contrapartidas, nem condição alguma²¹⁸, e as normas exigidas que mandam proporcionar elementos indispensáveis ao ato,

²¹⁵ Jacques DERRIDA, *A falar da hospitalidade*, p. 41.

²¹⁶ Cf. Jacques DERRIDA, *A falar da hospitalidade*, p. 18.

²¹⁷ Jacques DERRIDA, *A falar da hospitalidade*, p. 17.

²¹⁸ Cf. Jacques DERRIDA, *A falar da hospitalidade*, p. 62. Chama a hospitalidade incondicional de “absoluta” e distingue-a da hospitalidade de “direito”. Diz que «a hospitalidade absoluta ou incondicional que eu gostaria de oferecer supõe uma ruptura com a hospitalidade em sentido corrente, com a hospitalidade condicional, com o direito ou o pacto de hospitalidade. [...] a hospitalidade absoluta exige que eu abra a minha casa e que dê, não

para a prática dessa mesma hospitalidade. No concreto do acolhimento joga papel importante a categoria de propriedade, na qual o anfitrião pode acolher, abrindo-se em liberalidade e solidariedade²¹⁹. Como se pode ver, tal propriedade não coincide com uma casa/edifício, mas senão com o “eu” que se dispõe a acolher sem perder nada d si.

Em Maria Clara, a hospitalidade começa na relação de empatia e sintonia com o necessitado, ou com o que está perto de si. Ela faz-se tenda de acolhimento. A gratuidade surge, então, como o marco essencial deste dinamismo hospitaleiro que coloca em segundo plano outros condicionalismos que se possam julgar indispensáveis. Para ela, a casa /edifício tem importância, ainda que reconheça que o pão oferecido só tem melhor sabor, se é antecipado de um verdadeiro acolhimento de quem o oferece, porque toda a «A acção prática

apenas ao estrangeiro, mas ao outro absoluto, desconhecido, anónimo, e lhe dê lugar [...] sem lhe pedir reciprocidade (entrada num pacto), e sem mesmo lhe perguntar pelo nome» (p. 40). Para este autor o pedir o nome ao visitante constitui já um pacto, e isso, coloca em questão a hospitalidade incondicional e absoluta, daí que se entra em contradição entre a Lei (incondicional e absoluta) e as leis (do dever e do direito) da hospitalidade. As leis de direito e do dever impõem-nos condições, aliás, o próprio dever de hospedar, porque nos vem dum mandato, é já uma imposição. A hospitalidade para ser absoluta, devia obrigar-me sem nenhuma coação exterior, mas mesmo assim, ela teria um carácter obrigante. Não sendo possível não haver alguma “pressão”, ela deixa de ser uma hospitalidade absoluta. Pois, esta para ser verdadeiramente absoluta, teria de passar, inclusive, pelo não perguntar o nome do hóspede: «Ao dizeres-me como te chamas, ao responderes a este pedido, respondes por ti, és responsável diante da lei e diante dos teus hóspedes, és um sujeito de direito». O texto citado na nota 39 vem acentuar esta problemática. À pergunta se a hospitalidade deverá começar pela pergunta ao hóspede, o autor explicita que essa é uma atitude que lhe parece muito humana e por vezes até amável, supondo que se deva ligar a hospitalidade ao amor. Em relação à outra pergunta: «como te irei eu chamar?» – observa que esta é habitualmente a pergunta que se faz às crianças ou aos amados, mas deixa transparecer que ela é necessária.

Esta posição de Derrida hipoteca uma hospitalidade incondicional ao lado da do direito. Porém, admite que ainda que “heterogêneas” (p. 40), a Lei incondicional e absoluta deve incluir e manter as leis da hospitalidade em progresso, porque, na verdade, são indissociáveis. Ou melhor, a hospitalidade incondicional e condicional devem cruzar-se em benefício do bom acolhimento.

A hospitalidade que Deus pretende oferecer a Israel tem o seu começo na identificação mútua, no pronunciamento do nome do “futuro” hóspede (povo) – Moisés e Israel (Ex 3,7-10), para depois falar do “leite e do mel”. Instaura-se, assim, uma relação que se antecipa às coisas materiais, mesmo que tais coisas sejam relevantes. Concluímos, desta forma, que a hospitalidade que se deve oferecer a qualquer pessoa, ainda que pretendamos que seja incondicional, a relação entre “hospitante” – no sentido de Carmine DI SANTE, referido no Capítulo Primeiro – e o hospedado define o nexo de um início de acolhimento, muito antes de se pensar em outros condicionalismos necessários.

²¹⁹ Cf. Francesc TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 80.

torna-se insuficiente, se não for palpável, nela, o amor pelo ser humano [...]»²²⁰. Prestemos atenção a estas suas palavras:

« – Olhem, aquela é que é a minha gente!... Que pena tenho de não os poder socorrer!...

Ao dizer isto, os olhos encheram-se-lhe de lágrimas, porque o seu terno coração sangrava sempre que via a pobreza sem a poder aliviar».

Sublinhamos aqui a frase: «*os seus olhos encheram-se de lágrimas*». Encontramos aqui o momento central do acolhimento e a frase lapidar, para uma leitura do coração desta mulher. As lágrimas são demonstração de um amor sem cálculos, que não guarda alguma expectativa de intercâmbio e, como um médico, não se espanta com nenhuma enfermidade²²¹. Antecipa-se em dom, dando-se a si mesma, antes de oferecer qualquer coisa sua²²². Nesta dinâmica não sobra espaço para antepor condição alguma, visto que o acolhimento determina a urgência.

Faz-se indispensável compreendermos que a hospitalidade, antes de mais, não é só um problema dos pobres materialmente, mas da pessoa humana, enquanto ser humano²²³, que deseja acima de tudo, ser amado, segundo o mandamento de Deus. A pessoa passa, por isso, sempre à frente²²⁴ de qualquer outra realidade que se possa julgar prioritária, como vemos no episódio que se segue:

²²⁰ BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas Est*, 34; AAS 98 (2006), 247.

²²¹ Cf. Ermes RONCHI, *Os beijos não dados. Tu és beleza*, p. 63.

²²² Cf. BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas Est*, 34; AAS 98 (2006), 247).

²²³ Cf. David DE AZEVEDO, *Horizonte e esperança*, p. 9. Porque o ser humano não vive apenas do pão necessário à sobrevivência, mas da humanidade e do calor dos outros seres humanos. Importa que ele oiça dizer: «“É bom que tu existes, irmão! Sê bem-vindo no nosso meio. O sol é também teu, o ar é nosso e o amor pode ligar nossos corações!”» Cf. Leonardo BOFF, *São Francisco de Assis: Ternura e vigor*, p. 39.

²²⁴ Cf. Carmine DI SANTE, *Responsabilità*, p. 86.

«Estando uma ocasião em Braga, no Hospital de S. Marcos, foram-lhe dizer que estava na rua um carroceiro com uma criancinha que ele tinha encontrado ao abandono, talvez nalgum caixote de lixo. Ao ouvir isto, o terno coração da Mãe Clara comoveu-se sensivelmente. Mandou logo pedir a criancinha ao carroceiro; porém, este recusou-se a entregá-la, a não ser que lha comprassem. Exigiu que lhe dessem uma libra em ouro, o que Mãe Clara não recusou. Realizada a compra, a criancinha ficou no Hospital, tratando-se logo de a baptizar, pois, por mais averiguações que fizessem, não conseguiram saber a sua proveniência. [...] pediu que pusessem o nome de Maria Clara, o que se cumpriu»²²⁵.

Um grande desafio que ela lança às suas religiosas assenta na abertura e acolhimento mútuo, sem cálculos, nem juízos. Um acolhimento que rompe com o ordinário e situa-se na ordem do desinteresse, da gratuidade e da bondade, onde o “eu” não pensa só em si, mas no outro, na sua inacessível alteridade²²⁶. Exorta que as religiosas não imponham condições que pervertam o sentido da hospitalidade: «quando virdes algum defeito em vossas Irmãs, lembrais-vos, Filhas, que não viveis entre anjos, mas entre criaturas que não podem ser absolutamente perfeitas»²²⁷. Ela não pretende afirmar que não seja cristão observar as incoerências. Reafirma, sem dúvida, uma hospitalidade que não pode ser contabilizada em termos de merecimento, visto que a pessoa humana ocupa lugar cimeiro das prioridades e, desse modo, torna-se incontornável dar-lhe a atenção devida. O que é injusto é colocar tais incoerências como condição primeira, antes da pessoa em si mesma, que precisa de atenção e de se sentir aceite e acolhida. Permito-me citar o pensamento de um autor desconhecido: «Ama-me quando eu menos o merecer, porque será nessa altura que mais necessitarei».

²²⁵ 2Crónica, p. 94; 2Crónica – 2Separata, p. 149. Tratava-se de uma quantia bastante considerável, para quem tinha tão escassas posses e tantos encargos. 2Crónica, p. 149 (nota 406).

²²⁶ Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 69.

²²⁷ FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 25. A hospitalidade evangélica é só aquela que é motivada pelo amor divino, porque Deus constituiu o estatuto de “pessoa” ao ser humano, o que é possibilidade duma relação igualitária com os demais. A sua existência não depende de mim, que o devo acolher; como a minha não se deve ao outro. Eu e o outro somos fruto do amor divino gratuito, portanto, iguais. Perde espaço, neste sentido, o domínio despótico que procura anular a existência do outro. Cf. Martin Carbajo NÚÑEZ, *São Francisco e a ética global*, pp. 119-120.

Ora, no acolhimento que se oferece, o acolhido não deve sentir-se anónimo, nem estranho, mas recebido em sua casa²²⁸, onde poder fazer a experiência de ser alguém, «único e distinto»²²⁹, com o seu próprio nome. Para isso, o anfitrião, por sua vez, desencadeia um movimento de abertura extática (de *ex-tásis* – sair de si). Toda a forma de ignorar este princípio constitui uma deturpação do mandamento do amor que se inaugura como evento do êxodo, do eu para o outro²³⁰, num dinamismo de doação de si, consciente de que a hospitalidade acontece sempre num contexto de assimetria.

Não se tratando, porém, exclusivamente, de responder às carências físicas do hóspede, teremos de admitir que o verdadeiro necessitado «não é apenas alguém que, do ponto de vista económico, é menos abastado do que os outros ou que, na escala social, se encontra mais baixo que os outros»²³¹, mas aquele que, inclusivamente, já não tem a sua humanidade, porque tem «má reputação»²³² diante da sociedade. Seria nesta linha que o Padre Raimundo recordava às suas religiosas que Deus as escolheu para serem apóstolas da Sua misericórdia e caridade *para com os pobres e os ricos*²³³. Um compromisso que rompe com o sectarismo, universalizando a prática hospitaleira e abrindo espaço para uma fraternidade mais alargada, pois todos são irmãos.

²²⁸ Cf. Francsec TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 82.

²²⁹ Francsec TORRALBA, *Sobre la hospitalidad*, p. 81.

²³⁰ Cf. Carmine DI SANTE, *Responsabilità*, p. 87. Pode ver-se também Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 114.

²³¹ Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 23.

²³² Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 23.

²³³ Cf. 2Crónica – 1Separata, p. 129 (o sublinhado é nosso). Trata-se do mesmo Pe. Raimundo, já referido no Capítulo primeiro.

4. Revalorizar os momentos e lugares de encontro

Os encontros de Jesus, narrados nos Evangelhos, com as diferentes pessoas, demonstram «uma antropologia da hospitalidade»²³⁴, marcada de gestos acompanhados de palavras que se prolongam num ensinamento²³⁵. Não nos é, também, difícil captarmos a intenção desses encontros: fazer com que a outra parte se *re-encontre* consigo mesma, com os outros e com «o Dom de Deus, oferecido por Jesus, que é Jesus»²³⁶.

«A comunhão de mesa»²³⁷ que caracteriza o episódio de Zaqueu (Lc 15,11-32) ou o de filho pródigo (Lc 19,1-10), ou o de Levi (Mt 9,9-13), por exemplo, trazem à nossa consideração a importância dos espaços e momentos de reencontros que dinamizam a relação e a auto-reconstrução. Ademais, a consciência de que todos os outros que cruzam os meus caminhos são irmãos, não porque partilham comigo alguma consanguinidade, nem pátria, nem a língua, ou mesmo a religião, mas porque o seu ser “outro” solicita de mim a responsabilidade e exige-me caminhos novos numa hospitalidade que se situa para além das diferenças²³⁸ e a alargar as fronteiras, numa visão universalista da hospitalidade.

4.1. A mesa e o pão: símbolos da aliança

Em primeiro lugar, convém retomarmos o episódio paradigmático de Abraão com os seus hóspedes, referido já no capítulo primeiro. O quadro apresenta-nos Abraão que se apressa a preparar uma refeição, a fim de que os seus visitantes restabeleçam as forças (Gn 18,5). O objetivo de Abraão parece-nos bem claro: restabelecer as forças, para depois

²³⁴ Carmine DI SANTE, *Lo straniero nella bibbia*, p. 330.

²³⁵ Cf. Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, p. 68.

²³⁶ António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p.110.

²³⁷ Isabel M. FORNARI-CARBONELL, *La escucha del huésped*, p. 75.

²³⁸ Cf. Carmine DI SANTE, *Lo straniero nella bibbia*, p. 229.

prosseguir a viagem. A preparação não é mecânica; obedece a um ritual que coloca o oferente e o acolhido em comunhão²³⁹.

A atitude de aceitar o pão oferecido reveste-se de um valor simbólico, duma aliança, que acontece numa refeição, onde se tecem laços de amizade e de partilha, não só do pão como da própria vida; e onde se geram relações duradoiras de intimidade (SI 41 [40],10). É na mesa onde se dá a comensalidade, expressão mais alta da convivência e da superação de toda a distância que possa gerar suspeita e inimizade²⁴⁰. Sentarmo-nos juntos à mesa da refeição e partilharmos o mesmo pão conserva um valor exponencial que, como dom, perdura para lá do gesto pontual²⁴¹.

A hospitalidade, feita ao redor da mesma mesa, deve abrir espaço, onde possa acontecer «um pacto de linguagem»²⁴², cuja importância sublinha-se no contar que realiza o «contar-se»²⁴³, que é percebido e acolhido pelos que partilham o mesmo alimento. No decorrer do contar-se, abre-se a possibilidade autobiográfica diante dos que escutam, atitude que permite recompor os fragmentos, enlaçar os fios quebrados e encontrar as palavras que segredam na íntima arquitetura da vida²⁴⁴. Excluem-se, então, as repressões e pressões. Trata-se de descobrir no comum o «extraordinário»²⁴⁵.

Em Dt 27,7, por exemplo, o comer está intimamente relacionado com o regozijar-se no Senhor, pois, tal ato assume a significação de um sacrifício de comunhão. É na sequência desta compreensão que a refeição, no horizonte cristão, reveste-se de uma expressiva

²³⁹ Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 100.

²⁴⁰ Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 101.

²⁴¹ Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, p. 70.

²⁴² J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 449.

²⁴³ J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 449. No “contar-se” acontece o diálogo. Seria impensável uma hospitalidade que não contemplasse a vertente do diálogo. Ou não seria hospitalidade. O diálogo é feito de escuta, aliás, da alternância da palavra e do silêncio, sem preconceitos que possam criar obstáculo à comunicação. O diálogo exige um protagonismo ativo da interlocução, não somente do emissor, como também do recetor, já que todos são coartífices e copartícipes da intercomunicação. Cf. Isabel M. FORNARI-CARBONELL, *La escucha del huésped*, p. 235. Sobre a temática da escuta, ver: Francesc TORRALBA, *A arte de saber escutar*, Editora Guerra e Paz, Lisboa, 2010.

²⁴⁴ Cf. J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 449.

²⁴⁵ Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 84.

originalidade²⁴⁶, na medida em que obriga a assumir posturas que vão de encontro à lógica divina²⁴⁷, facto que desautoriza qualquer tipo de posse, porque entre os comensais há algo de significativo que os une: a ausência de uma pátria²⁴⁸.

Para a Irmã Maria Clara, mulher de horizontes largos, o lugar da refeição é também espaço da regeneração social, segundo confirmam as Constituições aprovadas em 1900, no seu parágrafo 287: «esta obra tem por fim não somente socorrer a indigência das classes menos abastadas, mas principalmente desviá-las de um sem número de ocasiões perigosas e atraí-las ao bem, por meios suaves»²⁴⁹. Ao partilhar o pão, descobre que também ela tem algo para partilhar: planos para o futuro, promessas de esperança, seguranças de alegria e uma capacidade de compaixão²⁵⁰.

Não é necessário ser-se rico, para dar do que sobra, mas é imprescindível o desejo de fazer-se dom, frente ao que nada possui, porque o pão oferecido só ganha o verdadeiro significado, se vier depois do dom de si. O extraordinário da hospitalidade está também na capacidade de, dispondo de pão e vinho, símbolos dos bens necessários à existência humana, ser capaz de desapossar-se, subtraindo-os à própria boca, para dá-los aos que deles estão privados²⁵¹. Convém, no entanto, compreender que o que se oferece não determina o nosso ser hospitaleiro, pois as coisas gastam-se e acabam, diluem-se; o que permanecerá para sempre é,

²⁴⁶ Cf. J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 450.

²⁴⁷ Cf. Martin Carbajo NÚÑEZ, *São Francisco e a ética global*, p. 76.

²⁴⁸ Cf. Carmine DI SANTE, *Lo straniero nella bibbia*, p. 36.

²⁴⁹ 3Crónica, p. 1382. Este propósito foi, mais tarde, confirmado pelo Núncio Ajuti, em 08. 06. 1897 ao afirmar : «O bem, que se faz com esta obra, não é somente material, aliviando a miséria do pobre, mas é também religioso e moral» 2Crónica – 2Separata (nota 295). Durante o triénio de 1891 a 1894, abriram-se dez casas, das quais apresentamos algumas, a título de exemplo: Hospital de Melgaço (Setembro de 1892); hospital de Elvas (Dezembro de 1891); hospital Civil e Militar em Cabo Verde, Cidade da Praia (21.09.1893); hospital Civil e Militar na Guiné Portuguesa, Cidade de Bolama (Março de 1893); Asilo da Infância Desvalida, no Convento do Menino Deus, Barcelos (Outubro de 1893); Asilo de Inválidos, em Torres Vedras (8.12.1892). Cf. 2Crónica, p. 75; Cf. 2Crónica – 2Separata, p. 95.

²⁵⁰ Cf. José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus I: Entre a ousadia e a ansiedade*, p. 27.

²⁵¹ Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 91.

antes, a relação que se abre entre quem acolhe e o acolhido, «porque o amor é o que permanece quando nada mais resta»²⁵².

Aqui está o ideal. Porém, a verdade quotidiana diz-nos que em muitas circunstâncias o momento da coesão fraterna transforma-se em ocasião propícia de evidenciar ainda mais as diferenças, e reforçar a impermeabilidade das identidades e posturas, enfatizando linhas de divisão, consolidando mecanismos de rutura²⁵³, tanto em âmbitos sociais como religiosos.

Já S. Paulo tinha percebido isso, razão por que censura os coríntios:

«[...] reunis-vos, não para o vosso proveito, mas para vosso dano. Em primeiro lugar, ouço dizer que, quando vos reunis em assembleia, há divisões entre vós, e em parte eu acredito. Quando, pois, vos reunis, não é a ceia do Senhor que comeis, pois cada um se apressa a tomar a sua própria ceia; e enquanto um passa fome, outro fica embriagado. [...] quereis envergonhar aqueles que nada têm?» (1 Cor 11,17-1; 20-22).

A assembleia de Corinto que se rege pelos princípios de Cristo vive numa desordem, que coloca o pobre à margem da comunidade. O momento de comunhão e de encontro, transforma-se em ocasião de divisão: no lugar de uma inclusão, surge exclusão, que se denuncia pela presença de grupos interesseiros e sectários; a dádiva e a partilha são substituídas pelo individualismo. Eis a metáfora dos povos dos países pobres, em relação aos países ricos. Os primeiros assistem, incapazes de reação, à voracidade com que se banqueteiam os segundos. E estes, indiferentes, assumem o estatuto de senhores do mundo, sem prestar atenção ao que, ao seu lado, morre de fome.

Ao longo da vida pública de Jesus, vemo-Lo muito ligado às refeições, em casa de diferentes pessoas. Esta atitude de Jesus simboliza sobremaneira a sua missão²⁵⁴ de reunir a todos à volta da mesma mesa, a do amor do Pai. Não se intimida com as críticas dos que o

²⁵² Ermes RONCHI, *Os beijos não dados. Tu és beleza*, p. 42.

²⁵³ Cf. J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 451.

²⁵⁴ Cf. J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 449. Jesus aceita com frequência convites para comer e aproveita a ocasião para ensinar, perdoar e curar. Cf. Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, p.68.

condenam por comer com os pecadores (Lc, 5,30). A sua comensalidade situa-se «para lá das fronteiras»²⁵⁵ do tolerável pela lei. Ora, o ato de comer evoca a «participação no Reino de Deus, uma expressão de salvação que Jesus oferece e que o ser humano deve acolher»²⁵⁶. Para Jesus, não há inimigos nem impuros. A sua preocupação está em promover o retorno desses excluídos²⁵⁷ ao convívio fraterno: a comunidade de mesa que se forma à volta de Jesus torna-se a base da sociedade humana²⁵⁸. Para isso, Jesus dedica-lhes uma atenção particular, dispondo-se a sofrer as críticas nada abonatórias dos seus observadores. Faz, com os rejeitados, um caminho de regresso, até que já não tenham medo²⁵⁹; manifesta-lhes a solicitude e a misericórdia de Deus, da qual Ele é o melhor hermenauta²⁶⁰. Ele é o «eterno buscador, eternamente procurado»²⁶¹.

Proporciona-lhes um verdadeiro encontro consigo mesmos e com o Salvador-salvação: «hoje veio a salvação a esta casa » (Lc 19,9) e «brinda à esperança da libertação»²⁶². Chegar à conquista deste propósito, ter-se-á atingido, como comunidades de fé, a verdadeira «transformação das situações»²⁶³, inaugurando um tempo novo na vida desses homens e mulheres, postos à margem do ritmo da sociedade.

Na atual conjuntura social, motivada por uma economia de consumo, os pobres materialmente são, antes, vistos como consumidores, que apenas penalizam o comércio e entravam o desenvolvimento dos ricos e abastados, dado que não entram na competitividade

²⁵⁵ J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 449. Cf. Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, p. 68.

²⁵⁶ Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, p. 69.

²⁵⁷ Cf. J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 455.

²⁵⁸ Cf. Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, p. 121.

²⁵⁹ Cf. Ermes RONCHI, *Os Beijos não dados*, p. 63. O medo e a vergonha são impostos, seguindo uma estratégia de transferência, pelos grupos dos que têm algum poder. Uma vez suscitado o medo, o pobre é cada vez mais temido e cada vez mais vítima do seu próprio medo, devido a hostilidade do meio em que vive. Esta atitude desencadeia uma outra, a da vergonha de ser quem é. Cf. Luciano MANICARDI, *A Caridade dá que fazer*, pp. 24-29.

²⁶⁰ Cf. J. Tolentino MENDONÇA, «O Espaço Social da refeição», p. 457.

²⁶¹ José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus I: Entre a ousadia e a ansiedade*, p. 17.

²⁶² José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus I: Entre a ousadia e a ansiedade*, p. 27.

²⁶³ J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 456.

económica de produção. A sua presença ofende a boa imagem das classes produtivas²⁶⁴ e, em alguns casos, para maior humilhação, são identificados com os delinquentes²⁶⁵. Aprender a dar um lugar à minha mesa ao que em nada pode contribuir, ao lado de mim, como um igual a mim, pertence ao âmbito de uma responsabilidade que se assume diante de Deus pelo próximo²⁶⁶, como nos testemunha a crónica:

«(Os criados) Tinham os seus aposentos nas dependências da cerca (do Convento das Trinas). A comida passava directamente da cozinha para o refeitório deles, por meio de um elevador.

Eram, por assim dizer, considerados como pessoas de família. Quando, pela sua idade avançada, já não podiam trabalhar, ali se conservavam como servos fiéis, ocupando-se unicamente em fazer os seus preparativos para a viagem da eternidade, pois, quando as suas forças lhes não permitiam outros serviços, passavam longas horas diante de Jesus Sacramentado»²⁶⁷.

4.2. *A fraternidade: imperativo do mandamento novo*

A fraternidade bíblica, fundada sob o horizonte da hospitalidade, constitui-se fraternidade universal, porque ética. Ela proíbe estabelecer fronteiras ou reivindicar o que é pertença de todos: o direito ao acolhimento. Aliás, a fraternidade foi uma das palavras que a revolução francesa de 1789 escreveu na história da humanidade. Desta perspetiva surge a comunhão, um outro dado importante para definir a fraternidade. Na comunhão conjuga-se o verbo dar: dando-se no tempo, no presente, fazendo dos diferentes e distantes irmãos, alicerçados no imperativo do mandamento novo²⁶⁸.

²⁶⁴ Cf. Martin Carbajo NÚÑEZ, *São Francisco e a ética global*, p. 33.

²⁶⁵ Cf. Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 22.

²⁶⁶ Cf. Carmine DI SANTE, *Reaponsabilità*, p. 44. «La responsabilità bíblica è sempre e contemporaneamente “responsabilità di fronte a Dio” al quale rispondere, “responsabilità del prossimo” del qual rispondere e “responsabilità per il mondo” per cui rispondere.

²⁶⁷ p. 74 deste trabalho.

²⁶⁸ Cf. Carmine DI SANTE, *Lo straniero nella bibbia*, pp. 229-230.

É o sentido imediato de família, onde todos são irmãos e iguais, que abre oportunidade para a fraternidade mais alargada. Ora, para se ser irmão, não se exige nenhum currículo, porque essa prerrogativa não é minha nem tua, nem mesmo nossa. Recebemo-la como dom. É-nos dada²⁶⁹, antecede-nos, como já pudemos referir ao longo deste trabalho.

A superação dos limites e necessidades só é atingível no contexto comunitário e de comunhão, como nos refere o trecho de Act 2,49-47; é lá onde devem acontecer todas as “curas”. Na fraternidade vive-se da dádiva de cada um, ninguém possui nada. Ninguém merece nada, do mesmo modo que Deus não se merece, acolhe-se²⁷⁰.

A fraternidade, esse lugar sagrado e teológico, deve constituir-se espaço de acolhimento, para quem perdeu uma parte de si, oferecendo-lhe a atenção do coração, como a um filho cansado²⁷¹ que, junto da mãe que o escuta, encontra aconchego e ternura. Numa fraternidade evangelicamente construída, não deve existir concorrências; todos gozam da mesma condição de filhos, diante de Deus-Pai. Assenhorar-se²⁷² da debilidade do outro, que se expõe a nós, é sacrílego, pois cada ser humano guarda uma «sacralidade»²⁷³ «irredutível»²⁷⁴, que não pode ser invadida a qualquer preço.

A Irmã Maria Clara, quando se dirige às suas religiosas, emprega com frequência a expressão: «Minha Irmã²⁷⁵; Minhas queridas Irmãs²⁷⁶; Minhas queridas Filhas²⁷⁷». É de observar a diferença que existe entre a expressão simples de «Irmã» e a outra de «Minha

²⁶⁹ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p.83.

²⁷⁰ Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 87.

²⁷¹ Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 122. Porque a fraternidade não se constitui em função do que cada um tem ou faz, mas em função daquilo que a cada um é dado e feito. Em função de um amor que precede as diferenças. E é nesse amor primeiro que radica o ser irmão, não pelo que cada um vale, se bem que pela origem que esse amor evoca – o amor que habita o ser humano. Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, pp. 81-82.

²⁷² Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 88.

²⁷³ Carmine DI SANTE, *Lo straniero nella bibbia*, p. 18.

²⁷⁴ Carmine DI SANTE, *Lo straniero nella bibbia*, p. 20.

²⁷⁵ 3Crónica, p. 1241; 2Crónica – 2Separata, pp. 74; 137; 169. Forma de tratamento ainda vigente entre as religiosas Franciscanas Hospitaleiras.

²⁷⁶ 3Crónica, p. 1244; 2Crónica, pp. 138. 139.

²⁷⁷ 3Crónica, p. 1240. 1243; 2Crónica, pp.174. 231.

Irmã». Destaca-se o uso do pronome possessivo, no segundo caso, que nela não tem nenhum valor nem peso de posse em sentido literal, mas demonstra a familiaridade e proximidade com que trata as suas religiosas. O pronome faz toda a diferença. Transmite, certamente, a grandeza do vínculo e da responsabilidade pelo outro. É este «Minha/Meu», enquanto significação do Outro/outro que provoca e institui a minha responsabilidade. Em virtude da filiação divina, os cristãos atrevem-se a chamar-se «Irmãos», porque, «[...] a quantos o receberam, aos que nele creem, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus. Estes não nasceram de laços de sangue, nem de um impulso da carne, nem da vontade de um homem, mas sim de Deus» (Jo 1,12-13).

É do filho amado, misericórdia do Pai, como plenitude de graça e fidelidade, que a comunidade dos discípulos e discipulas de Jesus aprende a abrir as portas ao que bate e chama, fazendo de todos irmãos, porque na nova família alimentada na fonte da fé, não existe estranho. A filiação divina é também tarefa partilhada. A bondade e a ternura derramadas abundantemente sobre os homens e mulheres de todos os estratos sociais, tornam possível que todos vivam da misericórdia de Deus e sejam capazes de oferecer, igualmente, benevolência e bondade, porque agraciados e agradecidos²⁷⁸.

Interpela-nos e causa-nos calafrio ouvir de outra pessoa com quem não se partilha nenhuma proximidade sanguínea, chamar-nos «Meu Irmão». Porém, esta é a originalidade do cristianismo e da hospitalidade da Irmã Maria Clara. S. Francisco de Assis também tinha compreendido esta particularidade evangélica de «Irmãos», tanto que desejou que os seus companheiros da Ordem se chamassem frades, de *frater* / irmão, para salientar o vínculo forte que os unia. A Irmã Maria Clara, bebendo da fonte franciscana, retoma a expressão e dá-lhe uma vitalidade nova, antepondo-lhe o pronome «Minha». Afirma com esta expressão que não

²⁷⁸ Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed.) *Um espaço para la ternura*, p. 136.

só conhece as suas religiosas, mas *re*-conhece nelas o dom de Deus, sempre inatingível e sempre presente. Cada irmã é *sua* no sentido do dom que lhe é oferecido por Deus.

A fraternidade, dessa forma, alicerça-se na bondade e gratuidade do Deus-Connosco que quis fazer-nos seus irmãos, fazendo-se ele, primeiramente, nosso irmão. Sendo assim, as nossas sociedades, ricas ou pobres, «são chamadas a ser o lugar da misericórdia, do perdão, da ternura, da festa e da celebração»²⁷⁹. Lugar onde todos são *nossa gente*, segundo a Irmã Maria Clara. Por esta mesma razão é que cada um é *meu* irmão e não estrangeiro distante. Esta atitude revela uma confissão de fé no Deus único que deu a terra como lugar de habitação para cada ser humano²⁸⁰, chamando-nos, conseqüentemente, à responsabilidade de uns para com os outros.

5. Dai-lhes vós mesmos de comer: responsabilidade radical

É-nos familiar a frase do trecho do Evangelho de Mt 14,13-21, que também aparece em Mc 6,34-44; Lc 9,10-17 e Jo 6,1-15, a qual se insere no episódio da multiplicação dos pães: «Dai-lhes vós mesmos de comer» (Mt 14,16). Não temos aqui a pretensão de nos ocuparmos da exegese do texto, mas, a partir do mesmo, demonstrar como Jesus nos ensina a resolver a questão da compaixão, devolvendo-nos a responsabilidade de uns pelos outros. Ao mesmo tempo, Ele sublinha a renúncia que Deus faz de buscar uma solução automática para resolver sozinho qualquer situação que afeta o ser humano. Deus conta com as mediações²⁸¹

²⁷⁹ IX Caderno para a renovação da CONFHC, p. 17. A fraternidade, em Irmã Maria Clara, tem também o matiz da unidade entre as religiosas. Uma ideia várias vezes repetida nas Circulares. Sente muita dor, quando se apercebe da desunião das suas religiosas; Cf. FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, pp. 23.38.42. Recomenda insistentemente: «Lembraí-vos que a união faz força! Sem união não há paz!»; «Agora resta que todas estreitem e apertem os laços da verdadeira união e paz» FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, pp. 38.44.

²⁸⁰ Cf. Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 119.

²⁸¹ Cf. António COUTO, «Da cobiça à aliança. Uma leitura de Gn 4-11», p. 20.

do próprio ser humano. Jesus institui um novo modo de pensar, a partir do outro²⁸² e não de mim.

O simples sentimento de compaixão é apenas válido depois da experiência de incapacidade, depois do fracasso do propósito de realizar plenamente a justiça²⁸³. Mas a compaixão como ato concreto, tem valor, quando ela combate contra a injustiça, dando resposta aos conflitos resultantes das desigualdades²⁸⁴. Uma compaixão que não provoca um dinamismo novo e não passa de um simples sentimento, traduzir-se-ia numa falácia à partida, além duma derrota antecipada, muito antes mesmo do início da luta.

Perante uma multidão desprovida de tudo, Jesus encontra uma saída, ante a lógica dos discípulos que O aconselham mandar embora a multidão, para que vá comprar para si o sustento. Estamos, sem dúvida, diante de um horizonte calculista que, logo à partida, parece dar-se por rendida, diante da dificuldade da multidão e da dimensão da carência. É que a lógica do mercado, do comprar, pode levar-nos rapidamente a desistir de encontrar alternativas válidas, muito antes mesmo de enfrentarmos o problema. Ou tratar-se-ia de uma recusa – referindo-nos aos discípulos – de responsabilidade pelos demais? Se assim é, tal atitude é criticada na Carta de Tiago, onde se lê: «Se um irmão ou uma irmã estiverem nus e precisarem de alimento quotidiano, e um de vós lhes disser: “Ide em paz, tratai de vos aquecer e de matar a fome”, mas não lhes dais o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveita?» (Tg 3,15-16). Jesus, por seu turno, instaura uma nova lógica, a do dom, que se contrapõe à do

²⁸² Cf. Carmine DI SANTE, *Lo straniero nella bibbia*, p. 18. O outro faz parte do agregado familiar que se transforma em lugar de reunião, um centro de atividades, um nó relacional, onde se ultrapassam, em certa medida, as discriminações de estatuto. Todos são acolhidos de maneira igualitária, num movimento que se demarca pela troca e reciprocidade. Cf. J. Tolentino MENDONÇA, «O espaço social da refeição», p. 465.

²⁸³ Jonathan SACKS explica que a justiça chamada *tzedakah* é a que favorece as condições mínimas de vida, numa justa distribuição dos recursos; que todos tenham direito a uma vida digna e uma igualdade, enquanto membros duma comunidade da aliança, sob a soberania de Deus. Trata-se de uma responsabilidade, a que ele chama coletiva, que assegura que ninguém seja excluído da misericórdia da comunidade e da sua vida. Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença. Como evitar o choque das civilizações*, Lisboa, 2006, p. 155-156. Bento XVI, por seu lado, sublinha que a justiça de Cristo deve ser animada pela caridade, e esta ultrapassa a justiça distributiva, no sentido de que entra na ordem do amor *ágape*. Cf. BENTO XVI, Carta Encíclica *Africae Munus*, 24-25; AAS 114 (2011), 250-251.

²⁸⁴ Cf. Daniel INNERAITY, *Ética de la hospitalidad*, p. 199.

mundo consumista e calculista, que não sabe e nem aprendeu a repartir e dividir. Esta disposição requer mãos abertas para receber e acolher e, de seguida, repartir e dividir²⁸⁵.

A Irmã Maria Clara não assiste a um problema insignificante, do qual se possa eximir, razão por que *chora*. Também ela se sente impotente, diante da realidade que se desenha à sua frente, porém continua a reviver a frase de Jesus: «dai-lhes vós mesmos de comer». A ordem requer cumprimento e urgência e apela para uma «responsabilidade indeclinável e com justiça»²⁸⁶, que só um coração terno e misericordioso, ao modo de Deus, é capaz de *decidir-se* pelo outro. Ela rompe com indiferentismo face aos problemas dos outros. Decidir-se é o verbo que define um ato heróico, quando todos se negam ao compromisso do amor e com o amor. Dizia S. Francisco de Assis: “O Amor não é amado”. Amar o Amor reclama decisão e ousadia, porque diante do outro que suplica não pode não *decidir-se*, romper com os projetos pessoais, para atender ao grito suplicante de quem aguarda uma resposta nossa. Na crónica pode ler-se:

«Ainda que se lutou sempre com grandes dificuldades financeiras, o generoso coração da Mãe Clara, a sua extraordinária confiança em Deus e o seu ardente desejo de fazer o bem levaram-na a estabelecer no Convento das Trinas a sopa diária aos pobres, no ano de 1885.

Para esse fim, mandou construir um alpendre na cerca, onde já havia uma porta que dava para a rua e, naquele abrigo, era repartida a sopa a todos os pobres que se apresentavam com a sua tigela, a qual, às vezes, era tão grande que chegava para quatro ou cinco.

Essa sopa era sempre muito espessa, quase que nem se lhe via o caldo. Levava-se para ali em duas grandes panelas que tinham quase um metro de altura cada uma e tudo

²⁸⁵ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, pp. 74-76. Francesc TORRALBA admite que o bom anfitrião não repara nos gastos para acolher o seu hóspede; é precisamente este despojamento, a busca perdida do outro que inaugura o laço. O desejo do bem para o outro é a única razão que rege o interior do hospedeiro. Cf. Francesc TORRALBA *Sobre la hospitalidad*, p. 54. Encontramos uma ideia semelhante na primeira Crónica de 1896: «Não é falta de santa pobreza pedir-se ou executar-se uma obra, mesmo à custa do cofre, segundo as suas forças, embora dispendiosa no momento, se dela se tira economia e vantagem para a saúde das Irmãs. Toda a despesa necessária, seja ela qual for, não é desperdício nem luxo». 1Crónica, p. 87.

²⁸⁶ Carmine DI SANTE, *Responsabilità*, p. 77.

desaparecia. Ordinariamente, juntavam-se mais de 100 e, qualquer que fosse o seu número, essa abençoada comida chegava sempre para todos»²⁸⁷.

A Irmã Maria Clara desafia a própria providência divina, pois, sabendo-se sem meios, abre-se à dádiva e coloca-se de mãos abertas, atitude própria de quem confia somente em Deus: feliz é aquele que cuida do pobre, porque o Senhor não o abandonará à mercê dos inimigos (Sl 41 [40],2-3), nem das dificuldades. A singularidade dos gestos da Irmã Maria Clara está na sua capacidade revolucionária, num espaço e tempo em que estar ao lado de Deus e dos pobres constituía um risco para a sua própria vida. Ela afirma que só em Deus e com Deus o ser humano encontra resposta para a sua condição, sobretudo aquela de excluído e marginalizado.

A sua hospitalidade fê-la percorrer caminhos novos que atingiriam, inclusive, o além-mar²⁸⁸, para aí, também, oferecer o bem, onde fosse necessário. A onda partiu de Lisboa, onde se abriu a primeira cozinha económica, a 8 de Dezembro de 1893²⁸⁹, para todos os dias proporcionar o jantar a centenas e, algumas vezes, milhares de pessoas que, apenas gastavam por essa refeição o equivalente a dois centavos do escudo²⁹⁰.

Referimos já que as dificuldades da Irmã Maria Clara e suas religiosas eram inúmeras, para responder a tanta solicitação, aliás, «a maior parte das despesas da Casa-Mãe era satisfeita com esmolas das pessoas amigas e legados dos benfeitores»²⁹¹. De entre os benfeitores, destacaram-se a Sr.^a Condessa de Sarmento que, ao longo de largos anos, proporcionou muitas ajudas; a comissão de Senhoras fidalgas e titulares, Presidida pela Ex.ma Sr.^a Duquesa de Palmela, destacou-se nas obras das cozinhas económicas²⁹².

²⁸⁷ 2Crónica, p. 94; 2Crónica – 2Separata, p. 152.

²⁸⁸ Em fevereiro de 1883 enviou para Angola cinco Irmãs para uma obra de regeneração de degradadas, fazendo delas as primeiras missionárias portuguesas. Cf. 2Crónica – 2Separata, p. 89; 2POSITIO, p. 85.

²⁸⁹ Cf. 3Crónica, p. 985; 2Crónica – 2Separata, p. 96.

²⁹⁰ Cf. 2Crónica – 2Separata, p. 97.

²⁹¹ 2Crónica, p. 61; 2Crónica – Separata, p. 58.

²⁹² Cf. 2Crónica – 2Separata, p. 96.

Poderíamos mesmo afirmar que a Irmã Maria Clara tornou-se um verdadeiro “coração pensante da barraca” – como se intitula Etty Hillesum, no seu diário, escrito nos campos nazis de Auschwitz. Ela e suas religiosas não se pouparam a esforços, ocuparam-se no trabalho de desentulhar os “poços humanos” que a sorte tinha maltratado²⁹³, diria João Paulo II. Este modo de estar e de ser, não passou despercebido aos olhos do povo que, no jornal da época, deixou escrito:

«A sua dedicação não conhece limites. E, quanto maior é a pobreza do enfermo ou o perigo da doença para os que têm de tratá-la, tanto mais se apura e activa o inesgotável carinho daquelas santas mulheres. Não lhes faz tédio a vista dos miseráveis andrajosos e das palhas infectas; não as demove do seu propósito a incandescência da febre. É tudo um novo incentivo que lhes redobra o valor. Vão, aproximam-se, arriscam-se, caem e imolam-se, e não pedem ao mundo nenhum prémio, nem um louvor sequer; a recompensa a que aspiram só a esperam do Céu! A mais de novecentos enfermos têm elas já assistido, entre Lisboa e Belém. E rasgos incríveis de abnegação!»²⁹⁴.

O cenário continua a desenhar-se diante dos nossos olhos, hoje; cresce cada vez mais proporcionalmente com a nossa indiferença e distanciamento. Será que as nossas comunidades cristãs estão abertas para a percepção duma mensagem renovada, marcada de uma responsabilidade, também renovada, que se institui a partir da prioridade do outro sobre o “eu”? Poderá o nosso ser cristão responder a uma diaconia do jeito de uma mãe que cuida de um filho doente e indefeso²⁹⁵? Esta é a responsabilidade que não se escolhe, à qual se torna impossível subtrair-se. Impele-nos para uma interação singular e intensa, porque pontual, na medida em que ela deve dirigir-se a alguém em particular.

Ao rezarmos a oração do «Pai Nosso», importa lembrarmo-nos de que o não fazemos só por nós, mas também pelo irmão que está muito próximo de nós. Pedir o pão a Deus implica assumir a responsabilidade por quem não o tem, porque ao pão dado por Deus

²⁹³ Cf. JOÃO PAULO II, «Mensagem à Superiora- Geral das Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, Ir. Maria Isilda Freitas», p. 8.

²⁹⁴ «A Palavra» (17.08. 1875) citado em 2Crónica – 2Separata, p. 61 (nota 212).

²⁹⁵ Cf. Carmine DI SANTE, *Responsabilità*, p. 32.

corresponde o pão repartido pelo irmão²⁹⁶. E a responsabilidade diante de Deus é a mesma responsabilidade diante do ser humano²⁹⁷.

Num contexto mais amplo, percebemo-nos inseridos numa dinâmica de um mundo interligado, realidade designada globalização, marcado de uma responsabilidade limitada, quando não difusa ou mesmo irresponsável²⁹⁸, porque já não se pode imputar a alguém, em concreto, as consequências do mal que acontece²⁹⁹; a tecnologia segue a um ritmo que supera as nossas capacidades de controlo e acompanhamento. Pese embora esta realidade presente, não estamos autorizados a viver tranquilos, enquanto houver algum “estrangeiro” – *hostis* ao nosso lado, que ainda não se tenha tornado nosso hóspede – *hospes*.

A sagrada escritura, ao afirmar que todo o ser humano é hóspede na terra que pertence a Deus, instaura um ser humano também hospitaleiro, no qual a primeira e a última palavra não é o ser-para-si, mas ser para-o-outro, numa dimensão do desinteresse e da responsabilidade, que o elevam à bondade e gratuidade divinas³⁰⁰.

A consciência de que a vulnerabilidade não é uma característica de alguns seres humanos, mas um marco fundamental de todo o ser humano, enquanto ser humano³⁰¹, deve dinamizar-nos para uma cada vez mais responsabilidade pelos outros, num movimento que não é acidental, se bem que do «tipo substancial»³⁰². A globalização convoca-nos a todos, sem exceção, se queremos que o nosso mundo continue a ser humano, para um desafio maior de

²⁹⁶ Cf. Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 77.

²⁹⁷ Cf. Carmine DI SANTE, *Responsabilità*, p. 77.

²⁹⁸ Cf. Daniel INNERARITY, *O futuro e os seus inimigos. Uma defesa da esperança política*, Teorema, Lisboa, 2011, p. 86.

²⁹⁹ É com razão que Daniel Innerarity afirma que hoje, a responsabilidade terá de ser repensada no contexto de um mundo complexo nas suas realidades, cheias de constrições e interdependências, produzidas não tanto pelas intenções dos autores, mas pelos condicionamentos das suas ações. Com a crescente diferenciação dos subsistemas sociais, diminuem as possibilidades de imputar responsabilidades, de modo causal, a alguém, daí também a irresponsabilidade generalizada. Cf. Daniel INNERARITY, *O futuro e os seus inimigos*, pp. 90-96. Esta ideia remete-nos para uma corresponsabilidade e atenção em relação aos atos de cada um, enquanto ser humano pertencente a uma comunidade concreta.

³⁰⁰ Cf. Carmine DI SANTE, *L'io ospitale*, p. 63.

³⁰¹ Cf. Daniel INNERARITY, *O futuro e os seus inimigos*, p. 93.

³⁰² Daniel INNERARITY, *O futuro e os seus inimigos*, p. 88.

sermos capazes de ver no “tu” um fragmento do “Tu” divino, e reconhecer nesse “tu” a imagem de Deus³⁰³. Para isto, a hospitalidade reclama de nós «uma saída sem regresso»³⁰⁴ movida, primordialmente, pelo bem e cuidado do outro, em resposta ao imperativo de Jesus: «dai-lhes vós mesmos de comer». Acolher este desafio cristão significa comprometermo-nos com o Evangelho, proporcionando que todos façam a experiência do amor infinito de Deus, no qual ninguém é estranho diante do seu olhar misericordioso.

6. O contraponto: a negação da diferença

É pertinente sublinhar, antes de mais, que para uma concretização da hospitalidade, importa a superação das expectativas, tanto do lado do recebedor, como do que é recebido. Esta atitude evita a tentativa de produzir uma imagem deformada da realidade, pois tal situação seria negar a identidade própria da pessoa e aniquilar-lhe todos os seus atributos essenciais³⁰⁵. Na verdade, o exercício da hospitalidade exige um intercâmbio de identidades que não se anulam, mas enriquecem-se da mútua dádiva.

Assistimos, nos nossos contextos sociais, a uma tentativa de aniquilamento ou submissão dos pequenos grupos, de culturas e ideologias minoritárias, que não se identificam com os grupos de maior influência. Esta realidade confirma aquela outra da existência de uma grande probabilidade de criar simpatia só com os que concordam connosco, e eliminar as vozes dos que discordam³⁰⁶. Deste ponto de vista, resulta uma afirmação que se torna cada vez mais forte das «fronteiras do eu e do outro, do amigo e do inimigo»³⁰⁷ que minam todas as possibilidades de acolhimento. Consequentemente, desencadeia-se um processo de criação

³⁰³ Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 32.

³⁰⁴ Daniel INNERARITY, *Sobre la hospitalidad*, p. 99.

³⁰⁵ Cf. Daniel INNERARITY, *Sobre la hospitalidad*, p. 89.

³⁰⁶ Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 13.

³⁰⁷ Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 20.

de um “nós”, radicado em verdades e modos de pensar únicos que termina num “eles”. Quando se afirma um “nós” que se coloca à distância, em relação ao “eles”, fechando-se à unilateralidade da verdade, torna-se impossível haver acolhimento.

Outra realidade não menos importante que se levanta é a tentativa de construir uma aldeia global a todo o custo, para que todos venham a reger-se, segundo padrões dos que se assumem senhores dos acontecimentos e das pessoas. Ora, quando a individualidade e a particularidade de cada um não for respeitada, gera-se a intolerância e violência³⁰⁸. A violência é já fruto de uma outra violência originante: aquela da negação da diferença que anula e destrói, à partida, toda a possibilidade de um acolhimento pacífico e razoável.

A Irmã Maria Clara tem uma posição crítica, face a uma atitude como esta: chama à atenção para o comportamento das superiores das comunidades que classificam todas as outras religiosas de igual modo, segundo critérios pessoais que negam as diferenciações: «[...] no espiritual, acontece também que medem tudo pela mesma medida: desde a primeira até à última, não há só nota boa, quando, ordinariamente, não é possível que assim seja verdade»³⁰⁹. Ela percebe que a beleza está aí, na particularidade de cada membro da comunidade; e é nesse mesmo ambiente, onde é possível o acolhimento e a hospitalidade, na verdade do que cada um é, sem mutilações nem subserviências.

O relato da criação é outra página bastante elucidativa para esta questão: ao sexto dia Deus viu que toda a sua obra era muito boa (Gn 1, 31). Sublinhamos aqui o advérbio de quantidade *toda*, para reforçar a ideia de que a bondade da criação está na sua diversidade, no vasto leque das diferenças; é na harmonia das diferenças, onde Deus encontra a beleza. As primeiras comunidades depressa concluíram que só na experiência agraciada, radical e fontal,

³⁰⁸ Cf. Daniel INNERARITY, *Ética de la hospitalidad*, p. 149.

³⁰⁹ 3Crónica, p. 1244; FONTES DA CONFHC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 40. A frase é retirada de uma circular escrita particularmente às «Irmãs Superiores locais» para as advertir das várias incoerências no desempenho do seu ofício. A tónica central desta circular é a condenação da sobrevalorização da sua própria vontade, infringindo as Constituições e os princípios mesmo cristãos da honestidade.

alimentada pela fé em Cristo, é que é possível o acolhimento a todos³¹⁰, na diferença que cada um é, sem que ninguém se torne o centro³¹¹. É o sentido da gratuidade que anula as diferenças e as hierarquias sócio-religiosas³¹² e rejeita todo o poder estabelecido que sustém e legitima as diferenças excludentes e as hierarquias dominadoras³¹³. Toda a tentativa de eliminação e exclusão do outro diferente de nós leva a marca fraticida de Caim, face a Abel, que não reconhece a bênção gratuita de Deus, distribuída a todos, com a qual cada um pode cooperar como sujeito na realização dessa mesma bênção³¹⁴. Perante tal cenário de exclusões constantes, «será que podemos criar espaço para a diferença? Será que podemos ver a presença de Deus no rosto de um estrangeiro?»³¹⁵ – pergunta Jonathan Sacks.

Num contexto de diversidade, heterogeneidade e mundividências, forçar um igualitarismo e um uniformismo resulta contraditório (se não mesmo agressivo) à própria dignidade da pessoa, que é harmonia do plural, unicidade na diversidade das manifestações do seu ser. A apreensão do sentido da diferença, como origem do que é valor, far-nos-ia alcançar um outro significado ainda maior: de que é precisamente enquanto indivíduos, nações e civilizações diferentes que as nossas trocas ganham dimensões também elevadas³¹⁶.

É bárbara a violência cíclica que temos assistido entre povos, nações e etnias. Segundo as razões dadas por Leonardo Boff, ela insere-se num contexto de uma cultura fortemente centrada na sua própria identidade, a ponto de quase não sobrar lugar para o diferente dela³¹⁷.

³¹⁰ Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed), *Um espaço para la ternura*, p. 136.

³¹¹ Cf. António COUTO, «Da cobiça à Aliança. Uma leitura de Gn 4-11», p. 20.

³¹² Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed), *Um espaço para la ternura*, p. 138.

³¹³ Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed), *Um espaço para la ternura*, p. 141.

³¹⁴ Cf. António COUTO, «Da cobiça à aliança. Uma leitura de Gn 4-11», p. 20.

³¹⁵ Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 16.

³¹⁶ Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 29. «Uma sociedade é bárbara quando admite que alguns dos seus membros estão a mais. A pessoa de um é o resultado das trocas que efectua com os outros. Se admitimos esta evidência, devemos concluir que todos são úteis a todos. Contrariamente à exclamação teatral de Sartre, o inferno não são os outros, é não existir para os outros. Excluir é condenar ao inferno, não a um inferno do além, é verdade, mas a um inferno terrestre, bem real, para o qual as nossas sociedades atiram [...] as pessoas que não são capazes de incorporar». Albert JACQUARD, *Acuso a economia triunfante*, Publicações Europa – América, Mira-Sintra, 1996, p. 114. «A sociedade depende da existência de certas relações que se situam fora dos cálculos económicos [...]». Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 30.

³¹⁷ Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 115.

Assim sendo, teremos de reconhecer, com muita verdade, que o problema é muito complexo e atinge diversos âmbitos da convivência humana, e assenta em vários pressupostos, desde políticos, sociais, culturais, étnicos, económicos até religiosos. Já a carta de S. Tiago refletia sobre essa realidade da negação do diferente que chegava a originar um clima de inospitalidade mútua:

«De onde vêm as guerras e as lutas que há entre vós? Não vêm precisamente das vossas paixões que se servem dos vossos membros para fazer a guerra? Cobiçais e nada tendes? Então, matais! Roeis-vos de inveja e nada podeis conseguir? Então, lutaís e guerreaís-vos!» (Tg 4,1-2).

Na verdade, o desejo de assumir uma posição superior a todo o custo, gera um ambiente inhóspito que se contrapõe à releitura da nossa história humana, que coloca diante de nós a verdade de que possuímos um «código humanitário comum que antecede e transcende as diferenças»³¹⁸ de todo o tipo. Por outro lado, as diferenças não devem ser ignoradas, são propulsoras de um caminho de convergência no Deus único e na busca de soluções comuns para o nosso mal estar. Não seria excessivo pensarmos numa «teologia da diferença»³¹⁹. Se prestarmos atenção às diferentes culturas e expressões do humano, depressa concluímos que qualquer tentativa para impor uma uniformidade, em nome de uma única cultura ou crença, revela-se incapaz de responder à grande ânsia humana de saber-se aceite e acolhido, dentro dos limites da sua história individual.

Ora, se grande parte das nossas sociedades escolhe atitudes rígidas e inflexíveis, face ao diferente, bloqueando e negando a beleza harmónica, querida por Deus, para os crentes de todos os tempos, Jesus Cristo repete: «Não seja assim entre vós» (Mt 20,26). A mobilidade das pessoas torna-se cada vez mais facilitada com os avanços da tecnologia, e o cruzamento de povos, raças, culturas e costumes diferentes faz-se inevitável. Estaremos, nós, cristãos,

³¹⁸ Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 36.

³¹⁹ Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 37.

abertos a uma pluralidade que cada vez mais se impõe e nos desafia na nossa realidade instalada e confortável? Que leitura evangélica desperta em nós esta realidade? Estamos abertos a acolher o Evangelho de forma nova?

Assumir-se diferente, sem reduzir os outros à minha imagem ou a «objectos»³²⁰ manipuláveis, segundo a minha vontade, é atitude digna de quem reconhece a extraordinária multiplicidade da criação, assim como a dignidade da diferença³²¹. O imperativo de amar o próximo como a nós mesmos não apresenta condições prévias; ou melhor dizendo, não se faz acompanhar de um “se” condicional, mas radica na dialética da gratuidade e desinteresse que institui uma relação horizontal, traduzindo o mesmo movimento de Deus em direção ao humano³²². Este é o movimento que nos abre caminhos para voltar a falar de um Deus da misericórdia e pai de todos.

³²⁰ António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 70.

³²¹ Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 36.

³²² Cf. Carmine DI SANTE, *Responsabilità*, p. 82.



Iluminar e Aquecer: um programa de vida

Que obriga a transcender tudo...

Inseridos no mundo e situados no tempo,

A exemplo de Maria serva e pobre,

Com gestos concretos de hospitalidade,

Na simplicidade e na alegria.

Afagar as dores das dúvidas do trajeto das idas e voltas
de quem percorre o caminho da páscoa, ao modo dos
discípulos de Emaús.



CAPÍTULO V – DIZER DEUS: PRIMADO DA HOSPITALIDADE

Afirma Carmini di Sante que o maior dom da tradição hebraico-cristã que se pode oferecer aos homens e mulheres do terceiro milénio é o anúncio de um Deus da gratuidade e do desinteresse, que dá sentido ao problema da própria subsistência³²³. A questão do anúncio, chave da compreensão do cristianismo, passa inevitavelmente por uma prática concreta do que se crê. “Dizer Deus”, através da hospitalidade, marca o ponto culminante de todo o percurso que temos vindo a fazer, o qual tem como essência o Evangelho que se especifica na expressão do Carisma Franciscano Hospitaleiro. O anúncio torna-se tarefa irrecusável para quem se dispõe a viver o Evangelho, a partir desta vertente da hospitalidade, tendo como horizonte o Deus da misericórdia.

1. A bem-aventurança do anúncio

A primeira pergunta que se nos coloca é se é possível dizer Deus?! De que modo? Com que palavras? Como poderemos falar de um Deus que «nunca ninguém o viu»? (1 Jo 4, 12). Mesmo reconhecendo a validade destas perguntas, cremos que todo o crente sabe que Deus não é totalmente invisível, que não se deixou ficar, pura e simplesmente, inacessível a nós. Ele fez-se visível, através de seu Filho Jesus Cristo³²⁴. O anúncio é uma das dimensões inerentes ao batismo de todo o cristão e é designado de bem-aventurança no conjunto das bem-aventuranças franciscanas hospitaleiras³²⁵. Assim, ser cristão exige um assumir convicto

³²³ Cf. Carmine DI SANTE, *Responsabilità*, p. 19.

³²⁴ Cf. BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas Est*, 17; AAS 98 (2006), 230-232.

³²⁵ Cf. VIII Caderno para a renovação da CONFHC. *Hospitalidade: encarnação das Bem-aventuranças no exercício das Obras de Misericórdia*, Linda-a-Pastora, 1995, pp. 57-68: «A abertura à missão, a originalidade de cada um, a dinâmica novidade do Espírito fazem surgir novas atitudes a que podemos chamar de outras Bem-aventuranças». p. 57.

desta vertente. O inédito da narração de Deus³²⁶ na pessoa de Jesus Cristo – desde a encarnação até à paixão, morte e ressurreição – foi o melhor e único discurso, pelo qual o próprio Deus nos disse quem Ele era e quem é o ser humano. De facto, a grandeza do acontecimento conduz-nos a uma conclusão de que nós só podemos dizê-Lo, ou voltar a narrá-Lo de forma sempre imprópria e pobre, pois não cabe no nosso vocabulário nem linguagem. Este nosso esforço é como se andássemos à volta de uma realidade que nos foge. Porém, não temos muito que inventar, mas voltar a narrar com todo o seu peso, medida e profundidade, como nos adverte João Paulo II:

«[...] não se trata de inventar um “programa novo”. O programa já existe: é o mesmo de sempre, expresso no Evangelho e na tradição viva. Concentra-se, em última análise, no próprio Cristo, que temos de conhecer, amar, imitar [...]. É um programa que não muda com a variação dos tempos e das culturas, embora se tenha em conta o tempo e a cultura para um diálogo verdadeiro e uma comunicação eficaz»³²⁷.

O anúncio da hospitalidade está precisamente na sua capacidade de dizer aos nossos destinatários e contemporâneos que o nosso Deus é um Deus «da misericórdia e da ternura»³²⁸, cuidando. É com razão que Jonathan Sacks diz que se os políticos têm poder, as religiões têm algo mais forte, que é a influência³²⁹. E as obras têm uma grande influência, são anúncio. Se os nossos ambientes se fecham a Deus, teremos de redescobrir novos modos de falar d’Ele; e a hospitalidade é um desses modos que toca no mais fundo de qualquer ser humano, crente e não crente. «Só vidas carregadas de atitudes concretas como a da Mãe Maria

³²⁶ João M. DUQUE, no seu livro *Dizer Deus na pós-modernidade*, dedica largas páginas (297- 378) à discussão do tema da “narração de Deus” a que ele denomina «Teologia da Narração». Recolhe e coloca em debate trabalhos de vários autores que anteriormente trabalharam o tema. Deixa transparecer a ideia de que Deus é narrável, dizível, aliás, concorda com a ideia de que o cristianismo, como comunidade de crentes em Jesus Cristo, é, desde o início e originariamente, não uma comunidade de interpretação ou de argumentação, mas uma comunidade de memória e de narração. Uma narração que abarca e articula a história da redenção libertadora e a própria história do sofrimento humano. Cf. João M. DUQUE, no seu livro *Dizer Deus na pós-modernidade*, p. 325.

³²⁷ JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Novo Millennio Ineunte*, 29; AAS 93 (2001), 285-286.

³²⁸ Constituições da CONFHC, p. 9.

³²⁹ Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 19.

Clara transpiram a santidade, são transparência da Trindade Santíssima»³³⁰ – adverte-nos José Policarpo.

Ela é a linguagem mais próxima do ser humano, perceptível, potente e capaz de trespassar os corações³³¹. É linguagem evangélica. Não a única, porque a mensagem evangélica não pode ficar somente no âmbito do fazer, de gestos ou atitudes, excluindo a palavra. Se a palavra de Deus anunciada não engana, os atos dão-lhe significação, esclarecem-na os conceitos, o que faz com que as duas dimensões sejam correlativas no momento e no ato de exprimir a nossa fé.

Mostrar-se-á anúncio, conquanto responda a três vertentes: em primeiro lugar, terá de se mostrar capaz de despertar os crentes para a profissão da sua fé de um modo dinâmico; em segundo, tem de provocar interrogações aos não crentes, mobilizando-os para um caminho de busca de sentido; em terceiro, se for capaz de estimular aos que creem num deus desconhecido (Act 17,23) ou difuso, para a procura do Deus verdadeiro. O anúncio das obras garante uma força inquestionável ao anúncio das palavras e as obras são uma interpelação muito forte, diante dos que não estão dispostos a ouvir a mensagem de Cristo. Ou melhor, a hospitalidade, como parte das obras que pertencem ao âmbito da fé, pode ser um argumento convincente da validade do nosso discurso³³², não tanto porque a história e a tradição assim o consagraram, mas porque nós próprios fizemos a experiência de um Deus que se define como misericórdia. Não como atitude ocasional, mas como um agir permanentemente misericordioso³³³.

«Servindo com diligência e bom agrado, sem perdermos a nossa gravidade religiosa, as pessoas que frequentam as Cozinhas, poderemos, com o nosso exemplo, chamar

³³⁰ AGCONHFIC – José POLICARPO, cardeal. *Da homilia da beatificação*.

³³¹ Cf. Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 33.

³³² Cf. Juan Antonio ESTRADA, in *Hay lugar para Dios hoy?*, PPC Editorial, Madrid, 2005, p. 83.

³³³ Cf. VIII Caderno para a renovação da CONHFIC, pp. 69-70.

muitos extraviados ao caminho do bem. A virtude é um íman que atrai os que a tocam, é um perfume que se expande e se comunica aos que dela se aproximam»³³⁴

É na nossa capacidade de dizer Deus, onde reside uma das possibilidades de fazer com que os outros cheguem ao conhecimento desse Deus: «[...] só na lógica do amor é que Deus se torna pensável e dizível»³³⁵, assegura-nos João Duque. E, João Paulo II exorta-nos: «Não tenhamos medo de falar de Deus e de ostentar sem vergonha os sinais da fé»³³⁶. Na ênfase do gesto que se curva diante do outro é que acontece a experiência do ressuscitado e faz irromper num grito de fé: «Vi o Senhor!» (Jo 20,18). No toque que se oferece, o outro percebe Deus que o chama pelo seu próprio nome, como Maria Madalena (Jo 20,16) e, desde aí, Deus não mais pertencerá ao campo da incerteza, como se quer afirmar nas nossas sociedades modernas³³⁷, mas passará para o campo existencial, renovado por um olhar benevolente do próprio Deus. É o olhar que lança para o futuro como abertura sem limite³³⁸ e chama a conhecer o que ainda não se conhece³³⁹. Será, certamente, na dinâmica do conhecer que o emblemático *iluminar e aquecer* hospitaleiros, enquanto concretização do programa vivo e urgente duma missão recebida e assumida, realiza o «ideal sublime da vivência da hospitalidade, no quotidiano da vida»³⁴⁰.

³³⁴ 3Crónica, p. 1383. Pode ver-se o texto na íntegra, parágrafos 287-300.

³³⁵ João M. DUQUE, *Dizer Deus na pós-modernidade*, p. 72.

³³⁶ JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mane Nobiscum Domine*, 26; AAS 97 (2005), 349.

³³⁷ Cf. João M. DUQUE, *Dizer Deus na pós-modernidade*, p. 70. «No âmbito da modernidade, a resposta a esta questão básica [onde está Deus?] é cada vez mais reduzida da procura de *certeza*, a resposta parece relegar Deus cada vez mais para o campo do incerto».

³³⁸ Cf. Maria ZAMBRANO, *A metáfora do coração e outros escritos*, Editora Assírio & Alvim, Lisboa, 1993, p. 56.

³³⁹ Cf. Maria ZAMBRANO, *A metáfora do coração e outros escritos*, p. 58.

³⁴⁰ Maria Lucília DE CARVALHO, *Nada (vos) será impossível*, 1999, p. 16.

2. «Lucere et Fovere» como programa de vida

Se Cristo não for razoavelmente compreensível, «não passará de um nome acrescentado às nossas teorias»³⁴¹. A razoabilidade da compreensão conduz a um crer adulto e responsável. Mas a compreensão de Cristo passa, inevitavelmente, pelo anúncio e pela iluminação da mente e da inteligência, incutindo no coração o amor e a luz da verdade³⁴². Aqui, é onde se encontra o grande marco hospitaleiro franciscano do *Lucere et Fovere* – *Iluminar e Aquecer*³⁴³. Se retomarmos o episódio dos discípulos de Emaús, compreenderemos o que isso significa: por um lado, dois discípulos desiludidos com a morte do profeta, o único que garantia a sua esperança. Por outro, Jesus que aparece para devolver-lhes o que pensavam ser irrecuperável – Ele mesmo. Ou melhor, Cristo reafirma-lhes que Ele continua a ser a razão do seu viver.

Diz-nos o texto bíblico que, enquanto Jesus explicava as Escrituras, os dois discípulos de Emaús sentiram uma espécie de “calor” que lhes ardia no coração (Lc 24,32). Há, contudo, no encontro com Cristo ressuscitado, um certo vislumbre e espanto, ante a beleza do que o mestre lhes ia recordando ao longo do caminho. Só no fim é que tudo ficou nitidamente claro e belo. Foi nesse encontro que os dois discípulos se sentiram atingidos pelo dardo da beleza, tocados pela presença de Cristo³⁴⁴. Até ali, não fora suficiente o conhecimento teórico, havia a exigência de aprender a “ver Cristo” e deixar-se ferir pela sua beleza paradoxal, pelo seu amor³⁴⁵: passar do «“ver” físico ao “ver” teológico»³⁴⁶. Deixar-se ser *iluminado e aquecido*.

³⁴¹ BENTO XVI, Exortação apostólica *Africae Munus*, 32; AAS 114 (2012), 254-255.

³⁴² Cf. 1Crónica, p. 68.

³⁴³ Traduz o lema que orienta todos os gestos de toda a IFHIC: «*Lucere* – ser luminosas e iluminar como reflexos da luz de Deus. *Fovere* – acalentar, proteger, cuidar e promover a vida». Constituições da CONFHIC, p. 10.

³⁴⁴ Cf. António MARTO – Giafranco RAVASI – Marko I. RUPNIK, *O Evangelho da beleza*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2012, p. 18.

³⁴⁵ Cf. António MARTO – Giafranco RAVASI – Marko I. RUPNIK, *O Evangelho da beleza*, p. 19.

³⁴⁶ Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, p. 73.

O horizonte hospitaleiro franciscano orienta para a descoberta da beleza de Deus, presente no que é ordinário, como abertura ao futuro. Neste sentido, o programa *Lucere et Fovere* responde a essa abertura a um futuro que não é somente o porvir, que se pode apresentar incerto, ou como repetição mais ou menos matizada com variações do hoje e resquícios do ontem, mas um futuro que nos obriga a transcender tudo³⁴⁷ que faz parte do cotidiano.

A experiência configuradora que brota do encontro com Jesus possibilita o anúncio e a transparência de um Deus cheio de misericórdia e amor. Uma transparência que, ao mesmo tempo, ilumina o caminhar dos discípulos e discípulas do mestre, no desejo sempre vivo de responder como filhos no Filho, na mesma comunhão de amor³⁴⁸. Frente às interrogações existenciais que hipotecam esta Luz, somente um Deus vivo pode conceder ao ser humano a graça de ser um iluminado, capaz de ver cada vez mais claro³⁴⁹, abrindo-se Àquele que lhe concedeu o dom.

O cristianismo é essa luz, esse fogo, do qual nós somos os guardiões da chama³⁵⁰; uma chama que se nega a ficar escondida por debaixo do alqueire (Mt 5,15), sem cumprir a sua função primordial de *iluminar e aquecer*, afagar as dores das dúvidas do trajeto das idas e voltas³⁵¹ de quem percorre o caminho da páscoa, ao modo dos discípulos de Emaús. Pertence a todo o cristão essa procura e oferta contínua de Luz que esclarece no *fazer o bem onde houver o bem a fazer*, enquanto concretização do *Lucere et Fovere*.

Se a coluna de fogo que alumia a noite para os israelitas, durante as peregrinações pelo deserto (Ex 13, 21; Sl 105 [104],39) lhes dava segurança e a certeza de que valia a pena

³⁴⁷ Cf. Maria ZAMBRANO, *A metáfora do coração e outros escritos*, p. 56.

³⁴⁸ Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed.) *Um espaço para la ternura*, p. 137.

³⁴⁹ Cf. Mário J. R DE SOUSA, *os encontros de Jesus no Evangelho de São João*, p. 72.

³⁵⁰ Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 42.

³⁵¹ Cf. Bruno CHENU, *Los discípulos de Emaús*, p. 115.

continuar a crer em Deus, não fará menos efeito a que resplandece na face ou nos olhos³⁵², ou ainda nos gestos de qualquer crente. Jesus Cristo é quem nos garantiu: «Em verdade, em verdade vos digo: quem crê em mim também fará obras que Eu realizo; e fará obras maiores do que estas [...]» (Jo 14,12). A luz oferecida por Cristo situa-se na dinâmica intrínseca do dom, com o qual o próprio Senhor nos torna homens novos e nos acolhe dentro do que é seu. Deste modo, faz com que o nosso agir se identifique com o d'Ele, porque é Ele que age em nós.

Na sagrada Escritura o conceito de luz é algo de grande importância³⁵³. Ela apresenta-se estreitamente ligada à vida e à felicidade, o que justifica as frequentes comparações entre Deus e a luz. Encontramos em Nm 6,25 a famosa bênção sacerdotal: «O Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti e tenha misericórdia de ti». Esta bênção invoca a presença restauradora de Deus, em favor dos seus servos. Em contraposição, quando se anuncia o dia do Senhor com o tom de trevas e não de luz (Am 5,18) vaticina-se um dia de dor, de sofrimento e calamidade³⁵⁴.

Ora, a hospitalidade da Irmã Maria Clara e das suas religiosas era prenúncio dum tempo novo, do tempo favorável, de graça, em que Deus constantemente visita o seu povo, e faz-se luz, para que todas as nações possam ver realizar-se a salvação (Is 42,6; 49,6). O seu cuidado não se reduzia ao corporal; no seu bem-fazer desejava mostrar o caminho da luz que torna o coração feliz (Sl 97 [96],11): «Antes e depois da refeição, a religiosa encarregada desse serviço rezava sempre algumas orações com os pobrezinhos» – diz-nos a crónica. A oração remetia ao dador de todos os bens. Era preciso ligar-se à fonte para perceber a razão do dom, se bem que o dom não tem razão de ser, a não ser, simplesmente, porque sim. Porque oferecido.

³⁵² Cf. H. WOLF, «'Or: Luz, Chama, Lumiar», in *Dicionário Internacional*, p. 39.

³⁵³ Cf. Herculano ALVES, *Símbolos na bíblia*, pp. 152-161; 181-189.

³⁵⁴ Cf. H. WOLF, «'Or: Luz, Chama, Lumiar», in *Dicionário Internacional*, p. 40.

O padre Raimundo dos Anjos Beirão, ao escrever às suas religiosas, lembra-lhes:

«Oh, linda Missão é a vossa, minhas boas Irmãs! Ides servir de Mães, educando; de Anjos Rafaéis, ensinando o caminho do Céu às crianças com as vossas lições, em as vossas palavras.

Sim, o Senhor veio à nossa Família Hospitaleira e disse à Superiora:

– Escolhi das vossas filhas este fim: Vem em Meu nome para entre os pobres explicar-lhes a Minha Santa Lei e como se deve exercer, para não só Me darem louvor, mas igualmente para saberem como devem viver neste mundo, a fim de conseguirem a salvação eterna»³⁵⁵.

Eis aqui o cerne do programa hospitaleiro franciscano e, também, de todo o cristão: *explicar a Santa Lei de Deus*, esclarecer a mente e o coração duvidosos, *iluminando e aquecendo*, para que os rostos de muitos possam reluzir (Ec 8,1)³⁵⁶. Mas «a fé chega pelo testemunho dos que um dia se encontraram com o Senhor: trata-se de uma salvação experimentada, que se sente, inevitavelmente, a necessidade de extravasar e de testemunhar. E aquele que testemunha dá espaço ao Testemunhado»³⁵⁷.

A experiência da salvação de Deus traz consigo a urgência do anúncio que não se pode adiar³⁵⁸, pois, Ele está no meio de nós. Aliás, a nossa fé não fala de um Deus que está fora da realidade humana e do tempo. Pelo contrário, fala de um Deus que está dentro da história, dinamizando-a, porque ele mesmo entregou-se à contemplação dos nossos olhos e ao toque das nossas mãos³⁵⁹ – Ele ergueu a Sua tenda no meio de nós (Jo 1,14). A mensagem de Cristo pode sintetizar-se nesta pequena frase: ensinar a todo o ser humano *como deve viver neste mundo*, como peregrino do infinito³⁶⁰.

³⁵⁵ 2Crónica – 1Separata, pp. 115-116.

³⁵⁶ Cf. H. WOLF, «'Or: Luz, Chama, Lumiar», in *Dicionário Internacional*, p. 40.

³⁵⁷ Mário J. R. DE SOUSA, *Os encontros de Jesus no Evangelho de São João*, p. 41.

³⁵⁸ Cf. Mário J. R. DE SOUSA, *Os encontros de Jesus no Evangelho de São João*, p. 49.

³⁵⁹ Cf. Joseph RATZINGER, *Introdução ao cristianismo*, Princípia Editora, Cascais, 2005, p. 38.

³⁶⁰ Cf. Maria Amélia CARREIRA DAS NEVES, *Rasgar caminhos*, p. 220.

Cristo é «a Luz verdadeira» (Jo 1,9) capaz de plenificar a vida de cada homem e mulher. Luz que ao ser testemunhada faz com que cada destinatário nosso exclame: Já não é pelas tuas palavras que eu acredito, eu próprio ouvi e sei que Ele é verdadeiramente o Salvador do mundo (Jo 4,42). Só assim compreender-se-á o discurso de Jesus:

«Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte; nem se acende a candeia para colocar debaixo do alqueire, mas sim em cima do candelabro, e assim alumia a todos os que estão em casa. Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, de modo que, vendo as vossas boas obras, glorifiquem o vosso Pai, que está no Céu» (Mt 5,15-16).

Se a luz de Cristo faz de nós anunciadores, então, cada um de nós pode e deve fazer da própria existência, pessoal e comunitária, algo de belo, um anúncio da beleza de Deus, reflexo da sua santidade³⁶¹. Na luminosidade de cada gesto hospitaleiro, há uma provocação para o louvor ao Pai celeste, cuja imagem resplandece nesse mesmo ato.

3. A bem-aventurança da alegria e da gratidão

A bem-aventurança da gratidão pertence à lista das bem-aventuranças intituladas franciscanas hospitaleiras. A esta liga-se a da alegria que afirma o valor da alegria que emana do Deus da eterna novidade. Uma alegria pura e serena, profunda e verdadeira que contrasta com o mundo de coração e lábios cerrados, sombrio mas faminto de alegria³⁶². Tanto uma como outra proclamam a existência de um Deus do amor e da alegria. É a experiência dessa presença que provoca, inevitavelmente, na pessoa sentimentos de louvor, gratidão, espanto.

Em Efésios 5,16, fala-se dos «dias maus», nos quais a tentação de abandonar as obras da luz está mais presente. Porém, aos cristãos de Éfeso Paulo exorta que se deixem encher do

³⁶¹ Cf. António MARTO – Giafranco RAVASI – Marko I. RUPNIK, *O Evangelho da beleza*, p. 26.

³⁶² Cf. VIII Caderno para a renovação da CONFHC, p. 57.

Espírito; que, entre eles, se cantem salmos, hinos e cânticos espirituais; que cantem e louvem o Senhor com todo o seu coração; sem cessar, dêem graças por tudo a Deus Pai, em nome do Senhor Jesus Cristo (Ef 5, 18).

Dar graças é restituir todas as coisas ao estado original do dom e retirar ao ser humano o poder sobre elas³⁶³. Dir-se-ia que é reencontrar-se com o verdadeiro Belo, não no sentido do bonito ou feio, do grotesco ou sublime, nem cómico ou trágico, mas no sentido de origem de todas as coisas (Deus), como eixo fundamental, no qual a pergunta pelo sentido da vida, das coisas e dos acontecimentos descobre resposta³⁶⁴. O louvor e a ação de graças não são expressões de uma ingenuidade que não alcança a realidade envolvente, nem traduzem uma indiferença face aos acontecimentos à volta. Não se trata de «uma fuga»³⁶⁵. Pelo contrário, é precisamente aí, nessa realidade, onde «não é fácil nem óbvio compreender o que está a acontecer»³⁶⁶, que se torna ocasião para viver o *kairós*, manifestando a diferença cristã³⁶⁷.

O louvor e ação de graças traduzem uma antecipação do que esperamos nos tempos futuros, ou, transportam-nos para aquela realidade, pela qual ansiamos, a felicidade em Deus, porque «Aqueles que confiam no SENHOR renovam as suas forças. Têm asas como a águia, correm sem se cansar, marcham sem desfalecer» (Is 40,319). É com razão que António Couto observa que o louvor não seria mais do que um simples analgésico, que nos leva a ver a nossa dor como apenas um mau momento que há-de ser ultrapassada³⁶⁸.

Foi também esta a experiência da Irmã Maria Clara e do Padre Raimundo dos Anjos Beirão:

³⁶³ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 49.

³⁶⁴ Cf. M. Leticia SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, «Subir al monte de la belleza: el necesario esfuerzo educativo», 1164 (2012), p. 149; João Paulo II no contexto da eucaristia afirma que dar graças «significa, para além do mais, testemunhar que a realidade humana não se justifica sem a referência ao Criador». JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mane Nobiscum Domine*, 26; AAS 97 (2005), 349.

³⁶⁵ António MARTO – Giafranco RAVASI – Marko I. RUPNIK, *O Evangelho da beleza*, p. 29.

³⁶⁶ Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 69.

³⁶⁷ Cf. Luciano MANICARDI, *A Caridade dá que fazer*, p. 19.

³⁶⁸ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 46.

«Se por um lado *o inferno se desencadeia*, por outro lado, *do Céu chovem graças* sem número! *O sol da justiça eclipsa-se* por um momento, mas é para depois reaparecer com mais esplendor³⁶⁹. Oh! Sim, é necessário sermos generosas para com *um Deus* que *tão generoso* tem sido para conosco, *tirando-nos da indigência* do seu povo e colocando-nos no *santuário da sua riqueza* e do seu amor³⁷⁰. Grandes e insondáveis são sempre todos os desígnios de Deus!»³⁷¹

«Afinal a *Misericórdia* do Céu determinou que a *misericórdia* da terra nos adoptasse por filhas suas»³⁷². [...] mas a *misericórdia* do Senhor tudo, tudo e tudo remediou, livrando-nos desta terrível tempestade»³⁷³.

Teremos, contudo, de perceber que a atitude de louvor e de gratidão não anula a súplica, a lamentação ou mesmo a imprecação. Estas são o desdobramento do primeiro³⁷⁴. O que a Irmã Maria Clara faz é uma experiência de *um Deus tão generoso* num momento em que *o sol se eclipsa*; o seu louvor emerge dos acontecimentos concretos que se desenrolam «nas condições da temporalidade e da historicidade»³⁷⁵. Uma experiência verdadeiramente originária que coloca a razão humana numa situação “embaraçosa”, pois é algo que nunca existiu e que, por isso, não conhece categorias já elaboradas³⁷⁶, daí que o coração transborda estonteante: «É essa *paz* que faz *adoçar* todas as *amarguras* desta vida [...]»³⁷⁷. Um jogo de paralelismos antitéticos³⁷⁸ sublinha de forma bela a presença cuidadora e sanante de Deus. Esta técnica literária demonstra bem, como ela está atenta à verdade da realidade, mas a relê a partir do horizonte de Deus. Pretende sublinhar que:

³⁶⁹ FONTES DA CONFHIC, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 68 (Os sublinhados são nossos).

³⁷⁰ FONTES DA CONFHIC, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 60.

³⁷¹ FONTES DA CONFHIC, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 67.

³⁷² 2Crónica – 1Separata, p. 126 (Os sublinhados são nossos).

³⁷³ 2Crónica – 1Separata, p. 125 (Os sublinhados são nossos).

³⁷⁴ Cf. António COUTO, *Uma palavra é melhor do que um presente*, p. 45.

³⁷⁵ João M. DUQUE, *Dizer Deus na pós-modernidade*, p. 313.

³⁷⁶ Cf. João M. DUQUE, *Dizer Deus na pós-modernidade*, p. 323.

³⁷⁷ FONTES DA CONFHIC, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 47 (O sublinhado é nosso).

³⁷⁸ A Irmã Maria Clara usa esta técnica de escrita para valorizar a ação de Deus, que sabiamente se faz presente no meio das adversidades. Diríamos que ela demonstra uma grande capacidade de reler entre as linhas da história do seu tempo a presença salvífica de Deus. Qual profeta que aprendeu a ler a história numa perspectiva de fé. Cf. José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus II: Entre a memória e a profecia*, Gráfica de Coimbra, 1997, p. 117.

«É possível aceder e abrir-se a uma “outra dimensão”, diversa e mais intensa do que a dimensão quotidiana, que projeta um raio de luz sobre a “noite escura” de Sexta-Feira Santa, e uma palavra de esperança sobre o silêncio sepulcral do Sábado Santo da história, que está entre a dor da Cruz e alegria da Páscoa»³⁷⁹.

A narrativa da “perfeita alegria”³⁸⁰, em *Florinhas de S. Francisco de Assis*, é um outro mote que merece uma atenção particular. Francisco de Assis experimentava uma tensão faccionária na sua Ordem. O que tinha sonhado parecia desvanecer-se, e para mais, a própria Cúria Romana apoiava a revolução desejada por alguns irmãos. A Ordem devia abandonar o modelo de vida da pobreza, simplicidade, menoridade e fraternidade, proposto por Francisco, para se dedicar ao serviço direto da Igreja, como uma instituição muito bem organizada³⁸¹.

As circunstâncias não se mostravam propícias para muito ânimo. Francisco recorre à mesma cadência do hino à caridade (1Cor 13) para explicar ao seu irmão Frei Leão, em que consistia a “perfeita alegria”, muito parecida àquela de que fala S. Paulo repetidamente na carta aos filipenses: a alegria sempre no Senhor (Fl 4,4) que provoca o louvor, porque fruto do Espírito Santo (Gl 5,22). Há, contudo, uma consciência clara de que as situações continuam tristes e sombrias, apesar da experiência da graça divina. Os dias continuam «maus», mas a certeza do amor de Deus faz perceber que é preciso corresponder amando, porque «amar é também ser capaz de um espanto contínuo»³⁸². Trata-se do amor que supera a atitude egoísta e fratricida, não iluminada nem esclarecida pela Luz do Ressuscitado.

Nos contextos atuais está na ordem do dia o comprar tudo; a gratuidade e a gratidão perderam espaço³⁸³, «e até o próprio amor é qualquer coisa a conquistar ou uma recompensa

³⁷⁹ António MARTO – Giafranco RAVASI – Marko I. RUPNIK, *O Evangelho da beleza*, p. 28-29.

³⁸⁰ FONTES FRANCISCANAS, *Florinhas de S. Francisco* VIII.

³⁸¹ Cf. David DE AZEVEDO, *Florinhas de São Francisco: Evangelho e poesia*, Editorial Franciscana, Braga, 2008, p. 55.

³⁸² Cf. Ermes RONCHI, *As casas de Maria*, p. 69.

³⁸³ Cf. VIII Caderno para a renovação da CONFHC, p. 62. «Vivemos numa sociedade de facturas e recibos, em que quase tudo se compra e se vende: trabalho, mercadorias, alimentos, roupas, espectáculos, pessoas... Numa sociedade onde tudo é objecto de negócio, não sobra lugar para a gratuidade: o gratuito não vale nada. Quando tudo apresenta o rótulo do respectivo preço, deixa de haver espaço para o valor supremo [...] importa saber descobrir e celebrar [...] a faceta gratuita da vida e aprender a dar graças e a revestir-se de simpatia, de cortesia e

para vitoriosos»³⁸⁴. A reivindicação dos direitos e indiferença face aos deveres tornou-se uma constante forte. A ambição desmedida do poder fez crescer a linguagem dos direitos, ao mesmo tempo que reduz acentuadamente o sentido do dom, da oferta, da gratidão e da gratuidade³⁸⁵. Assumir a vida e a realidade sob o prisma de merecedor, não permite experimentar a grandeza do dom nem muito menos a necessidade de louvar, nem agradecer. Tudo é devido. Tudo é mérito.

A atitude da gratidão e do louvor mostra-se válida frente a uma cultura de lamentação³⁸⁶ e pouco comprometida com causas maiores. No negrume dos acontecimentos, a Irmã Maria Clara é capaz de dizer: «Embora as mais cruéis amarguras, contradições e desgostos, *vejo um olhar providencial de Deus que vela sobre nós*»³⁸⁷. «Quem aprende a dizer “obrigado” à maneira de Cristo crucificado, poderá ser um mártir, mas nunca um algoz»³⁸⁸ – assegura-nos João Paulo II. Qual olhar que vislumbra um outro «olhar de Deus que é benevolência, paciência, perdão, ternura e compaixão; olhar que é misericórdia e providência»³⁸⁹. Para a Irmã Maria Clara «Tudo é voz e presença. Tudo é vestígio dos seus (Deus) passos. Tudo é sacramento da sua glória»³⁹⁰. E, conseqüentemente, «Nada acontece no mundo sem a permissão divina!»³⁹¹ – concluía ela.

de amabilidade, caminhos directos e necessários para uma utopia quotidiana». José A. MERINO, *Filosofia da vida: Visão franciscana*, p. 54.

³⁸⁴ Henri J. M. NOUWEN, *O esvaziamento de Cristo*, p. 20.

³⁸⁵ Cf. David DE AZEVEDO, *Horizonte e esperança*, p. 84.

³⁸⁶ Cf. Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 20.

³⁸⁷ FONTES DA CONFHC, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 67 (O sublinhado é nosso).

³⁸⁸ JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mane Nobiscum Domine*, 26; AAS 97 (2005), 349.

³⁸⁹ Cf. VIII Caderno para a renovação CONFHC, p. 39.

³⁹⁰ José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus II: Entre a memória e a profecia*, p. 122. E o mesmo autor observa: «A verdadeira oração nunca é interessada. Isso resgata-a dos limites sempre tentadores da magia. Os grandes orantes, não oram *para* algo, mas oram *porque* algo aconteceu na história humana. Porque *Alguém* está presente nessa história. O orante sabe “perder tempo” no louvor. Nunca é tão livre como o tempo dedicado à contemplação». José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus II: Entre a memória e a profecia*, p. 122. (Os sublinhados são do autor).

³⁹¹ FONTES DA CONFHC, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 67.

Haverá, por conseguinte, motivos suficientes para se estar sempre disposto a dar a razão da esperança (1Pe 3,15), porque não existe nada que impeça nem perturbe a fé profundamente enraizada em Deus. Como um murmúrio, o coração e a boca exclamam: *Como Deus é bom! Deus seja bendito!* Deste modo, prova para si e para os outros que o viver tem um significado, um sentido, e os momentos menos claros indicam que nem tudo ainda está resgatado, mas algum fragmento já o pode ser. E é precisamente por isso que ela não fica fechada em si³⁹², eleva um grito que parte a cada instante do coração da terra ao Céu³⁹³, que confessa que « [...] o seu amor para connosco não tem limites / e a fidelidade do Senhor é eterna» (Sl 117[116],2). E, por essa mesma razão, «São dignas as Suas *misericórdias* de serem cantadas sempre, sempre, sempre»³⁹⁴ – diria o Padre Raimundo.

Esta é a bem-aventurança dos puros de coração, porque veem a Deus (Mt 5,8). A bem – aventura é também dos que seguem o impulso da fé no Ressuscitado e prolongam nas suas vidas o inesperado da manhã de Páscoa, que têm a alegria de verem com os olhos da fé para além do sepulcro vazio³⁹⁵. E é igualmente daqueles que, de coração agradecido, sabem bendizer e, de graça se repartem em bênçãos para todos³⁹⁶, e pela Menoridade comungam a sorte dos “pequeninos”, servindo-os na gratuidade e afirmando somente o senhorio de Deus³⁹⁷.

³⁹² Cf. António MARTO – Giafranco RAVASI – Marko I. RUPNIK, *O Evangelho da beleza*, p. 29.

³⁹³ Cf. FONTES DA CONFHIC, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 63.

³⁹⁴ 2Crónica – 1Separata, p. 126 (O sublinhado é nosso).

³⁹⁵ Cf. Manuela SILVA, «ao encontro da radicalidade do Evangelho: Que tem Francisco de Assis para nos dizer hoje?», in *Cadernos de espiritualidade franciscana* 36 (2006), p. 83.

³⁹⁶ Cf. VIII Caderno para a renovação da CONFHIC, p. 62.

³⁹⁷ Cf. VIII Caderno para a renovação da CONFHIC, p. 63.

4. A bem-aventurança da menoridade

Pode parecer utópico falar da menoridade nos nossos ambientes modernos. Com frequência, liga-se o termo à subserviência e servidão. Ora, se na verdade, entender-se menoridade sob o ângulo da subserviência, fica-se longe de penetrar o seu justo e profundo significado o que distorce, conseqüentemente, a nossa visão de Cristo, que foi quem se mostrou modelo de menoridade. Cristo não subjuga, propõe. A menoridade, todavia, arrancada do próprio Jesus Cristo e seu Evangelho, leva a marca do dom e da oferta de si, em favor dos outros: e Cristo foi o Menor por excelência, como nos refere a carta aos filipenses:

«Ele que é de condição divina, não considerou como uma usurpação ser igual a Deus; no entanto, esvaziou-se a si mesmo, tomando a condição de servo. Tornando-se semelhante aos homens e sendo, ao manifestar-se, identificado como homem, rebaixou-se a si mesmo, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz» (Fl 2,5-8).

Encontramos a mesma tônica em S. Francisco: o irmão menor. Para Francisco de Assis, o despojamento foi a virtude mais cara, chegando a desejar que os seus irmãos se chamassem Menores: «quero que a nossa Fraternidade se chame dos Irmãos Menores»³⁹⁸. E explica: «porque são esse povo que o Filho de Deus requereu ao Pai [...]»³⁹⁹. S. Francisco foi um dos que mais colocou acento no aspeto da menoridade, no seu objetivo de contrapor o modo faustoso da Igreja de então. Não é difícil, porém, perceber que também a nossa época está profundamente marcada pelo desejo de fausto, às vezes, indómito; dum ascender, de êxito desmedido. O que resulta difícil para nós imaginarmos-nos fora deste estilo de vida:

³⁹⁸ 1Tomás DE CELANO, in *Fontes franciscanas*, 38. Em Celano, S. Francisco transparece um certo pessimismo antropológico, talvez fruto das influências do seu tempo. Os irmãos deviam entregar-se a trabalhos que estivessem ligados a alguma humilhação, como forma de adquirir virtudes, a fim de merecerem fazer parte do novo edifício espiritual, em construção (a Ordem nascente). A versão da Legenda Perusina já traz um tom positivo, no qual relaciona a menoridade com a vontade de Cristo.

³⁹⁹ Legenda PERUSINA, in *Fontes franciscanas*, 67.

«Toda a nossa forma de viver se estrutura à volta da ascensão na escala do êxito e da chegada ao topo da mesma. O nosso próprio sentido de vitalidade depende de sermos parte desse esforço ascendente e da alegria que deriva das recompensas recebidas ao longo do caminho. Ser um verdadeiro homem ou mulher significa mostrar que não só se consegue sobreviver à longa luta competitiva pelo êxito, mas também sair dela vitorioso»⁴⁰⁰.

Existe, no entanto, uma diferença profunda entre a falsa ambição de poder e a verdadeira ambição de amor e de serviço: é a diferença entre tentarmos nós próprios subir, e tentarmos elevar os nossos irmãos⁴⁰¹. Deste modo, concluímos que a menoridade não deve confundir-se com a marginalização ou a humilhação do ser humano, nem muito menos com o pessimismo antropológico, da incapacidade de homens e mulheres poderem colaborar com a graça divina. Outrossim, diz-nos Ermes Ronchi que não é diminuindo o humano que em nós cresce o divino, nem é verdade que menos humanidade equivale a mais divindade. A verdade é exatamente o contrário. Mais Deus equivale a mais eu⁴⁰², porque Deus humaniza e diviniza ao mesmo tempo.

O texto da expressão do carisma da CONFHIC identifica a menoridade com a figura de Maria, a verdadeira Menor, ao mesmo modo do Filho. Diz: «Como Irmã *menor*, a exemplo de Maria, serva e pobre, no acolhimento e na escuta do Verbo, compromete-se a viver a hospitalidade, com alegria e simplicidade [...]»⁴⁰³. Faz assim, emergir a figura mariana na dinâmica da hospitalidade. Ela é caracterizada por quatro qualificativos dispostos em duas pares: *serva e pobre, acolhedora e escutadora*. Os qualificativos obedecem a uma gradação que expressa dois momentos correlativos: esvaziamento de si – *serva e pobre*; e depois, o acolhimento – *acolhedora e escutadora*. Ser hospitaleira é uma tarefa árdua e incómoda, que obriga a descida do pedestal senhoril para junto de quem nos solicita a presença.

⁴⁰⁰ Henri J. M. NOUWEN, *O esvaziamento de Cristo*, p. 20.

⁴⁰¹ Cf. Henri J. M. NOUWEN, *O Esvaziamento de Cristo*, p. 23.

⁴⁰² Cf. Ermes RONCHI, *As casa de Maria*, p. 22.

⁴⁰³ Constituições da CONFHIC, p. 11 (O sublinhado é nosso).

O primeiro binómio indicia uma aparente passividade de quem somente está às ordens do seu senhor; e o segundo, por uma atividade mais concreta e dinâmica. É preciso antes de mais, reconhecer que nesse primeiro binómio não se encontra, na verdade, nenhuma passividade, porque diante de Deus não existe passividade alguma. Todos os atos realizados sob o cunho da fé são sempre uma atividade⁴⁰⁴. Ser-se *serva* e *pobre* provoca um dinamismo próprio que a mentalidade comum não abarca. A partir do momento em que ela permitiu que Deus entrasse na sua própria história e recebeu a tarefa de apontar a nossa hora histórica, não por meio de teorias, mas sim, agindo, mostrando-nos o caminho para diante, não pode estar passiva. Isto faz dela uma figura sempre atual e central, não ficando presa apenas ao passado ou permanecendo distante, lá no alto do céu, mas fazendo-se presença ativa na hora histórica presente. Pessoa em ação, aqui e agora, porque ela precede-nos⁴⁰⁵ para nos dizer: «Fazei tudo o que Ele vos disser» (Jo 2,5). E o que Ele nos diz é que enchamos do vinho bom as talhas das nossas vidas vazias, para que possamos servir os nossos convivas e inundemos a nossa casa de alegria da Sua presença.

Deus precisou do coração vazio e pobre de Maria, porque só num grande vazio, num silêncio, pode alojar-se, sem que nenhuma outra presença se misture com a sua, desfigurando-O⁴⁰⁶. Era necessária a sua disponibilidade de *serva* e *pobre*, para apreender e aprender a grandeza do acolhimento e da escuta da vontade divina. Nesse vazio e silêncio, Maria deixou-se envolver, habitar e transfigurar pelo mistério de Deus, aprendendo, em cada momento, a tecer a sua vida na escuta e abertura de coração, moldando passos e gestos de acolhimento ao Verbo e aos irmãos⁴⁰⁷. Total despojamento de si, para tornar-se regaço acolhedor. Maria faz o

⁴⁰⁴ Cf. Cardeal Joseph RATZINGER – Hans Urs VON BALTHASAR, *Maria, primeira Igreja*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2004, p.103.

⁴⁰⁵ Cf. Cardeal Joseph RATZINGER – Hans Urs VON BALTHASAR, *Maria, primeira Igreja*, pp. 42-43.

⁴⁰⁶ Cf. Maria ZAMBRANO, *A metáfora do coração e outros escritos*, p. 40.

⁴⁰⁷ Cf. IX Caderno para a renovação da CONFHIC, p. 24.

mesmo que fez o seu Filho: «[...] esvaziou-se a si mesmo, tomando a condição de servo» (Fl 2,7).

Desde destes pressupostos, torna-se evidente que a hospitalidade não pode compaginar-se com atitudes altivas que humilham, com os modos senhoriais de quem coloca o necessitado em condições ainda piores que as anteriores. Só o que é menor é capaz de acolher outro menor, no dizer de S. Paulo: «Fiz-me servo de todos para ganhar o maior número» (1Cor 9,19). Só o humilde é capaz de servir evangelicamente.

A Irmã Maria Clara esteve muito atenta a esta particularidade tão evangélica e tão franciscana. Para convidar as suas religiosas à prática da menoridade, recorreu a comparações, usando, para isso, realidades muito já conhecidas por todas:

«[...] não penseis que os lugares mais elevados são os melhores! Mesmo neste mundo, qual é a diferença de uma cozinheira?... É que a Superiora tem muito mais trabalho, isto é, se sabe fazer a sua obrigação, mais responsabilidade e, numa palavra, deve considerar-se como serva de suas irmãs»⁴⁰⁸.

São incisivas as suas palavras: ocupar lugares elevados não é, nem pode significar, consequentemente ser bom servidor, se não se «sabe fazer a sua obrigação», se tais lugares não são compreendidos na perspectiva de responsabilidade e de serviço aos demais. Importa, por conseguinte, que o servir esteja acompanhado do sentido cristão de quem recebeu um encargo de Outra pessoa, o verdadeiramente Senhor de todas as coisas e também das nossas vidas.

O segundo binómio – *acolhedora e escutadora do Verbo* – explicita o que já dissemos anteriormente, sobretudo no capítulo anterior: essa capacidade de não dar somente coisas, mas

⁴⁰⁸ 2Crónica – 2Separata, p. 110. É clara a ideia de que tanto a cozinheira como a superiora estão ao serviço fraterno, são servas, enquanto assumem o seu serviço como cumprimento da vontade de Deus. Curiosa é a expressão: «[...] se sabe fazer a sua obrigação[...]». Ou seja, servir em menoridade, exige, primeiro, aquela base de fé, sempre imprescindível, para que seja reflexo da vontade divina; o fazer deve sintonizar-se com a vontade de Deus.

de dar-se, pelo acolhimento e pela escuta. Maria, quando dá o seu “sim”, fá-lo de modo total, com todo o seu ser, com todas as suas faculdades, incluindo a da escuta. E escutar é uma arte que não se confunde com pura passividade, leva consigo uma intencionalidade implícita⁴⁰⁹ de acolher. Duas realidades que não se contrapõem, antes pelo contrário, desenvolvem e dinamizam o mesmo e único ato de hospedar. O que queremos aqui sublinhar é a ideia que está subjacente no primeiro binómio, a da menoridade como condição indispensável para um exercício da hospitalidade, não no sentido de um mercenário, mas como serviço de gratuidade. Só neste modo não patronal é que se torna possível mostrar o rosto verdadeiro de Deus que se inclina lá do alto, para observar o céu e a terra. O rosto de Deus que levanta do pó o indigente e tira o pobre da miséria, para o fazer sentar entre os grandes, entre os grandes do seu povo (Sl 113 [112],6-8).

Esclarecedora é igualmente a palavra do evangelista S. Mateus a respeito dos filhos de Zebedeu que pediam um lugar no reino de Jesus, um à direita e outro à esquerda. Jesus, por seu turno, não só responde aos dois pretensiosos, como adverte também aos outros dez:

«Sabeis que os chefes das nações as governam como seus senhores, e que os grandes exercem sobre elas o seu poder. Não seja assim entre vós. Pelo contrário, quem entre vós quiser fazer-se grande, seja o vosso servo; e quem no meio de vós quiser ser o primeiro, seja vosso servo. Também o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida para resgatar a multidão» (Mt 20,25b-28)

A narração da visitação de Maria, em Lc 1,39-56, constitui um outro dado muito importante que se nos oferece, para compreendermos a menoridade de Maria. É ela, a mãe do Senhor, que parte apressadamente para a montanha da Judeia, ao encontro da sua prima Isabel, já de idade avançada, como nos refere o texto. Isabel reconhece-a mãe do seu Senhor (Lc, 1,43); o seu filho João, ainda no ventre, exulta de alegria ao perceber-se diante de alguém

⁴⁰⁹ Cf. Francesc TORRALBA, *A arte de saber escutar*, p. 16.

que é mais forte do que ele, a quem não é digno de desatar a correia das sandálias (Lc 3,16). A mãe do Senhor e o próprio Senhor inclinam-se em serviço aos mais fragilizados, antecipando as palavras de Jesus. No gesto da mãe e do filho, antecipam-se as palavras de Jesus dirigidas aos filhos de Zebedeu: a grandeza está na atitude de servo que se dispõe a servir (Mt 20,26-27).

Afirma David de Azevedo que ser menor não é um estilo de vida determinado por normas estudadas e acordadas em diálogo e depois consagradas na Regra. É uma linha de vida que vem da eternidade, do mais fundo do mistério divino⁴¹⁰, na medida em que mergulha na Trindade, permanente doação mútua da três pessoas:

«A Menoridade nasce do mesmo mistério divino, enquanto revelado em Nosso Senhor Jesus Cristo: mistério de gratuidade, de descida, de comunicação à criatura, de não-violência, de solidariedade...até à morte na Cruz...como exigência do Amor presente em todo o projecto divino»⁴¹¹.

A menoridade torna-se, assim, o filão que marca a soberania de quem sabe servir como Cristo mandou, ao dizer: «[...] deixei-vos exemplo para que, assim, como Eu fiz, vós façais também» (Jo 13,15). Só com o próprio Senhor é que poderemos aprender a fazer como ele fez. E só os verdadeiramente irmãos é que aceitam ser menores, porque entre eles não há nem superior nem senhor. Simplesmente irmãos que procuram seguir o exemplo do seu mestre.

⁴¹⁰ Cf. David DE AZEVEDO, *Horizonte e esperança*, p. 22.

⁴¹¹ David DE AZEVEDO, *Horizonte e esperança*, p. 22.

5. A hospitalidade como releitura dos sinais

A leitura de fé dos sinais dos tempos interpela-nos para a construção da imagem do Deus hospitaleiro, no serviço aos nossos semelhantes, em cada dia⁴¹². Os meio-mortos que trazem no corpo e no espírito as feridas que todo o tipo de violência lhes infligiu⁴¹³ são sinais que interpelam, despertam e incentivam para a procura de resposta adequada. Mas José Roman Flecha, no seu comentário ao profeta Naum, diz:

«Os dominadores de homens gostariam que os homens de Deus dedicassem a sua voz a entoar salmos. Que falem de Deus. E que falem aos homens de um Deus que não escuta nem sente a dor dos homens. Os dominadores gostariam de domesticar os profetas, para celebrarem as suas vitórias, sem aludir ao lamento dos vencidos»⁴¹⁴.

Os verdadeiros profetas de todos os tempos, os profetas de Deus, ao serviço do seu povo, são os que estão «inseridos no mundo e situados no tempo»⁴¹⁵, tomando a expressão do carisma da CONFHIC. São os convocados por Deus para o anúncio e para o risco, que nunca mais poderão refugiar-se no silêncio. Quais sentinelas que vivem próximo de Deus que os chama e escolhe, mas vivem, também, próximo do povo que vacila e sofre; que vivem os dramas do seu povo. Contudo, leem com os olhos a aparição temporã da amendoeira florida⁴¹⁶, adentram-se numa dinâmica intensa e extensa, «diacrónica (e) sincrónica»⁴¹⁷ da parábola viva e evangélica que aponta para algo que está para além do que os seus gestos e palavras mostram. Assim foi a Irmã Maria Clara no seu tempo.

A expressão «inseridos no mundo e situados no tempo» traz consigo uma carga de significação profética. Ainda, traduz o lugar do profeta, desde onde deve reler os sinais da

⁴¹² Cf. XI Caderno para a renovação da CONFHIC: *Projecto de vida e missão*, Linda-a-Pastora, 2007, p. 46.

⁴¹³ Cf. XI Caderno para a renovação da CONFHIC, p. 44.

⁴¹⁴ José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus II. Entre a memória e a profecia*, p. 118.

⁴¹⁵ Constituições da CONFHIC, p. 11.

⁴¹⁶ Cf. José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus II. Entre a memória e a profecia*, pp. 126-127.

⁴¹⁷ José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus II. Entre a memória e a profecia*, p. 9.

história presente, para dizer uma palavra evangélica aos que se esforçam por desaprender a linguagem do carinho e da ternura, e consequentemente, o caminho do amor⁴¹⁸.

Que atitudes evangélicas buscam os cristãos de hoje para serem a voz de quem sofre? Como o cristão pode ficar indiferente ao grito do pobre que é vendido por um par de sandálias (Am 2,6)? Se a nossa pastoral não tomar parte na solução dessas injustiças⁴¹⁹, tornar-se-á seguramente parte do problema, parafraseando a ideia de Jonathan Sacks. Ela tem de ser pascal. À Igreja é pedido o empenho a favor da justiça, colaborando através duma formação ética que garanta a compreensão das exigências da mesma justiça⁴²⁰.

Conclui-se, por isso, que tomar parte na procura de possíveis soluções das injustiças que afetam gravemente aos pobres, não se resume apenas nas formas de caridade que, inclusivamente podem humilhar a quem delas beneficia⁴²¹. Será essa leitura atenta que dará «a audácia de agir profeticamente»⁴²², de acordo com as necessidades reais de cada pessoa e circunstância. Uma caridade «que não se esforce por fazer sair o pobre da exclusão torna-se cúmplice da marginalização do pobre e da sua instrumentalização»⁴²³.

Importa, por isso, favorecer que os pobres conheçam as leis que regem a sociedade, onde se encontram; que conheçam os seus deveres e direitos, dentro do contexto social e comunitário, onde estão inseridos. Este é um trabalho árduo, do qual só se interessa quem, verdadeiramente foi «alcançado por Cristo Jesus» (Fl 3,12c). Contudo, o melhor é lembrarmos de que a nossa contribuição situa-se na linha continuadora da dinâmica salvadora do ser humano, já iniciada pelo próprio Deus.

⁴¹⁸ Cf. José Roman FLECHA, *Buscadores de Deus II. Entre a memória e a profecia*, p. 87.

⁴¹⁹ Entendemos injustiças em contraposição à justiça cristã, nos termos descritos por Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, pp. 143-166 (Ver nota 283 deste trabalho). Armino dos Santos VAZ, «Justiça e misericórdia na bíblia hebraica», in *Didaskalia* XLI (2011), 221-134. Este autor defende que estas «palavras aparecem frequentemente em contexto de justiça salvadora, que inclui uma acção de amor gratuito e de misericórdia benfeitora», p. 223.

⁴²⁰ Cf. BENTO XVI, Carta encíclica *Deus Caritas Est*, 28; AAS 98 (2006), 238-240.

⁴²¹ Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 161.

⁴²² XI Caderno para a renovação da CONFHC, p. 44.

⁴²³ Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 29.

O carácter imperativo da hospitalidade confronta-nos constantemente e exige-nos não só uma crítica externa, mas também interna dos nossos ambientes eclesiais e religiosos: «Grita em alta voz, sem te cansares. Denuncia ao meu povo as suas faltas, aos descendentes de Jacob, os seus pecados» (Is 58,1-2).

Temos de rever o nosso modo de acolher e servir os pobres. O cristianismo foi quem inaugurou uma revolução a favor dos pobres, dignificando-os e colocando-os no mesmo nível de qualquer outra pessoa. Razão por que a Irmã «Maria Clara não se acomodou à situação, não se atrelou à Igreja de forma infantil, antes em atitude madura e activa [...]. Não legitimou tomadas de posição anacrónicas, fora do tempo, não se fechou em casta de privilegiados, mas atirou-se ao terreno difícil, ultrapassou barreiras, que a muitos pareciam intransponíveis [...]»⁴²⁴. As nossas comunidades cristãs, desejando ser como o seu mestre Jesus e querendo tomar parte na luta pela justiça, têm de redescobrir novos modos pastorais e de proximidade que respondam a situações concretas atuais.

No início deste trabalho afirmamos que a hospitalidade, em muitos casos, pertence ao âmbito do imprevisto, daí que importa «aprofundar o olhar, até às raízes dos males que afligem a humanidade sofredora, vivendo a mística da hospitalidade samaritana»⁴²⁵. Em algumas situações concretas, à Igreja é pedida uma audácia no acolher e no incentivar iniciativas, também concretas, que demonstrem o seu compromisso com a causa dos mais desfavorecidos. O sistema paternalista⁴²⁶, por exemplo, que se limita a distribuir bens

⁴²⁴ AGCONFHIC – Carlos AZEVEDO, bispo. *Homilia da vigília de oração para a beatificação da Irmã Maria Clara*, Queijas (18 de Maio de 2011). Recordamos as condições sociopolíticas de Portugal – já referidas no segundo capítulo deste trabalho – na altura em que a Irmã Maria Clara inicia o seu percurso da vivência da vida religiosa em hospitalidade.

⁴²⁵ XI Caderno para a renovação da CONFHIC, p. 46.

⁴²⁶ A este respeito, Leonardo Boff esclarece que a opção pelos outros, como opção pelos pobres e pelos excluídos, lutando contra a sua pobreza e sua exclusão, constitui uma tónica cristã que atualiza a aliança e a hospitalidade. O cristão não deve, numa atitude paternalista, estar apenas *para* os outros, mas estar *com* os outros [...], pois essa é atitude libertadora. (Os sublinhados são do autor). Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 152.

materiais, para suprir necessidades pontuais, só resolve a questão dos pobres num curto prazo. É pouco comprometedor e cómodo.

A realidade crescente de necessidades que cada vez mais se ampliam indefinidamente e de forma diversificada, exige da Igreja uma «fantasia da caridade»⁴²⁷, que possibilite o necessitado colocar-se numa situação, em que ele possa dispensar a dependência de outras pessoas. Bem vistas as coisas, «o trabalho não é apenas o meio de fabricar o que se consome, é também um poder sobre aquilo que se cria, e quem não tem trabalho não tem, necessariamente, poder»⁴²⁸. Do mesmo modo, também não tem poder quem não possui o mínimo de bagagem intelectual. Daí que apostar em causas que favoreçam estas vertentes constitui valor inegável na edificação dum mundo mais fraterno e hospitaleiro, no qual todos se sentirão inseridos e acolhidos.

A criatividade é própria de Deus e do seu Espírito. E a consciência de que a «pobreza humilha»⁴²⁹ faz-nos entender como a hospitalidade e os pobres «não são coisas que possamos ignorar com a justificação de que não são da nossa responsabilidade»⁴³⁰. São realidades decisivas que impulsionam a saída, correndo todos os riscos, em busca da ovelha perdida, ao modo de Jesus, o bom pastor (Jo 10). É necessário partirmos em busca das ovelhas dispersas, para cuidar da que está ferida e tratar da que está doente (Ez 34, 11-16). O Evangelho tem de sair para fora dos nossos templos e das nossas estruturas eclesiais e ir ao encontro do povo de Deus de forma concreta. Só desta forma é que é possível provocarmos uma nova primavera de

⁴²⁷ JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, 50; AAS 93 (2001), 303.

⁴²⁸ François DE RAVIGNAN, *Porquê a fome? Um desafio sempre actual*, Editorial Bizâncio, Lisboa, 2004, p. 76.

⁴²⁹ Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 160.

⁴³⁰ Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 163. «Na perspectiva franciscana, todos se devem considerar responsáveis pelo bem-estar comum, promovendo a solidariedade tanto económica como social. A comunidade não pode limitar-se a “fazer caridade”, nem tão-pouco a reconhecer formalmente certos direitos que, na prática, nunca chegaram a melhorar as condições dos menos afortunados. O sentido de “comunidade” exige também que se forneçam a cada um os meios necessários para ele ser criativo e generoso com o seu trabalho, isto é, para que possa dar-se em liberdade, sentindo-se digno e respeitado» Martin Carbajo NÚÑEZ, *São Francisco e a ética global*, p. 125.

hospitalidade e seremos o rosto humano da Igreja, portadoras de vida e dispensadores daquela humanidade a que o mundo de hoje é particularmente sensível⁴³¹.

Ao pretendermos que a hospitalidade assuma um caráter crítico, face às injustiças contra os mais frágeis, obrigamo-nos à desinstalação, a partir de dentro das nossas estruturas, por vezes, fechadas às situações dos outros. A inclusão do pobre⁴³² na busca de soluções para o seu problema, tornando-o sujeito ativo da mudança, pode resultar em mais-valia para ambos os lados: para quem pede hospitalidade e para aquele que acolhe. «Temos que inovar e desentranhar novidades, a partir da capacidade criativa do imaginário humano, aproveitando aqueles elementos da experiência histórica [...] que foram desperdiçados ou que não tiveram oportunidade de fazer história»⁴³³ – observa Leonardo Boff. Instantemente, também José Policarpo exorta: «sejam hoje o que a circunstância concreta do sofrimento humano exige de vós. Transformai as formas antigas, inventai formas novas, se for preciso»⁴³⁴. Tal atitude revela e proclama ao mundo que os pobres são o rosto de um Deus que se quis identificar com os mais fracos; são uma autêntica epifania do verdadeiro Deus-connosco.

Diríamos que a ideia que acabamos de anunciar é válida e aplicável para os que são pobres materialmente. Que fazer, então, por aqueles outros pobres incapacitados de desenvolverem alguma tarefa? Dos que não tendo falta de pão, faltam-lhes espaços de acolhimento e cuidado dignos? Importa, neste sentido, que as nossas relações com os pobres não se reduzam a uma justaposição (justa-posição), mas a uma composição (com-posição) que permita conviver com eles: é o convívio com eles que nos permite perceber as suas

⁴³¹ Cf. XI Caderno para a renovação da CONFHC, p. 46.

⁴³² Lembramos o projeto modelo Grameen de Muhammad Yunus mundialmente conhecido, que consiste num banco criado especificamente para pobres; para auxiliar as pessoas a mobilizar a vontade e força, para que consigam derrubar os muros que os rodeiam, os da pobreza. Cf. Muhammad YUNUS, *O Banqueiro dos pobres* Difusão Editorial, Algés, 2007, p. 119.

⁴³³ Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 191.

⁴³⁴ AGCONHIC – José POLICARPO, cardeal. *Da homilia da beatificação*

verdadeiras necessidades. A justa-posição pode culminar numa oposição (o-posição)⁴³⁵ – retomando as palavras do filósofo Martin Buber, lembradas por Leonardo Boff –, resultado duma aceitação e acolhimento não resolvidos. Por outro lado, a «cultura da compaixão para com os outros os que sofrem»⁴³⁶ é, de facto, um caminho a percorrer, quando se pretende uma mudança de paradigma.

Nas dinâmicas paroquiais, incrementar e desenvolver uma pastoral de presença que envolva toda a comunidade cristã, seria de valorizar. É nas situações de doença ou de luto, ou de outras circunstâncias de maior necessidade que a presença, mais do que dar coisas, é mais valiosa e significativa. Uma presença que se prolongue para além do momento crítico da dor traduziria de forma eloquente o cuidado e atenção para quem se encontra mergulhado na dor. Tal prática minimizaria as consequências que daí advêm. A comunhão no sofrimento faz parte integrante da prática da hospitalidade⁴³⁷, visto que o Pai das misericórdias e o Deus de toda a consolação oferece-nos essa mesma consolação para que, uma vez consolados nas nossas tribulações, nós também possamos consolar aqueles que estão em qualquer tribulação (2Cor 1,4). Os momentos de dor propiciam a quebra das certezas e perigam as fidelidades que podem culminar em verdadeiras ruturas com os compromissos existenciais. Neste sentido, o exercício duma diaconia da consolação através duma presença constante, poderá contribuir para uma edificação da comunidade cristã que se vai construindo na comunhão de uns com os outros⁴³⁸.

O ministério do acolhimento seria outra vertente a cuidar. As nossas comunidades cristãs são frequentemente confrontadas com um número cada vez mais crescente de novos

⁴³⁵ Cf. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 152. Uma compaixão ativa e pro-ativa como já apontamos no Capítulo IV (nota 283).

⁴³⁶ Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 156.

⁴³⁷ Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed.) *Um espaço para la ternura*, p. 161.

⁴³⁸ Cf. Nurya MARTINEZ-GAYOL (Ed.) *Um espaço para la ternura*, p. 161-162. Luciano Manicardi compreende que «A consolação não é uma intervenção anestésica. Trata-se de entrar, de certo modo, na situação de sofrimento do outro [...] Consolar é uma lida, um esforço que exige um trabalho sobre si mesmo» Luciano MANICARDI, *A caridade dá que fazer*, p. 183.

elementos, que vêm de outros espaços geográficos, que trazem culturas e costumes diversos. Um cuidado especial a esta realidade, como oportunidade para manifestar a comunhão da Igreja, é algo a incentivar e a dinamizar para uma melhor inserção desses elementos na nova realidade. Um cristianismo que vive do anonimato, não responde ao desígnio de Jesus Cristo, nem vai ao encontro da lógica comunitária.

Quando não é o pão material que está em falta, somos convidados a oferecer o «pão do Espírito que afirma com simplicidade, confiança e verdade de quem vislumbra um mundo novo: “Felizes os pobres!”» (Mt 5,3)⁴³⁹. Somos convidados a sermos o regaço acolhedor, onde se possam saciar outros tipos de fome, que não sejam de pão.

Se nos deixarmos interpelar pelos pobres, pelos seus rostos enrugados e suplicantes ou pelas suas necessidades depressa assimilaremos a lição que Deus nos ensina e ordena: a bondade, a ternura e a misericórdia. Depressa nascerá em cada cristão a atitude típica e profética que percorre caminhos da hospitalidade, que prolonga a presença de Cristo na história da humanidade, que diz aos seus contemporâneos: O olhar providencial de Deus vela sobre nós⁴⁴⁰; «Confia no SENHOR o teu destino, confia nele e Ele há-de ajudar-te. Fará brilhar, como a luz, a tua justiça, e como o sol do meio-dia, os teus direitos» (Sl 37 [36], 5-6).

⁴³⁹ AGCONFHIC – António COUTO, *Maria Clara. Um coração ao ritmo de Deus*, p. 19.

⁴⁴⁰ Cf. FONTES DA CONFHIC, *Escritos da Mãe Maria Clara*, p. 67.

CONCLUSÃO

«Que havemos de fazer, irmãos?» (Act 2,37). Foi a pergunta dirigida a Pedro e aos apóstolos, depois da sua pregação. É igualmente indispensável fazê-la de novo a nós próprios, como cristãos comprometidos com o Evangelho, e dispormo-nos a ouvi-la dos outros que nos confrontam, face aos vários desafios da vida. A resposta é-nos dada pela Maria Isilda Freitas, Superiora Geral da CONFHIC (1995-2001): «“olhar, providenciar e velar”»⁴⁴¹. A mesma pergunta fora feita pela Irmã Maria Clara a si própria, perante a multidão de necessitados. E a resposta que ela descobriu foi a de viver o Evangelho, praticando as obras de misericórdia, «segundo o espírito das bem-aventuranças»⁴⁴².

Reler e escutar, em perspectiva diacrónica, foi a nossa meta que pensamos ter atingido, mas não esgotado. A opção do ponto de partida para o nosso estudo foi fundamental, na medida em que nos abriu uma outra porta de compreensão da hospitalidade. Aliás, também afirmamos no começo que esta temática é tão ampla como complexa, pelas razões igualmente já mencionadas.

Fica, contudo, uma grande margem para outras abordagens. Não tivemos a pretensão de esgotar o tema, de outro modo, seria impossível devido à sua maior abrangência. No que diz respeito à Irmã Maria Clara, teria seu peso, se nos dedicássemos ao estudo do impacto missionário – e a forte influência que exerceu entre o poder civil, dentro e fora de Portugal, em favor da missão –, que abriu caminhos novos, insuspeitados, numa altura em que a missão *ad gentes* se dizia ainda no masculino⁴⁴³. Outra dimensão seria a da sua relação com a Igreja

⁴⁴¹ Maria Isilda FREITAS, «Mensagem do encerramento do XXIII Capítulo Geral», in *VIII Caderno para a renovação da CONFHIC*, p. 101.

⁴⁴² Constituições da CONFHIC, p. 11.

⁴⁴³ Cf. AGCONFHIC – António COUTO, *Maria Clara: Um coração ao ritmo de Deus*, p. 16. O historiador Miguel de Oliveira coloca, em primeiro lugar, a Congregação das Irmãs Hospitaleiras Portuguesas (como eram chamadas) no grupo dos vários institutos de religiosas franciscanas que se dedicavam às obras de beneficência.

institucional. A partir dos vários escritos, percebemos como ela soube submeter-se, com humildade e obediência, à Igreja que nem sempre soube ser mãe, nem a tratou como filha.

Todavia, o nosso estudo conduziu-nos a uma conclusão evidente de que a hospitalidade é algo que se situa entre o real e o utópico. Real, porque factível, como um caminho que, essencialmente, se desenrola, a partir de um movimento interno, ganhando visibilidade no dinamismo externo, no concreto da vida. Utópico, enquanto anúncio da grande ânsia humana de harmonia, de bem-estar e duma felicidade integral e global: ela remete-nos para as coisas futuras. É a metáfora do amor de Deus, no seio da humanidade.

A hospitalidade, segundo a nossa perspectiva, surge como resposta à chamada evangélica que aponta para o cuidado do outro, através do exercício das obras de misericórdia, especialmente para com os pobres e necessitados. É chamamento «a ser uma explosão do amor de Deus, aquele que transforma o mundo»⁴⁴⁴, na feliz expressão de José Policarpo. É igualmente a voz da Igreja que se ergue em defesa dos pobres e «dos que sofrem de carências, fome, doença, falta de poder, de liberdade»⁴⁴⁵, porque se torna impossível não ficar perturbado com o fosso crescente entre a minoria no topo e a maioria na base⁴⁴⁶. Perante tal indignação, Deus suscita constantemente pessoas concretas para as enviar. Pessoas sensíveis à história, que se abrem ao dom de Deus para o difundirem na experiência quotidiana junto dos irmãos⁴⁴⁷. Outrora, fora a Irmã Maria Clara. No presente, a proposta continua a ser dirigida a cada cristão, a quem cabe acolher o convite, no hoje das suas vidas e

Atesta que o instituto das Irmãs Hospitaleiras Portuguesas se dedicava à educação de meninas, em colégios e a serviços de enfermagem, no continente e nas missões. Cf. Miguel DE OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, p. 249.

⁴⁴⁴ AGCONFHIC – José POLICARPO, cardeal. *Da homilia da beatificação*.

⁴⁴⁵ Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 24

⁴⁴⁶ Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 147.

⁴⁴⁷ Cf. AGCONFHIC – Carlos AZEVEDO, bispo. *Homilia da vigília de oração para a beatificação da Irmã Maria Clara*.

da história da humanidade, adotando métodos e gestos que respondam às situações concretas e atuais.

Num contexto em que Deus tem deixado de ser um valor referencial nos nossos ambientes, e possivelmente até dentro da Igreja, o que nos pode levar a falar de um ateísmo eclesial⁴⁴⁸, defrontamo-nos com um cristianismo que perde, o que é mais grave, a capacidade criativa e inventiva para interpelar e oferecer alternativas⁴⁴⁹. Toda a *praxis* da Igreja, enquanto animada pela força do Espírito, tem de ter uma dinâmica interna própria, que interpele e provoque a pergunta: «Que havemos de fazer, irmãos?» (Act 2,37). A pergunta cria espaço para um anúncio convicto de um Cristo vivo e ressuscitado, que penetra e transforma a vida humana. «Só nos acreditarão, se a palavra for vida»⁴⁵⁰, lembra-nos Maria Isilda.

É tarefa de todos, de maneira muito particular dos que gozam de algum poder, mesmo dentro da Igreja, preocupar-se por uma humanização do nosso mundo, abandonando todas as formas do agir que somente buscam a legitimação do seu poder. É seu dever comprometerem-se com a tarefa de ser a voz da oposição, frente àquilo que possa desumanizar a pessoa.

A urgência é sensível; e a prática da hospitalidade poderá ser um caminho para a nova evangelização, a que é chamada a Igreja atual: voltar a dizer Deus, com toda a sua grandiosidade e simplicidade, no concreto do nosso quotidiano. Ela far-se-á expressão duma fé viva que proclama a alegria do terceiro dia da páscoa, como o é a Palavra anunciada, porque palavra e obras na fé cristã estão intrinsecamente ligadas e articulam-se de modo coerente. Esta é tarefa de todo o cristão. A CONFHIC é somente guardiã e administradora do tesouro de Deus e não proprietária do dom. É de S. Pedro que nos vem a advertência: «Exercei a hospitalidade uns com os outros, sem queixas. Como bons administradores das

⁴⁴⁸ Cf. Juan Antonio ESTRADA, in *Hay lugar para Dios hoy?*, p. 135.

⁴⁴⁹ Cf. Juan Antonio ESTRADA, in *Hay lugar para Dios hoy?*, p. 90.

⁴⁵⁰ Maria Isilda FREITAS, «Mensagem do encerramento do XXIII Capítulo Geral», in *VIII Caderno para a renovação da CONFHIC*, p. 102.

várias graças de Deus, cada um de vós ponha ao serviço dos outros a dom que recebeu» (1Pe 4,9). Importa, portanto, passar o facho da hospitalidade como dom recebido, dando-o na gratuidade.

A hospitalidade continua a ser hoje um desafio à nossa fé no Deus único, Pai de todos. Ela continua a resistir, a persistir e a subsistir, porque o verdadeiro amor nunca morre; porque é intemporal como o Evangelho. Daí que permanece válida em todas as culturas, credos e ideologias. Para toda a IFHIC, valerá sempre a pena, lembrar as palavras que a cronista coloca na boca do Padre Raimundo, consignadas na Crónica primeira:

«Fica, portanto, fundada em Portugal, meu país natal, a que consagrei a mais profunda dedicação e que tanto amei, a Congregação das beneméritas Irmãs Hospitaleiras, cuja missão será socorrer as misérias da humanidade sofredora.

Elas serão os anjos protetores da juventude confiada aos seus cuidados, desvendando-lhe a inteligência, inculcando-lhe no coração o amor e a luz da verdade.

Serão mães adotivas daquelas infelizes criancinhas, às quais a morte tiver reduzido à triste condição da orfandade. Serão o amparo daqueles para quem o mundo já não tem atractivos nem afagos. Elas serão, sobretudo, anjos consoladores à cabeceira dos enfermos e moribundos, a quem suavizarão, nos seus sofrimentos, com palavras de conforto, carinho e amor, até restituir a uns a saúde e a vida e conduzir outros à presença de Deus, confortados com os socorros da Religião!

Esta é a vossa árdua tarefa!

Deixando-vos já espalhadas por diversas partes, desempenhando com zelo e caridade a vossa sublime missão, nada mais tenho a desejar e sinto que o fim da minha carreira neste mundo se aproxima»⁴⁵¹.

No presente, a CONFHIC continua a oferecer a todos os homens e mulheres o dom recebido da hospitalidade, ao mesmo tempo que faz convite a cada um, em particular, que seja

⁴⁵¹ 1Crónica, pp. 68-69 (o sublinhado, nosso). À data da morte do Padre Raimundo (13 de julho de 1878) a Congregação contava já com 22 casas, para além de outras diversas obras anexas. Cf. 1Crónica, p. 67 (nota 193).

arauto da paz e do bem; que juntos sejamos «co-autores do argumento»⁴⁵² da existência de um Deus da ternura e da misericórdia; que transmitamos aos nossos contemporâneos e às gerações futuras um mundo mais misericordioso, e menos caprichoso e injusto⁴⁵³. «Em vez de atitudes de prevenção e suspeita, há que fomentar gestos de acolhimento, colaboração e participação. Só os espíritos magnânimos poderão trazer à terra um cântico novo»⁴⁵⁴.

⁴⁵² Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 119.

⁴⁵³ Cf. Jonathan SACKS, *A dignidade da diferença*, p. 119.

⁴⁵⁴ José A. MERINO, *Filosofia da vida: Visão franciscana*, Editorial Franciscana, p. 55.

BIBLIOGRAFIA

ESPECÍFICA:

AGCONFHIC – AZEVEDO, Carlos, bispo. *Homilia na vigília de oração para a beatificação da Irmã Maria Clara*, Queijas (18 de Maio de 2011).

AGCONFHIC – COUTO, António, bispo. *Maria Clara: Um coração ao ritmo de Deus*.

CARREIRA DAS NEVES, Maria Amélia, *Rasgar caminhos. A Mulher – a consagrada – a missão*, Fátima, 2011.

CONSTITUIÇÕES DA CONFHIC, Linda-a-Pastora, 2010.

DA PIEDADE, Maria, *Livro primeiro das Crónicas da Congregação das Irmãs Terceiras Regulares de S. Francisco de Assis, Hospitaleiras Portuguesas*, Lisboa, 1896.

DE AZEVEDO, David, *Horizonte e esperança*, Fátima, 2008.

DE CARVALHO, Maria Lucília, *Nada (vos) será impossível*, Confhic, 1999.

DE JESUS, Maria da Saudade, *Crónica da Congregação das Religiosas Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas*, Separata – 1ª Parte, Braga, 1993 (revista por MENDES DE MOURA, Rosa Helena).

DE JESUS, Maria da Saudade, *Crónica da Congregação das Religiosas Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas*, Separata – 2ª Parte, Braga, 1993 (revista por MENDES DE MOURA, Rosa Helena).

Fontes da CONFHIC III, *Escritos da Mãe Maria Clara*, Lisboa, 1992.

III Caderno para a renovação da CONFHIC: *Documento do Terceiro Conselho Plenário Geral*, 1979.

IX Caderno para a renovação da CONFHIC: *Formação da IFHIC*, Linda-a-Pastora, 1997.

JOÃO PAULO II, «Mensagem à Superior-Geral das Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, Ir. Maria Isilda Freitas», in *L'OSSERVATORE ROMANO* 30 (28 de julho de 2001), p.8.

JOÃO PAULO II, *Mensagem à Congregação por ocasião do XXIII Capítulo Geral* (1995).

MENES DE MOURA, Rosa Helena, *Pe. Raimundo Beirão. Onde houver o bem a fazer...*, Bahia, 1989.

POLICARPO, José, cardeal. *Da homilia da beatificação*, Lisboa (21 de Maio de 2011).

POSITIO, CONGREGATIO DE CAUSIS SANCTORUM, Beatificationis et canonizationis servae Dei Maria Clara a Iesu Infante, Vol. I, Romae, 2003.

POSITIO, CONGREGATIO DE CAUSIS SANCTORUM, Beatificationis et canonizationis servae Dei Maria Clara a Iesu Infante, Vol. II, Romae, 2002.

REMA, Henrique Pinto, *Crónica do Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição II: Das Origens até à República (1871-1910)*, Editorial Franciscana, Braga, 1979.

VIII Caderno para a renovação da CONFHIC. *Hospitalidade: encarnação das Bem-aventuranças no exercício das obras de misericórdia*, Linda-a-Pastora, 1995.

X Caderno para a renovação da CONFHIC: *Vida fraterna em comunidade*, Linda-a-Pastora, 2001.

XI Caderno para a renovação da CONFHIC: *Projecto de vida e missão*, Linda-a-Pastora, 2007.

DICIONÁRIOS:

«Casa», in MACKENZIE, J. L., *Dicionário Bíblico Teológico*, Edições Paulinas, 1984.

FERRERIA, Gomes, A., «Lausperene», *Dicionário Latim-Português*, Porto Editora.

«Hospes», in FONTINHA, R. (Edit.), *Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Editorial Domingos Barreira, Porto, 1998.

LEWIS, J., «hêel: Habitação, lar, tabernáculo, tenda», in *Dicionário Internacional de Teologia. Antigo Testamento*, Edições Vida Nova, 1998.

PEREIRA, Isidro, «atenízô, emblépô, blépô, horáô, theáomai», *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, Editora A.O., Braga, 1990.

WEIGANDT, P., «Oikos», in *Dicionário Exegético del Nuevo Testamento*, Vol. II, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2002.

GERAL:

ALVES, Herculano, *Símbolos na bíblia*, Difusora Bíblica, Lisboa, 2001.

BASLEZ, Marie-Françoise, «Habitar o mundo» in *Communio* 4 (2004), pp. 459-469.

BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas Est* (25 de Dezembro de 2005), Paulinas Editora, Prior Velho, 2006; AAS 98 (2006), 217-252.

BENTO XVI, Exortação Apostólica *Africae Munus*, (19 de Novembro de 2011), Paulus Editora, Lisboa, 2011.

BIBLIA SAGRADA, Difusora Bíblica, Lisboa, 2002.

BOFF, Leonardo, *São Francisco de Assis: Ternura e vigor*, Editora Vozes, Petrópolis, 1982.

BOFF, Leonardo, *Virtudes para um outro mundo possível. Hospitalidade: direito e dever de todos*, Vol. I, Ed. Vozes, Petrópolis, 2005.

CHENU, Bruno, *Los discípulos de Emaús*, Narcea Ediciones, Madrid, 2006.

COUTO, António, «Da cobiça à aliança: Uma leitura de Gn 4-11», in *Igreja e Missão* 189 (2002), pp. 3-21.

COUTO, António, *Como uma dádiva: Caminhos de antropologia bíblica*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2005.

COUTO, António, *Uma palavra é melhor do que um presente*, Lisboa, Universidade católica Editora, 2.^a ed. Revista, 2009.

DE AZEVEDO, David, *Florinhas de São Francisco: Evangelho e poesia*, Editorial Franciscana, Braga, 2008.

DE OLIVEIRA, Miguel, *História eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Portugal, 1994.

DE RAVIGNAN, François, *Porquê a fome? Um desafio sempre actual*, Editorial Bizâncio, 1.^a ed. Portuguesa, Lisboa, 2004.

DE SOUSA, Mário J. R., *Os encontros de Jesus no Evangelho de São João*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2012.

DE SOUSA, Pio Gonçalves Alves, «Hospitalidade cristã», in *Communio* 4 (2004) pp.471-473.

DERRIDA, Jacques, *A falar da hospitalidade* (trad. Fernanda Bernardo), Peligame Editores, Viseu, 2003.

DI SANTE, Carmine, *L'io ospitale*, Edizione Lavoro, Roma, 2001.

DI SANTE, Carmine, *Lo straniero nella bibbia: Saggio sull'ospitalità*, Città Aperta Edizioni, 2002.

DI SANTE, Carmine, *Responsabilità: L'io-per-l'altro*, Edizioni Lavoro, Roma, 1996.

DUQUE, João M., *Dizer Deus na pós-modernidade*, Alcalá, Lisboa, 2003.

ESTRADA, Antonio Juan, in *Hay lugar para Dios hoy?*, PPC Editorial, Madrid, 2005.

FLECHA, José Roman, *Buscadores de Deus I: Entre a ousadia e a ansiedade*, Gráfica de Coimbra, 1997.

FLECHA, José Roman, *Buscadores de Deus II: Entre a memória e a profecia*, Gráfica de Coimbra, 1997.

FONTES FRANCISCANAS I, *Escritos, bibliografias, documentos*, Editorial Franciscana, Braga, 1994.

FORNARI-CARBONELL, Isabel M., *La escucha del huésped: La hospitalidade en el horizonte de la comunicación*, Editorial verbo Divino, Estella, 1995.

GEVAERT, Joseph, *El problema del hombre: Introducción a la antropología filosófica*, Ediciones Sigueme, 2005.

HERNABDEZ, Jean-Paul, «Nuevos caminos que expressan la belleza», in *Sal Terrae* 1164 (2012), 117-130.

INNERARITY, Daniel, *Ética de la hospitalidade*, Ediciones Península, Barcelona, 2001.

INNERARITY, Daniel, *O futuro e os seus inimigos: Uma defesa da esperança política*, Editora Teorema, Lisboa, 2011.

JACQUARD, Albert, *Acuso a economia triunfante*, Publicações Europa – América, Mira – Sintra, 1996.

JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mane Nobiscum Domine* (7 de Outubro de 2004), Paulinas Editora, Prior Velho, 2004; AAS 97 (2005), 337-352.

JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* (6 de Janeiro, 2001), Editorial A.O., Braga, 2001; AAS 93 (2001), 266-309.

LEVINAS, Emmanuel, *Ética e Infinito*, Edições 70, Lisboa, 1982.

LEVINAS, Emmanuel, *Totalidade e Infinito*, Edições 70, Lisboa, 1988.

MANICARDI, Luciano, *A Caridade dá que fazer: Redescobrimo a atualidade das «Obras de misericórdia»*, Paulinas Editora, Águeda, 2011.

MARQUES, Manuel Luís – LAMELAS, Isidro Pereira, *Didaché e Doutrina Apostolorum*, Edição bilingue, Philokalia 5, Alcalá, Faculdade de Teologia da UCP, Lisboa, 2004.

MARTINEZ-GAYOL, Nurya (Ed.), *Um espaço para la ternura: Miradas desde la teologia*, Comillas, Madrid, 2006.

MARTINI, Carlo Maria, *Tocarei para ti a harpa de dez cordas*, Paulinas Editora, Lisboa, 1996.

MARTO, António – RAVASI, Giafranco – RUPNIK, Marko I., *O Evangelho da beleza*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2012.

MENDES, Joaquim G., «A mulher eucarística e Fátima», in *Vida Consagrada* 345 (2011), pp.170-193.

- MENDONÇA, José Tolentino, «O espaço social da refeição: Perspectivas cristãs», in *Communio* 4 (2004), pp. 449-457.
- MERINO, José A., *Filosofia da vida: Visão franciscana*, Editorial Franciscana, Braga, 2000.
- MONDADORI, Arnaldo (Ed.), *Omero, Odisseia. Classici Greci e Latini: testo a fonte*, Italy, 1991.
- NOUWEN, Henri J. M., *O esvaziamento de Cristo: Movimento descendente e vida espiritual*, Paulinas Editora, Águeda, 2008.
- NUNES, Etelvina P. Lopes, *O outro e o rosto: Problemas da alteridade em Emmanuel Levinas*, Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, Braga, 1993.
- NÚÑEZ, Martin Carbajo, *São Francisco e a ética global*, Editorial Franciscana, Braga, 2009.
- O SAGRADO AL-CORÃO, Texto arabe e tradução portuguesa, Islam International Publications Ltd, 1988.
- ORTEGA, Daniel Gazo, *El Jesús de las Parábolas*, San Pablo, Madrid, 2011.
- RAMIS, Francesc, *Comentarios a la Nueva Biblia de Jerusalén (Isaías 40-66)*, Editorial Desclée De Brouwer, Bilbao, 2008.
- RATZINGER, Cardeal Joseph – VON BALTHASAR, Hans Urs, *Maria, primeira Igreja*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2004.
- RATZINGER, Joseph, *Introdução ao cristianismo*, Princípia Editora, Cascais, 2005.
- RIBEIRO, Abílio Pina, *Eucaristia um amor para viver*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2005.
- RONCHI, Ermes, *As casas de Maria: Polifonia da existência e dos afectos*, Paulinas Editora, Águeda, 2009.

RONCHI, Ermes, *Os beijos não dados: Tu és beleza*, Paulinas editora, Prior Velho, 2012.

SACKS, Jonathan, *A dignidade da diferença: Como evitar o choque das civilizações*, Lisboa, 2006.

SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, M. Leticia, «Subir al monte de la beleza: El necessário esfuerzo educativo» in *Sal Terrae* 100 (2012), 145-157.

SANTOS, Maria Teresa, «Santo António e a hospitalidade: Revisitação do conceito», in *Eborensia* 34 (2004), pp. 11-19.

SILVA, Manuela, «Ao encontro da radicalidade do Evangelho: que tem Francisco de Assis para nos dizer hoje?», in *Cadernos de espiritualidade franciscana* 36 (2006), pp.76-83.

SKA, Jean-Louis, *Abramo e i soi ospiti: Il patriarca e i credenti nel Dio Único*, Centro Editoriale Dehoniano, Bolonha, 2003.

TORRALBA, Francesc, *Sobre la hospitalidade: Extranhos y vulnerables como tú*, PPC Editorial, Madrid, 2003.

VAZ, Armindo dos Santos, «Justiça e misericórdia na Bíblia hebraica», in *Didaskalia* XLI (2011), 221-134.

YUNUS, Muhammad, *O Banqueiro dos pobres*, Editorial Difusão, 4ª ed., Algés, 2007.

ZAMBRANO, Maria, *A metáfora do coração e outros escritos*, Editora Assírio & Alvim, Lisboa, 1993.